

-----**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA**-----

-----**Mandato 2013-2017**-----

----- **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA NO DIA DEZANOVE DE MAIO DE DOIS MIL E QUINZE.** -----

-----**ATA NÚMERO SESSENTA E NOVE**-----

----- Aos dezanove dias do mês de maio de dois mil e quinze e em cumprimento do disposto no artigo quadragésimo quinto da Lei número cento e sessenta e nove de mil novecentos noventa e nove, de dezoito de setembro, com a redação dada pela Lei número cinco-A de dois mil e dois, de onze de janeiro, em vigor, *a contrario*, por força da norma revogatória constante do artigo terceiro, da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, reuniu a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua Sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, em sessão extraordinária, primeira reunião, sob a presidência da sua Presidente efetiva, Excelentíssima Senhora Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta, coadjuvada pelo Excelentíssimo Senhor José Maximiano Albuquerque Almeida Leitão e pela Excelentíssima Senhora Rosa Carvalho da Silva, respetivamente Primeiro Secretário e Segunda Secretária, em exercício. -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados na Mesa da Assembleia, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Álvaro da Silva Amorim de Sousa Carneiro, Ana Maria Gaspar Marques, Ana Maria Lopes Figueiredo Páscoa Baptista, Ana Sofia Soares Ribeiro de Oliveira Dias, André Moz Caldas, André Nunes de Almeida Couto, António Modesto Fernandes Navarro, Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho, Augusto Miguel Gama Antunes Albuquerque, Belarmino Ferreira Fernandes da Silva, Carla Cristina Ferreira Madeira, Carlos José Pereira da Silva Santos, Cláudia Alexandra de Sousa e Catarino Madeira, Cristina Maria da Fonseca Santos Bacelar Begonha, Daniel da Conceição Gonçalves da Silva, Deolinda Carvalho Machado, Diogo Feijó Leão Campos Rodrigues, Fábio Martins de Sousa, Fernando José da Silva e Nunes da Silva, Fernando Manuel Moreno D’Eça Braamcamp, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Floresbela Mendes Pinto, Hugo Alberto Cordeiro Lobo, Hugo Filipe Xambre Bento Pereira, Inês de Drummond Ludovice Mendes Gomes, João Alexandre Henriques Robalo Pinheiro, João Diogo Santos Moura, João Luís Valente Pires, João Manuel Costa de Magalhães Pereira, Joaquim Maria Fernandes Marques, John Law Rosas da Costa Jones Roque Baker, José Alberto Ferreira Franco, José António Cardoso Alves, José António Nunes do Deserto Videira, José Manuel Rodrigues Moreno, José Luís Sobreda Antunes, José Roque Alexandre, Luís Pedro Alves Caetano Newton Parreira, Mafalda Ascensão Cambeta, Margarida Maria Moura Alves da Silva de Almeida Saavedra, Manuel Malheiro Portugal de Nascimento Lage, Margarida Carmen Nazaré Martins, Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, Maria Elisa Madureira de Carvalho, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Simoneta Bianchi Aires de Carvalho Luz Afonso, Maria Sofia Mourão de Carvalho Cordeiro, Mariana Rodrigues Mortágua, Miguel Alexandre Cardoso Oliveira Teixeira, Miguel Farinha dos Santos da Silva Graça, Miguel Nuno Ferreira da Costa Santos, Natalina Nunes

DRAFT

Esteves Pires Tavares de Moura, Patrocínia Conceição Alves Rodrigues Vale César, Pedro Filipe Mota Delgado Simões Alves, Pedro Miguel de Sousa Barrocas Martinho Cegonho, Ricardo Amaral Robles, Ricardo Manuel Azevedo Saldanha, Rita Susana da Silva Guimarães Neves Sá, Rodrigo Nuno Elias Gonçalves da Silva, Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo, Rute Sofia Florêncio Lima de Jesus, Sandra da Graça Lourenço Paulo, Sérgio Sousa Lopes Freire de Azevedo, Vasco André Lopes Alves Veiga Morgado, Victor Manuel Dias Pereira Gonçalves, Miguel Martins Agrouchão, Sandra Cristina Andrade Carvalho, Isabel Cristina Rua Pires, Patricia Caetano Barata, Nelson Pinto Antunes e António José do Amaral Ferreira de Lemos. -----

----- Pediram suspensão do mandato, que foi apreciada e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal nos termos do artigo 77º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o qual, *a contrário*, se mantém em vigor por força do disposto na alínea d) do n.º1 do artigo 3º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Miguel Tiago Crispim Rosado (PCP), por um dia, tendo sido substituído pela Deputado Municipal Miguel Martins Agrouchão. -----

----- Miguel Afonso da Silva Ribeiro Reis (BE), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Isabel Cristina Rua Pires. -----

----- José Manuel Marques Casimiro (BE), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Sandra Cristina Andrade Carvalho. -----

----- Carlos de Apóim Vieira Barbosa (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Nelson Pinto Antunes. -----

----- Tiago Miguel de Albuquerque Nunes Teixeira (PSD), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Patricia Caetano Barata. -----

----- Maria Luísa Aguiar Aldim (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal António José Amaral Ferreira de Lemos. -----

----- A Câmara esteve representada pelos Senhores Vereadores: Duarte Cordeiro (em representação do Sr. Presidente da CML), Manuel Salgado, Graça Fonseca, João Afonso, Jorge Máximo, Catarina Vaz Pinto, Paula Marques e João Saraiva. -----

----- Estiveram ainda presentes os Senhores Vereadores da oposição: Fernando Seara, António Prôa, João Gonçalves Pereira, Carlos Moura e Paulo Quaresma. -----

----- Às quinze horas e vinte minutos, constatada a existência de quórum, a **Senhora Presidente** declarou aberta a reunião. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Hoje temos uma reunião que vai ser muito variada. Temos uma série de matérias diferentes para apreciar com intervenção do público, nomeadamente, quatro petições que, naturalmente, os peticionários virão aqui expor as suas razões. -----

----- Eu queria dar alguns avisos antes de começarmos a sessão. -----

----- Os serviços informam que já temos quórum, portanto, já podemos começar. -----

----- Queria dar aqui alguns avisos que são uteis para os Senhores Deputados, por isso pedia a vossa atenção. -----

DRAFT

----- O primeiro aviso que queria dar, digamos que é uma questão de intendência e é útil para todos saberem que finalmente, está a decorrer o prazo do concurso para a concessão e exploração do bar aqui, da Assembleia Municipal, e o prazo está a decorrer até ao dia vinte de junho. E depois da adjudicação o bar ficará aberto entre as 9h00 e as 21h00, nos dias úteis, e aos fins de semana sempre que for caso disso. Nós comunicamos à Associação de Comerciantes aqui desta zona, essa intenção, até porque pode haver aqui comerciantes instalados na zona que estejam interessados em explorar esta área.-----

----- Esta era a primeira notícia que vos queria dar. -----

----- A segunda notícia que vos queria dar, e já me tiraram a imagem que estava aqui atrás, mas vamos ter no dia vinte e dois de maio, próxima sexta-feira, uma mostra de cinema de entrada livre para quem quiser vir assistir. São dois filmes premiados, o primeiro filme é “O Cavalo de Dinheiro” do Pedro Costa, é um filme de cerca de uma hora e vai ser às sete da tarde, e é um filme que relata várias questões relacionadas com os imigrantes em Lisboa e também do relacionamento de Portugal com as ex. colónias. E portanto, penso que é um filme bastante importante na cinematografia portuguesa, e desde já, estou a anunciar-vos e a convidar-vos para que venham ver. ---

----- Depois às nove e meia da noite, no mesmo dia, sexta-feira, temos um outro filme também premiado, um pouco mais longo, também muito interessante um filme de Sérgio Tréfaut que se chama “Lisboetas” e que procura mostrar a diversidade dos novos lisboetas, portanto, das pessoas que vindas das mais diversas partes do mundo têm vindo viver para a Cidade de Lisboa.-----

----- Portanto, estão convidados se quiserem assistir, ou trazer alguém, ou dar a conhecer esta mostra de cinema no dia vinte e dois de maio. -----

----- Depois, informar os Senhores Deputados que a sessão de hoje a uma semana é uma sessão de declarações políticas, e nós vamos receber aqui, meia hora antes da sessão, cerca das 14h30, uma delegação da Assembleia Municipal de Seul da Coreia do Sul. Não é exatamente municipal, é uma Assembleia Distrital, é uma geografia um pouco diferente dos nossos municípios, mas seja como for são nossos homónimos em termos de competências, e visitam-nos no dia vinte e seis de junho. De maneira que se algum Senhor Deputado quiser estar presente haverá uma pequena receção para os receber e depois eles virão aqui à sala para serem cumprimentados pelos Senhores Deputados.-----

----- A sessão começará às 15h00, como habitualmente. E vamos entrar na ordem de trabalhos de hoje. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

----- A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa no uso da palavra continuou:-----

----- “Tenho aqui cinco pessoas inscritas para este período inicial, portanto, vamos começar a dar a palavra às pessoas que se inscreveram. -----

----- Lembro aos cidadãos e cidadãs que se inscreveram para falar que podem usar da palavra durante um período de três minutos aqui no microfone, não se atrapalhem com o microfone, está aqui apenas para registar as coisas que vão dizer e se quiserem

DRAFT

entregar documentos entregam na Mesa e a Mesa depois fará chegar a quem de direito. -----

----- Nesta parte da nossa Ordem de Trabalhos as vossas intervenções, a Câmara não pode responder, portanto, as intervenções são dirigidas à Mesa da Assembleia e a mim em particular, se eu souber responder respondo, se não souber responder toma devida nota para depois enviar a respostas. -----

----- Nestas condições vamos então chamar a primeira senhora inscrita, a Senhora Dona Mariama Baldé, tem um pedido de habitação social. Seja bem-vinda, depois se quiser deixar algum documento ou deseje fotocópias nós podemos fazer. -----

----- Muito obrigada Dona Mariama.” -----

----- **A Múncipe Senhora Dona Mariama Baldé**, residente na Avenida Avelino Teixeira da Mota, Lote 320-3º Dtº, 1950-033 Lisboa, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “*Boa-tarde Excelentíssimos Senhores.* -----

----- *O meu nome é Mariana Baldé e estou aqui em relação ao meu pedido de habitação. Vivo em casa da minha tia, somos um total de 10 pessoas e neste momento estou a dormir com o meu filho de 2 anos no chão da sala.* -----

----- *Há cinco anos que estou à espera de uma resposta em relação ao meu pedido de habitação e até agora não obtive qualquer resposta. O meu filho é uma criança de 2 anos, não pode circular livremente dentro de casa porque os meus familiares são totalmente desequilibrados, consomem bastante álcool e drogas leves.* -----

----- *Eu neste momento estou em desespero total, não peço luxo, a única coisa que peço e que preciso neste momento é um teto para poder criar o meu filho! O meu filho não pode brincar porque destabiliza e incomoda as pessoas dentro de casa, não pode circular livremente dentro de casa porque os meus familiares estão constantemente a agredi-lo verbalmente!* -----

----- *Eu sou uma mãe, sou uma boa mãe, trabalhadora honesta e a única coisa que peço é que encontrem uma solução para o meu problema.* -----

----- *Gostaria de entregar em mãos à Senhora Presidente da Assembleia a minha cartinha e agradecer a todos por esta oportunidade. Obrigada.*” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa** no uso da palavra questionou: -----

----- “Muito obrigada Dona Mariama, vamos receber aqui a sua carta. -----

----- Eu só gostaria de perceber se a Senhora Dona Mariama já tem um pedido de habitação feito em seu nome?” -----

----- **A Múncipe Senhora Dona Mariama Baldé** no uso da palavra respondeu: -----

----- “*Tenho sim, há cinco anos que espero!*” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa** no uso da palavra fez a seguinte declaração: -----

----- “Então é isso, isto provavelmente é a carta, é um original que foi mandada para o Senhor Presidente da Câmara e isto é a cópia da sua situação, muito bem. Pronto, nós vamos ver agora junto da Câmara o que é que se passa com o seu processo e depois aquilo que conseguirmos apurar lhe daremos a informação. Muito obrigada. -----

DRAFT

----- Senhores Deputados Municipais, vamos ouvir agora o cidadão Rui Madeira que nos vem falar de uma matéria, que eu tenho recebido também vários *emails* de vários munícipes, que tem a ver com o problema das taxas municipais associadas à cobrança da água pela EPAL, é um assunto que penso que acabará por vir aqui à Assembleia Municipal. Faça o favor.”-----

----- **O Município Senhor Rui Madeira** residente na Rua Coronel Ferreira do Amaral, S/N, Lisboa, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- *“Muito obrigado. Boa-tarde Senhora Presidente e cumprimento os Senhores Vereadores e Deputados Municipais.*-----

----- *Eu chamo-me Rui Madeira, sou o Diretor da Escola Artística António Arroio, e o que me move a vir aqui à Assembleia Municipal prende-se com uma comunicação que já fiz à Câmara Municipal e da qual já tive resposta e à Entidade Reguladora das Águas e Resíduos, que também já tive resposta e da EPAL também já tive resposta, mas qualquer uma das instituições o que eu disse aqui o que entendia era que tinha que haver aqui uma resposta política sobre aquilo que foi o aumento brutal das taxas municipais, são as contas de terceiros que vêm aqui numas linhas da fatura e a Escola que pagava, que pagou em dezembro 964 euros de totais entre conta da água e as contas de terceiros neste momento está com um conta perto de 1600 euros.*-----

----- *Eu enquanto Diretor de uma Escola, que é ao fim e ao cabo uma Entidade Pública com características específicas próprias e que está atenta à evolução das necessidades do Município e compreende que haja uma necessidade real de fazer subir as receitas para se poder pôr a máquina toda a mexer e a funcionar, não compreendo é que pedagogicamente foi possível implantar um Regulamento de Taxas, de ser também de Multas e etc., não é? Sem que tenha havido uma consulta, um estudo, uma projeção em que permitisse perceber qual é que ia ser o real efeito junto de uma série de instituições tipificando o tipo de consumidor! Eu acho que isto é inadmissível no século XXI fazer-se isto! Eu neste momento cresci em despesa mais de 6 mil euros anuais para um orçamento que estava previsto e que já estava requisitado e que parece que a Consulta Pública foi entre novembro e dezembro e nós apresentamos as nossas previsões de custos e neste momento tenho um orçamento aprovado e chegam mais dois meses e fico com o orçamento esgotado!*-----

----- *Eu acho que isto não pode ser assim, temos que ser ouvidos, tem que haver projeção, tem que haver uma espécie de diagnóstico daquilo que existe no terreno para se poder fazer a adequação das taxas de acordo com os consumidores. É este o meu entendimento e não é que não esteja em situação de pagar, até porque as Instituições Públicas muitas vezes parece que é só fazer, que é só requisitarem mais uns fundos à Direção Geral de Planeamento e Gestão Financeira e o dinheiro vem e as coisas ficam saldadas!*-----

----- *Não é este o meu entendimento, o Diretor é um órgão unipessoal que responde perante as organizações governamentais que são as da tutela e as outras e, portanto, eu quero ter a consciência que estou a praticar um ato de gestão lícito e que está de acordo com uma necessidade real da Câmara Municipal e do Município e não que*

DRAFT

seja ao fim e ao cabo uma forma, que eu infelizmente vou usar este nome, que é um extorsão do Estado ao Estado e eu acho....”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa** no uso da palavra fez a seguinte interpelação:-----

----- “Pode usar essa palavra à vontade! O tempo é que já está no limite!”-----

----- **O Município Senhor Rui Madeira** no uso da palavra fez a seguinte conclusão da sua intervenção:-----

----- “Pronto, eu também já estava a terminar.-----

----- *Agora eu na realidade eu dei instruções à minha Secretaria para não pagar a taxa, perdão, para não pagar as águas, a taxa da EPAL, a EPAL está a fazer uma cobrança para um terceiro, portanto, tem o odioso da questão e isto é tudo muito complicado e, portanto, eu pedia então à Assembleia Municipal que junto da Câmara Municipal me pudesse fazer chegar pelo menos alguma coisa que me permita ter um ponderável relativamente àquilo que é o verdadeiro custo que me estão a querer cobrar, quando na realidade anteriormente as escolas não pagavam a taxa de tratamento de águas residuais e uma parte do tratamento dos resíduos sólidos e, portanto, tenho isto há dois meses à espera!*-----

----- *Não podemos tratar assim as instituições ou as pessoas, sejam elas públicas, privadas, pessoais e unipessoais ou coletivas, portanto, era esta a minha interpelação que gostava aqui na Assembleia Municipal.*-----

----- *Agradeço imenso o tempo que me dispensaram. Muito obrigado”*-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa** no uso da palavra fez a seguinte declaração:-----

----- “Muito obrigada. Temos muito prazer em receber aqui o Diretor da António Arroio e aliás esta Assembleia tem procurado acompanhar os vários problemas do ensino artístico em Portugal.-----

----- Quereria dizer-lhe que relativamente a essa questão em concreto eu gostava que o senhor ouvisse a minha resposta. Peço desculpa, mas como se dirigiu gostaria que ouvisse a resposta.-----

----- Eu já fiz diligências junto da Câmara, nomeadamente junto do novo Vereador das Finanças chamando-lhe a atenção de que temos várias queixas relativamente a este problema. Não é que não tivesse havido um estudo e uma projeção, houve mas pelos vistos não está a decorrer de acordo com o que estava no estudo e na projeção que a Assembleia Municipal analisou quando apreciou a proposta de alteração das tarifas. ---

----- Neste momento a informação que eu tenho, e é esta que lhe dou, mas iremos formalizar isto melhor, é que está a ser feita uma monitorização pelo pelouro das Finanças para perceber estas incongruências, porque há alguns grupos em que efetivamente, há alguns grupos típicos de consumidores em que efetivamente o aumento é muito superior àquele que estava previsto e há outros em que isso não acontece, portanto, esta monitorização está a ser feita, aquilo que eu espero naturalmente é que a Câmara depois nos dê informação sobre o que se passou nessa monitorização e que possa haver uma Recomendação da Assembleia no sentido de adequar as tarifas ao consumo efetivo e não haver estas disparidades.-----

DRAFT

----- Não é que não tenha havido um estudo, mas o estudo não está a ser confirmado pela realidade, coisa que muitas vezes acontece infelizmente! Portanto, está a ser feita agora uma monitorização. Muito obrigada. -----

----- A Senhora Dona Maria da Graça Regueira Guedes, inscreveu-se para falar sobre mobilidade para todos em Benfica. Eu lembro os Senhores Deputados que deu entrada muito recentemente na Assembleia Municipal uma Petição sobre esta matéria, ela ainda vai ser apreciada pelas Comissões, mas temos muito gosto em ouvir desde já o que tem a dizer-nos. Faz favor.” -----

----- **A Múncipe Senhora Dona Maria da Graça Regueira Guedes** residente na Praça Artur Portela, nº 8 – 1º Esqº, 1500-061 Lisboa, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- *“Muito obrigada Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, Senhores Deputados Municipais, Excelentíssimos Senhores. -----*

----- *Venho aqui hoje em nome de um grupo de cidadãos de Lisboa, de Benfica, sou porta-voz deste grupo de cidadãos porque me vi confrontada desde 24 de março de 2014 com uma situação por que nenhuma mãe espera passar, a minha filha foi vítima de um acidente, caiu do trapézio de cabeça e ficou tetraplégica. -----*

----- *Toda a nossa vida mudou a partir desse instante! Daí para cá tenho-me confrontado com dificuldades que nunca me tinha apercebido que existiam. É bem verdade, como se diz, que só se sabe das coisas quem passa por elas e é mesmo assim! -----*

----- *A força da minha filha dá-me ânimo para todos os dias fazer alguma coisa para melhorar a sua qualidade de vida pois tem 29 anos e é bailarina! E é por isso que aqui estou. -----*

----- *A mobilidade das pessoas em cadeira de rodas é um verdadeiro quebra-cabeças, mais uma vez. Senhora Presidente, Senhores Deputados Municipais, digo, só conhecemos verdadeiramente as situações quando passamos por elas! Vemos reportagens na televisão às vezes sobre como é difícil uma pessoa de cadeira de rodas circular nas ruas e ficamos todos muito sensibilizados, mas depois esquecemos. Eu não censuro, aconteceu-me precisamente o mesmo! -----*

----- *Quando a minha filha teve este acidente uma das decisões que se teve que tomar foi onde morar em Lisboa, escolheu-se Benfica, uma zona plana com muitos serviços próximos, diversos hospitais, fisioterapias e o local onde a minha filha trabalhava, era o Armazém 13. -----*

----- *Mas de que vale termos todos estes serviços próximos se temos tanta dificuldade em chegarmos a esses serviços? -----*

----- *Tive entretanto conhecimento de que a população de Benfica há cerca de dois anos decidiu que queria que todas as passadeiras da freguesia fossem rebaixadas, era fundamental, mas absolutamente fundamental que isso fosse uma realidade em todas as passadeiras. -----*

----- *Informe-me e fiquei a saber que por via do Orçamento Participativo da Câmara de Lisboa que esse projeto foi aprovado. Excelente notícia, ótima! -----*

DRAFT

----- *A minha filha já caiu duas vezes a atravessar a estrada e por dois milímetros não foi atropelada por uma carro, porque descer um passeio com uma cadeira de rodas é uma aventura verdadeiramente perigosa!* -----

----- *Apercebi-me então que existe 30% da população em Benfica com o mesmo problema! Muitos idosos com dificuldade de mobilidade!* -----

----- *Fiquei ansiosa com a concretização deste projeto porque conseguir circular na freguesia sem esta barreira eu diria que é quase uma revolução. Fiquei ansiosa mesmo! Mas a verdade é esta: é preciso ter muita coragem e muita força de vontade para sair de casa quando é difícil andar e o perigo de se desistir da vida é mesmo enorme.* -----

----- *O tempo passou e nada e há dois anos que a população de Benfica decidiu que a prioridade para a freguesia era a mobilidade, a mobilidade das pessoas em cadeira de rodas é mesmo um verdadeiro problema Meus Senhores, por esse motivo Senhora Presidente, Senhores Deputados Municipais, é que me assumi como porta-voz deste grupo de cidadãos que votou para que se concretize este projeto na totalidade! Digo isto porque soube que entretanto afinal pode ficar apenas só pela Estada de Benfica! -*

----- *Espero que juntamente com a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal de Lisboa, já que aprovaram, e lembro, rebaixar todas as passadeiras da Junta de Freguesia de Benfica, é o que eu peço em nome de todos os subscritores desta Petição e que este Orçamento Participativo seja uma realidade, seja disponibilizado o dinheiro que a Câmara de Lisboa disse que ia disponibilizar para cumprir aquilo que foi aprovado no Orçamento Participativo.*-----

----- *Grata pelo tempo dispensado. Muito obrigada.*” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa** no uso da palavra fez a seguinte declaração:-----

----- “Muito obrigada Senhora Dona Maria da Graça, nós é que agradecemos porque de certa maneira veio aqui trazer de uma forma muito humana aquilo que é uma questão muito concreta da sua freguesia e não só e que está neste momento já na Assembleia Municipal para ser apreciado.-----

----- Certamente a 8^a. Comissão e a 6^a. Comissões, que vão acompanhar este assunto, irão ouvir os primeiros subscritores, vão ouvir a Câmara, vamos tentar apurar quais são os calendários que a Câmara tem para a realização destas obras no final da apreciação destas matérias uma Deliberação da Assembleia Municipal dirigida à Câmara para dar cumprimento efetivamente a esta obra, mas precisamos agora de recolher informação necessária e nomeadamente saber se já está calendarizado, o que é que já tem projetos prontos, etc., para se poder perceber o que é que vai acontecer. ---

----- De qualquer maneira agradeço e agradeço a iniciativa de terem apresentado uma Petição porque é uma forma que a Assembleia Municipal tem também de exercer alguma fiscalização sobre o trabalho da Câmara e ver se consegue que as coisas que foram decididas sejam efetivamente realizadas. Muito obrigada. -----

----- Vamos agora dar a palavra ao Senhor Edmundo Pires, que vem aqui relatar uma situação de infiltrações numa habitação municipal, quer no interior quer no exterior, em Telheiras Sul.” -----

DRAFT

----- **O Múncipe Senhor Edmundo Pires** residente na Rua Frei Joaquim Santa Rosa de Viterbo, nº 10 - 8º B, 1600-230 Lisboa, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- *“Muito boa-tarde Senhora Presidente e boa-tarde a todos.-----*

----- *Sou Edmundo Pires, vivo numa casa camarária na Rua Frei Joaquim Santa Rosa Viterbo em Telheiras Sul Lisboa, o lote contém oito andares, com doze elevadores e eu vivo no 8º. B. -----*

----- *Acontece que há 5 anos, esta é a terceira vez que cá venho a esta Assembleia pelo mesmo motivo, uma infiltração de água que tenho do 9º. piso na minha casa-de-banho e não há forma de através da GEBALIS de resolver esse problema. -----*

----- *Também temos na parte da fachada do edifício exterior para o interior o mesmo problema com a infiltração devido a uma parte da pintura que caiu e aquilo na parede tem muitas fissuras, o chão é em taco e tenho aquilo tudo estragado e não há meio de me resolverem o problema. -----*

----- *Sobre os elevadores temos o primeiro elevador que avaria muitas vezes e a última avaria que tivemos foi de três meses e já tivemos duas avarias de um mês cada, portanto, no prédio no 9º. piso temos lá a morar pessoas com dificuldades que não podem sair para a rua pelas escadas porque têm problemas e não podem sair e temos gente de muita idade, temos pessoas com problema de cegueira, temos gente com problemas de obesidade que não podem sair à rua sem o elevador.-----*

----- *Acontece que as pessoas, a parte técnica de assistência dos elevadores tiraram de lá os arrancadores do rés-do-chão e do 2º. andar e acontece que os elevadores agora param até ao 2º. andar, portanto, essas pessoas já não conseguem sair à rua e já desde o mês de dezembro e não há forma de resolver este problema. São todos os dias chamadas, somos 40 moradores, aquilo é quatro pisos em cada, são quatro apartamentos em cada piso, portanto, mora lá uma média de 200 pessoas e não há forma portanto venho pedir à Senhora Presidente a ver se nos pode ajudar e quero deixar também aqui um apelo ao Senhor Deputado Municipal acreditado aqui nesta Assembleia, um de cada partido, que nos faça uma visita para ver de facto aquilo que é o problema que lá temos. -----*

----- *Agradecíamos imenso e eu falo em nome dos restantes moradores porque sou o responsável do lote. Muito obrigado e tenho aqui umas fotografias para deixar aqui.”*

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa** no uso da palavra fez a seguinte declaração:-----

----- *“Se faz favor Senhor Edmundo. -----*

----- *Senhor Edmundo, em primeiro lugar a questão de fazerem uma visita, nós temos aqui na Assembleia umas Comissões especializadas que acompanham os vários assuntos, as questões da habitação são acompanhadas pela 3ª. Comissão, de modo que provavelmente o que eu posso é perguntar ao Senhor Presidente da 3ª. Comissão se quer agendar uma visita para irem todos juntos, é mais simples do que estarem a ir um de cada vez e para poder estar também presenta alguém da GEBALIS que possa dar explicações, irei fazer essa sugestão.-----*

DRAFT

----- Quanto à questão que me levantou pois vou informar-me junto da Câmara o que é que se passa, posso dizer-lhe, porque tenho conhecimento do seguinte: vai ser lançada muito brevemente uma empreitada grande para fazer obras de manutenção profunda nalguns bairros da cidade porque as pequenas obras que a GEBALIS vai fazendo não são suficientes para resolver problemas, sobretudo problemas desta natureza de infiltração que implicam um tratamento das fachadas, um tratamento das coberturas e, portanto, são obras mais caras e está a ser feita essa preparação dessa empreitada. Eu não sei se o vosso bairro está incluído nessa empreitada ou não, vou verificar, se não estiver será uma solução de remedeio e a GEBALIS terá que a fazer, se estiver será uma boa notícia porque será uma solução mais profunda que permite dar mais tempo de vida ao prédio e dar-vos melhores condições, mas irei investigar e aquilo que eu apurar depois transmitirei. -----

----- Muito obrigada Senhor Edmundo e cumprimento as pessoas que representa aqui. Diga-me só uma coisa: no prédio onde habitam são tudo inquilinos municipais ou já há lotes vendidos?” -----

----- **O Município Senhor Edmundo Pires** no uso da palavra respondeu:-----

----- “*Não, é tudo municipal.*” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “É tudo municipal, é que às vezes quando alguns compram os lotes à Câmara depois fica o condomínio e às vezes há dificuldade em que todos estejam de acordo porque os que são proprietários também têm que participar nas obras, mas sendo todos inquilinos a responsabilidade destas obras não é naturalmente vossa é da senhoria e nesta caso a Câmara Municipal de Lisboa. Muito obrigada Senhor Edmundo. -----

----- Vamos passar à Senhora Dona Lurdes Jorge Mota, que é a última pessoa inscrita com um problema de habitação social, presumo que um pedido.” -----

----- **A Município Senhora Dona Lurdes Jorge Mota** residente na Rua Viriato Bairro dos Troviscais, Lote 427, 2695-872 São João da Talha, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “*Muito boa-tarde a todos. Chamo-me Lurdes Mota, tenho 43 anos e tenho dois filhos a meu cargo. Trabalho como auxiliar de ação educativa numa escola primária e tenho como vencimento base 583 euros.* -----

----- *Neste momento resido numa casa particular onde pago 330 euros, a qual não estou a conseguir pagar derivado ao valor da casa. Tenho mais despesas além dos meus filhos estarem a estudar, neste momento o meu filho de 15 anos não foi às aulas porque não tinha dinheiro para lhe pagar a alimentação, o almoço, uma vez que ele perdeu o cartão da escola.* -----

----- *Eu peço aqui à Senhora Presidente, uma vez que eu venho já desde há muito, desde 2010, a ver se consigo uma casa da habitação social e peço a todos e inclusivamente à Senhora Presidente que me ajude nesta situação uma vez que não consigo suportar os encargos. Agradeço a todos.*” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

DRAFT

----- “Muito obrigada Senhora Dona Lurdes, eu terei que ir também verificar junto da Câmara o que é que se passa com o seu caso. Diz que fez um pedido de habitação e temos que ver em que ponto é que ele se encontra. -----

----- Gostava que ouvisse Dona Lurdes, porque há aqui uma sugestão que pode ser útil. Relativamente à situação em que se encontra neste momento e enquanto não tem acesso a uma habitação municipal, não conseguir pagar a renda, não ter rendimento suficiente para as despesas, eu sugeria que se informasse junto da Câmara se pode ter acesso ao Subsídio Municipal para o Arrendamento uma vez que a casa onde está é uma casa privada, não é da Câmara e, portanto, as pessoas em casas privadas em certas condições podem ter direito a um subsídio ao arrendamento, que é uma ajuda para as despesas. -----

----- Não sei se já explorou essa situação ou não, se nunca lhe tinham falado nisso estou eu a falar. Sugeriria que fosse ao Balcão de Atendimento no Campo Grande, pede para falar com uma das Assistentes Sociais da Habitação que lá estão para lhe explicar como é que funciona o Subsídio Municipal de Arrendamento e aquilo abre três ou quatro vezes por ano para concurso, portanto, tem que se inscrever na altura em que abre o concurso, tem que se informar para saber quando é que é, porque enfim, enquanto não encontra uma solução melhor pelo menos a isso poderá ser que tenha direito e já seria uma alívio no seu caso. Muito obrigada. -----

----- Muito obrigado Senhores Deputados Municipais, terminámos as intervenções do Público e vamos agora passar às questões da Ordem do Dia.”-----

----- Voto de Pesar apresentado pelo Grupo Municipal do PCP, pelo falecimento de António Galhordas.”-----

----- **Voto de Pesar pelo Falecimento de António Galhordas**-----

----- “O médico e antigo secretário de Estado da Saúde António Galhordas, membro do 1º Governo provisório, faleceu aos 83 anos, no passado dia 14 de Maio. -----

----- António Galhordas integrou na Faculdade de Medicina de Lisboa, em 1953, a lista progressista vencedora para a Direção da Associação de Estudantes o que levou ao encerramento da sua sede pela PIDE. Tendo estabelecido contacto com o PCP em 1957 desempenhou, nesse período, um papel destacado na luta do movimento que levou à feitura do Relatório sobre as Carreiras Médicas. Desde aí e até ao 25 de Abril de 1974 fez parte dos órgãos dirigentes da Ordem dos Médicos, encerrada pela PIDE/DGS em 1973, tendo sido reaberta já em plena liberdade a 30 de Abril de 1974. -----

----- Destacada figura do movimento da oposição democrática à ditadura fascista desempenhou nesse quadro corajosa e qualificada intervenção na luta pela liberdade e a democracia, António Galhordas foi um dos mais importantes ativistas da CDE e do MDP-CDE.-----

----- Após o 25 de Abril, integrou o 1º Governo provisório, como Secretário de Estado da Saúde. Foi membro da Comissão Política do MDP e deputado na Assembleia da República. Foi eleito na Assembleia Municipal de Portel, onde exerceu a presidência deste órgão em sucessivos mandatos. Foi dirigente da Voz do Operário. -----

DRAFT

----- *Integrou e acompanhou a ação política da Associação Intervenção Democrática, tendo participado ativamente no quadro das coligações eleitorais FEPU, APU e CDU.*-----

----- *Toda a sua vida foi pautada pela dignidade e coerência na luta por uma sociedade mais justa.*-----

----- *O Grupo Municipal do PCP propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua Sessão de 19 de Maio de 2015, delibere:*-----

----- *a) Manifestar o seu profundo pesar pelo falecimento de António Galhordas e apresentar as suas mais sentidas condolências e a solidariedade perante a dolorosa perda à família;*-----

----- *b) Guardar um minuto de silêncio em sua memória;*-----

----- *c) Propor que seja considerada a atribuição do seu nome a um local significativo da cidade.*”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, referiu:-----

----- “Portanto, eu ia propor á vossa consideração o Voto de Pesar.-----

----- Não vejo pedidos de palavra, vamos votar.-----

----- A Mesa vai pôr à votação o **Voto de Pesar nº 1/69, “Pelo falecimento de António Galhordas”**, subscrito pelo PCP. O Voto de Pesar foi **aprovado por unanimidade**.-----

----- “Neste momento a Assembleia, de pé, prestou um minuto de silêncio em homenagem às personalidades constantes dos votos de pesar)-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, continuou:-----

----- “Muito obrigado Senhores Deputados.-----

----- Antes de entrarmos na apreciação das petições há aqui mais duas questões que queria lembrar. A primeira é que hoje, às 18h30, teremos a 3ª Sessão do Debate Temático sobre Demografia e Migrações, e portanto, a Mesa procederá a uma verificação de quórum, às 18h30. Portanto, os Senhores Deputados que já assinaram terão que assinar novamente para podermos prosseguir com os nossos trabalhos na sessão do Debate Temático.-----

----- Temos tido alguma dificuldade em garantir o quórum ao longo das sessões do debate temático, iremos refletir sobre esta matéria em sede de Conferência de Representantes, mas eu deixava aqui um apelo aos Senhores Deputados para procurarem garantir a vossa presença até ao final da sessão de hoje, uma vez que é muito desalegante para Assembleia Municipal e para os nossos convidados estarmos a debater uma matéria tão importante e os Senhores Deputados irem-se embora e não ficarem a assistir ao debate que os Senhores Deputados é que aprovaram que fosse realizado.-----

----- A outra questão que temos é a seguinte:-----

----- Deu entrada um voto de repúdio apresentado pelo Bloco de Esquerda que só chegou à minha mão antes do início desta sessão, por qualquer razão, o mail dos serviços só chegou à minha mão há 13h15, e eu já não tive tempo de despachar e enviar aos Senhores Deputados como é habitual, nem de o colocar no site. Em todo o caso, é um voto de repúdio contra a violência policial relativo aos eventos que tiveram

DRAFT

lugar na noite das celebrações da vitória do Benfica, no Domingo passado, e o entendimento da Mesa é que hoje é uma sessão que já tem uma ordem de trabalhos constituída. Não se trata de um voto de pesar e, portanto, não há razão para passarmos este voto à frente da matéria da ordem do dia e, portanto, para a semana temos declarações políticas e o entendimento da Mesa é que o voto é admitido com certeza, será colocado no site e será distribuído a todos os Deputados e será agendado para a semana na reunião de declarações políticas, onde iremos votar matérias de natureza política como esta. -----

----- O Senhor Deputado do BE pede a palavra.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles (BE)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Naturalmente, discordar do anúncio feito agora, pela Senhora Presidente visto que não tem sido essa a prática da Mesa relativamente a questões totalmente, semelhantes a esta. -----

----- Relembro que no passado dia vinte e um de abril, tínhamos também uma ordem de trabalhos fechada, foram apresentados votos de pesar e também, à última da hora, e muito bem, foi apresentado pela Mesa uma moção, não era um voto, era uma moção sobre as vítimas no mediterrâneo, e portanto, foi admitida e muito bem. E portanto, o que estamos a solicitar, neste momento, é que um voto de repúdio que foi entregue às dez da manhã, nos serviços, seja votado porque não faz sentido passado uma semana e três dias apresentá-lo em declarações políticas. Aconteceram atos de grande relevância na madrugada de Domingo, em Lisboa, no centro de Lisboa, que envolveram milhares de lisboetas, e portanto, fazemos questão que o voto seja votado nesta Assembleia.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** respondeu: -----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado. -----

----- Eu dei indicações ao serviço para fazerem cópias para distribuírem aos Senhores Representantes uma vez que não havia materialmente, capacidade para distribuir a todos os Senhores Deputados. E uma vez que o Senhor Deputado não se conforma com a decisão da Mesa, a Mesa pergunta ao Plenário, pergunto primeiro aos serviços se já distribuíram aos Senhores Representantes o voto? Não. Então façam o favor de o fazerem. Aguardamos aqui três minutos para que possam distribuir aos Senhores Representantes, o voto. -----

----- A Mesa tem conhecimento que este assunto já começou a ser discutido no âmbito da sétima comissão, salvo erro, que há posições não consensuais, e essa é também, uma razão que me leva a mim a sugerir que o voto seja devidamente, apreciado com tempo, por todos, e portanto, seja só votado na semana que vem. -----

----- Naturalmente, a Assembleia é soberana e pode decidir em sentido contrário ao que a Mesa indica. -----

----- O Senhor Deputado Ricardo Robles já explicou o seu ponto de vista. Quer intervir novamente? Faça favor.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles (BE)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Naturalmente, recorrer para o Plenário é uma figura prevista regimentalmente, e a minha intervenção era para que reconsiderasse a sua posição. Não o fez, muito bem. -
----- Se por questões de tempo os grupos parlamentares acharem que não existe tempo, o BE aceita retirar os considerandos e colocar só a parte deliberativa para que seja votado, neste momento. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** respondeu: -----

----- “Muito obrigada Senhor Deputado. -----

----- Está feita a sua explicação. -----

----- A decisão da Mesa não é da Presidente, é da Mesa. Portanto, foi uma decisão coletiva e colegial, não me cabe a mim, sozinha, alterar a decisão da Mesa, portanto, estamos em condições de perguntar aos Senhores Deputados se isto fica para hoje, ou se fica para uma semana. Portanto, a Mesa vai colocar a questão à consideração dos Senhores Deputados, e a questão é; o BE discorda da decisão da Mesa de deixar este voto para de hoje a uma semana, e vou colocar à consideração a decisão da Mesa.” ----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles (BE)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Peço desculpa, mas o que deve ser deixado à consideração é votar ou não, este voto de repúdio. Porque nós podemos não querer apresenta-lo daqui a uma semana.” --

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** respondeu: -----

----- “Senhor Deputado, o que deve ser perguntado é se aceitam a decisão da Mesa.”---

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles (BE)** referiu: -----

----- “Sim Senhora Presidente. Mas o que colocou ao plenário foi adiá-lo uma semana, e não é isso que está em questão. O que está em questão é se aceita, ou não, esse voto de repúdio nesta sessão de Assembleia.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** respondeu: -----

----- “Senhor Deputado, os documentos que dão entrada compete à Mesa agendá-los. A Mesa entendeu que isto deveria ser agendado para a semana, o BE não está de acordo. Muito bem. É isso que vamos perguntar. O voto não foi retirado, o voto deu entrada, está admitido. Se Assembleia entender discuti-lo hoje, vamos discuti-lo hoje. Se a Assembleia entender que ele ficará para mais tarde, será discutido mais tarde.”----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Paulo Figueiredo (PS)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “À luz do Regimento, a Mesa tem toda a razão, e a pretensão do BE não faz o mínimo sentido. Claro que o Deputado Ricardo Robles evocou aqui uma exceção que todos concordamos, e isso só serve para que às vezes admitirmos exceções num quadro de unanimidade e amplamente, participadas e discutidas com todo o tempo, depois dá nisto, que é nós acabamos de receber o voto, ainda não o li, tenho todos os Deputados do Partido Socialista a quererem saber o que é que vamos discutir porque só foi distribuída uma cópia para cada Grupo Municipal, portanto não faz sentido nenhum nós admitirmos e votarmos.-----

----- Mas também não faz sentido nenhum nós criarmos aqui, um impasse por causa disso. E portanto, eu ia fazer uma sugestão que no fundo irá procurar conjugar a pretensão da Mesa com a do BE e que é nós admitirmos a entrada deste ponto na

ordem de trabalhos, mas como o último ponto da ordem de trabalhos porque, manifestamente, agora não há condições nenhuma para discutir o que quer que seja, neste ponto, porque só cinco ou seis Deputados Municipais é que têm o voto, e portanto, isto não faz sentido nenhum. Mas também acho que se o BE faz muita questão, eu recomendava à Mesa se quiser integrar na ordem de trabalhos, entra para último ponto da ordem de trabalhos, logo vemos se discutimos hoje, ou não, lá chegaremos. De todo o modo, se a Mesa mantiver a posição, e o BE mantiver a sua, nós votaremos ao lado da Mesa, queria deixar isso claro porque do ponto de vista da interpretação do que é o Regimento, a decisão da mesa está correta.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** referiu:-----

----- “Muito obrigada. -----

----- Considero a sua sugestão uma boa sugestão. Eu própria já tinha pensado nessa hipótese. Não sei se conseguiremos lá chegar uma vez que às 18h30, temos que passar para o debate temático, mas pela minha parte, e julgo que os meus colegas de Mesa não vêm inconveniente, admitimos como último ponto para a ordem de trabalhos de hoje, antes do Debate Temático. Portanto, seria entre o ponto 6 e 7 da ordem de trabalhos, se lá chegarmos. Isto sendo assim, é o que faríamos.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles (BE)** referiu:-----

----- “Foi feita uma proposta ao BE e à Mesa, e portanto, gostaríamos de nos pronunciar sobre isso. -----

----- Queríamos tentar encontrar um consenso. Isto é uma questão de atualidade e de proximidade com o que se passou e, portanto, também entendemos que por debilidade da Mesa e da distribuição dos serviços, porque de facto a entrada do documento foi feita da parte da manhã, às dez da manhã. Não foi possível fazê-lo e compreendemos que haja esta dificuldade de leitura por parte dos Deputados Municipais, sugerimos um compromisso entre estas duas propostas que é discuti-la hoje e dar tempo para que haja a leitura, ou seja, a seguir às petições e antes da Proposta 7-A/CM/2015.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** respondeu:-----

----- “Senhor Deputado, eu peço desculpa mas acho um bocadinho irrelevante estar a discutir uma coisa que não foi distribuída. Portanto, aquilo que o Senhor Deputado Municipal Rui Paulo propõe é que fique agendado para uma altura dos nossos trabalhos que me permita a mim pedir aos serviços que tirem cópias para todos os Deputados e distribuam por todos os Deputados, e economizamos o tempo de leitura aqui da Mesa, interrompendo os trabalhos. -----

----- Portanto, se for aceite esta indicação, por parte da Mesa não temos qualquer dificuldade em aceitá-la, fica agendado e vou mandar já fotocopiá-lo e distribuí-lo por todos os Senhores Deputados. Naturalmente, é um procedimento que peço aos Senhores Deputados para não recorrerem à apresentação destes documentos de última hora, porque estes procedimentos têm custos, e nós devemos procurar ter uma economia de tempo e de meios, aqui na Assembleia Municipal. Mas não será por falta de fotocópias que o assunto não se discute. Vamos proceder desta forma, o voto está admitido, fica agendado na ordem de trabalhos de hoje a menos que algum Senhor Deputado proteste, entre o ponto 6 e 7, e vai ser distribuído. -----

DRAFT

----- O Senhor Deputado quer protestar. Faça favor.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles (BE)** referiu: -----

----- “É exatamente isso, um protesto pela decisão porque como acabei de dizer, o voto não foi distribuído por deficiência da Mesa, por deficiência dos serviços e, portanto, não foi por culpa do BE, e não vale a pena fazer apelos para que os grupos entreguem com a maior antecedência porque este foi entregue com a devida antecedência. O argumento que está a usar é extremamente falso e eu só posso interpretar isto como um ato de censura política, porque não quer discutir este assunto nesta Assembleia, e portanto, está a forçar para que o mesmo passe para a próxima sessão. E, portanto, não pode ser lido de outra maneira a atitude que a Mesa está a tomar e que foi empurrar esta votação para a próxima semana quando, acabei de lhe dar o exemplo, que no dia vinte e um de abril, a Senhora Presidente entregou no momento do início dos trabalhos, uma moção que foi aceite, que foi votada, foi aprovada e, muito bem. E devia de ser assim, hoje, também.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** respondeu: -----

----- “Naturalmente, a Mesa repudia as expressões da “debilidade” e da “deficiência”, pois não me parece que esta Mesa seja débil ou deficiente, não deu provas até agora, desse assunto, o facto de os serviços não terem imediatamente entregue a proposta logo quando ela entrou, e terem demorado um pouco, duas ou três horas, para me mandarem um mail, também não é nenhuma debilidade ou deficiência por uma razão muito simples, não estava previsto que entrassem documentos políticos esta manhã. Eles entram nas manhãs de segunda-feira nos dias em que há declarações políticas, e quando há enfim, sessões ordinárias. E portanto, não estando previsto as coisas não estavam preparadas, e isto não é nenhuma debilidade ou deficiência, Senhor Deputado. -----

----- E gostaria que não usasse mais essa linguagem que é insultuosa para quem está a aqui a dar o seu melhor, como os Senhores Deputados também estão, naturalmente, a dar o seu melhor. -----

----- Pela nossa parte, também rejeitamos a acusação de censura política, foi coisa que nunca fiz na vida. Fui muitas vezes censurada, mas nunca censurei. Pelo que, Senhor Deputado, não vale a pena entrarmos por essa linguagem. O assunto vai ser discutido, o BE já o colocou aqui na agenda, e muito bem, ele já foi admitido, vai ser distribuído por todos os Senhores Deputados. Agora Senhor Deputado, desculpo, certamente não quer que os Senhores Deputados se ponham a votar uma matéria que nem sequer leram. E o mínimo que garantimos aos Senhores Deputados é que tenham acesso ao documento para o puderem ler. E é isso que vamos fazer, e vamos continuar com os nossos trabalhos. -----

----- Se nós procedermos com bom ritmo, ainda podemos discutir o voto hoje, tal como é o vosso desejo e vossa intenção política. -----

----- A moção de vinte e um de abril que o Senhor Deputado referiu foi uma moção sobre uma tragédia humanitária com uma dimensão incomparavelmente, superior àquilo que se passou no Marquês de Pombal. E não quero fazer comparações porque não há comparações a fazer, mas apenas lembro que essa moção tinha unanimidade de

DRAFT

todos os grupos municipais, e eu tive o cuidado antes desta sessão de ir perguntar a alguns grupos, não consegui encontrar todos, até porque não tinham chegado todos, o Senhor Deputado também não tinha chegado, tive a ocasião de perguntar aos vários grupos municipais qual era o seu entendimento para não tomar uma decisão no desconhecimento da posição de todos. -----

----- Peço-vos para nos concentrarmos no que hoje, temos aqui, temos público a assistir aos nossos trabalhos, com petições que já estão há muito tempo, algumas delas numa posição da Assembleia Municipal. Portanto, é isso que vamos fazer e vamos começar pela apreciação da **Petição nº 1**. Eu quero agradecer aos Senhores Peticionários que estão presentes, e tenho a indicação que irão intervir para apresentar a petição. -----

----- Tenho um pedido de desculpas nomeadamente, à **Petição nº 1** e à **Petição nº 2**, só ontem ao fim do dia é que as comissões puderam aprovar os pareceres, e portanto, o parecer ter-vos-á chegado muito em cima da hora, ou eventualmente, mesmo hoje. Não é por debilidade, mas é que é necessário fazer uma série de diligências, ouvir pessoas, chamar a Câmara, pedir elementos, e portanto isso fez com que estes pareceres só pudessem ter chegado a ser aprovados ontem, ao fim da tarde. -----

----- Em todo o caso os assuntos são expostos, são assuntos relevantes e eu tenho aqui a indicação que para a **Petição nº 1** temos inscrito o Senhor Professor Virgolino Ferreira Jorge com uma apresentação com imagem. -----

----- A **Petição nº 1**, eu volto a lembrar, refere-se à construção de um parque de estacionamento subterrâneo na Quinta dos Inglesinhos, em Carnide. Esta história já vem detrás, já houve várias diligências no sentido de resolver este problema e, finalmente, há uma petição que deu entrada e que o Senhor Professor nos vai apresentar, na qualidade de 1º subscritor. -----

----- Faça favor. Tem dez minutos.” -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

----- **PONTO 1 - APRECIAR A PETIÇÃO Nº 1/2015 – CONSTRUÇÃO DE UM PARQUE DE ESTACIONAMENTO SUBTERRÂNEO NA QUINTA DOS INGLESINHOS, EM CARNIDE TELHEIRAS, NOS TERMOS DA PETIÇÃO E AO ARIGO DO ARTIGO 85º DO REGIMENTO (GRELHA-BASE – 34M E 10M PARA OS PRIMEIROS SUBSCRITORES). APRECIACÃO DO PARECER CONJUNTO DA 3ª E 8ª COMISSÕES PERMANENTES.**-----

----- (anexada à presente ata como anexo I, e dela faz parte integrante);-----

----- (o Parecer Conjunto da 3ª e 8ª Comissões sobre a Petição, ficam anexado à presente Ata como **anexo II**, e dela faz parte integrante)-----

----- (**Recomendação nº 3/69**, anexada à presente ata como anexo **III**, e dela faz parte integrante).-----

----- **O Senhor Virgolino Ferreira Jorge** na qualidade de representante dos peticionários, fez a seguinte apresentação:-----

----- “O historial que conduziu à **Petição nº 1/2015**, é demasiado longo e conhecido de Vossas Excelências, pelo que não vou aqui lembrá-lo a fim de vos poupar o incómodo de me ouvirem. -----

DRAFT

----- Se leram o dossier deste assunto, ficou-vos bem claro que a nossa abertura ao diálogo foi sempre construtiva em contraponto à postura da Câmara Municipal de Lisboa, na pessoa do Senhor Vereador Manuel Salgado, perante os nossos insistentes pedidos de informação e de reuniões devido à reiterada ocultação de documentos e deturpação dos nossos propósitos lícitos como interlocutores eleitos da população. -----

----- Na situação atual em que se encontra este processo, resta-nos aguardar que esta Assembleia Municipal como órgão fiscalizador assegure, entre outros aspetos: -----

----- 1º Que sejam devolvidos ao domínio público os 741 m² ocupados indevidamente pelo proprietário daquele lote, há mais de vinte anos. A implementação da obra em curso alimenta e reforça as nossas dúvidas;-----

----- 2º Que a recomendação a emitir contemple a obrigatoriedade da Câmara Municipal ter uma visão mais abrangente dos problemas de tráfego, de estacionamento e de segurança na zona de Carnide/Telheiras; -----

----- 3º Que os lugares de estacionamento a reorganizar no exterior do núcleo desportivo sejam para uso público indiscriminado, sem afetação privada.-----

----- Permitam-me, agora, que partilhe convosco três imagens as quais ilustram a evolução mais recente deste atribulado processo de obra; esta planta foi a primeira após uns anos de luta a ser cedida, não pela Câmara, mas pelo promotor do empreendimento em vinte e dois de janeiro de 2015, e a primeira reunião que tivemos na Câmara de Lisboa com o Senhor Vereador Manuel Salgado e a sua equipa foi em vinte de setembro de 2013, uma semana exata antes das eleições. Esta planta prevê cinquenta e sete lugares de estacionamento na periferia do núcleo desportivo. -----

----- Em vinte e oito de janeiro de 2015, a petição que fizemos na sessão pública da Câmara Municipal de Lisboa, o Senhor Vereador Manuel Salgado esclareceu os presentes que o lote vai ser contemplado com cerca de sessenta lugares de estacionamento na sua envolvente.-----

----- Ontem, da parte da tarde, recebemos do Senhor Vereador Manuel Salgado um email com esta planta que diz assim, em anexo envia planta com a solução final aprovada do reordenamento do espaço do exterior do lote Núcleo Desportivo da Quinta dos Inglesinhos. A Câmara Municipal de Lisboa irá executar os lugares de estacionamento com os lugares onze a trinta e três, a Câmara reordena estes aqui, à nossa esquerda, ficando a cargo do promotor o arranjo exterior da envolvente e restantes lugares de estacionamento que são estes dez, do um ao décimo.-----

----- Este texto lacónico e sem qualquer fundamentação espelha as últimas incongruências do Senhor Vereador Manuel Salgado a este propósito. -----

----- Senhora Presidente, Senhores Deputados e Senhores Vereadores, perante o exposto, talvez tenhamos que concluir que teria de ser mais pragmático e rápido se os moradores tivessem ocupado aquele lote de terreno conforme desafio público lançado pelo Senhor Vereador Manuel Salgado na reunião descentralizada da Câmara Municipal de Lisboa, em quinze de julho de 2013, o que, obviamente, de modo responsável e civilizado, não fizemos.-----

DRAFT

----- Em nome da comissão que represento, agradeço a todos os que nos acompanham e apoiam de boa-fé este processo, e peço-vos que votem em consciência e decidam com urgência.-----

----- Muito obrigado pela vossa atenção.”-----

----- (os documentos referentes à **Petição nº 1**, entregues pelo peticionário, ficam anexados à presente Ata como **anexo IV**, e dela faz parte integrante)-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)** na qualidade de Relator do parecer conjunto da 3ª e 8ª Comissões Permanentes, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Os peticionários consideraram que, desde o início, a construção da Quinta dos Inglesinhos é o resultado de um planeamento urbanístico inicial que sofreu um grave problema de estacionamento, de segurança, associado à dificuldade de acesso de veículos e de proteção civil, sobretudo face à pressão durante o dia de funcionários e clientes das lojas e escritórios ali presentes. -----

----- Os residentes consideraram ainda, que o lote destinado a equipamento desportivo deve ser encarado como uma oportunidade para resolver o problema estrutural de défice de estacionamento pois permitiria a construção de um parque de estacionamento subterrâneo. -----

----- Podemos observar ao longo deste parecer um relacionamento de longa data, entre a Câmara Municipal de Lisboa e os peticionários em que vastas vezes a transparência e a clareza que se exige no relacionamento entre uma entidade pública e os cidadãos que gere, nem sempre foram exemplar. O relacionamento entre moradores e a Câmara Municipal de Lisboa, a uma dada altura, pareceu convergir com a intervenção da EMEL. Mas demonstrou-se que as condições não estavam reunidas para assegurar a viabilidade financeira pelo projeto, pelo que foi gerado um impasse. -----

----- A mudança de proprietário acabou por determinar um novo ímpeto na resolução deste impasse, tendo sido colocado um PIP para um complexo desportivo que desconsiderava totalmente, os anseios dos peticionários o que gerou natural descontentamento. A solução consagrada não tinha sequer estacionamento para os utentes do Complexo Desportivo pelo que agravava o *Status Quo* ao invés do o tentar resolver. Foi este facto que despoletou a reação dos peticionários, bem como o lançamento desta petição junto da Assembleia Municipal de Lisboa. -----

----- As tentativas de resolução deste problema acabam por conduzir as uma nova solução em que já se assume a construção de vinte e cinco lugares de estacionamento no interior do Pavilhão Desportivo. Esta versão do projeto prevê ainda, trinta e três lugares de estacionamento disponíveis para moradores que é sensivelmente, metade dos sessenta lugares desejados pelos peticionários.-----

----- Os documentos confirmam o alerta de que a área determinada pelo tapume envolvente é de cerca de 3200 m², cerca de 30% acima dos 2456 m² constantes da certidão. Isto é, durante mais de vinte anos houve uma ocupação indevida de mais de 700 m² de espaço público com redução de passeios envolventes e dos custos de construção dos mesmos pelo que, este assunto, deverá ser esclarecido. -----

DRAFT

----- A situação atual parece configurar uma solução de compromisso entre os legítimos direitos económicos do novo proprietário e o desejo de mais lugares de estacionamento colocado pelos peticionários. -----

----- Deverá ainda ser considerado que em termos do interesse maior da cidade, o crescimento ilimitado da oferta de estacionamento pode ser considerado contraproducente em relação aos desejos de uma mobilidade mais sustentável e de meios mais suaves. Considerando que a zona de Telheiras tem uma estação de Metropolitano numa das extremidades do bairro, seria desejável que a zona de influência desta estação fosse mais abrangente, estabelecendo ligações suaves às restantes zonas, nomeadamente à Quinta dos Inglesinhos, Maria Droste, etc. O estabelecimento dum sistema de partilhas de bicicletas, poderia na perspetiva do bem comum para a cidade servir instrumento de mitigação dos problemas da zona.-----

----- Em virtude de tudo isto, e analisada toda a documentação que recomendo que seja consultada por todos, as comissões que analisaram este assunto, decidiram produzir as seguintes recomendações: -----

----- 1 - Deverá ser claramente esclarecida a questão das cedências 3200m2 versus 2456m2 e da propriedade e utilização dos mais de 740m2 de diferença para a obtenção dos lugares exteriores (ver pág.9 do Anexo 4). Para este efeito deverão ser produzidas plantas atualizadas do loteamento e sua envolvente, onde seja claramente visível a nova disposição de estacionamentos exteriores previstos. -----

----- 2 - Verificar da possibilidade de acrescentar lugares adicionais de estacionamento no exterior, nomeadamente através do reperfilamento das ruas Augusto Macedo, Pires Jorge, Poeta Bocage e rua Manuel Rodrigues da Silva de modo a disponibilizar no exterior 60 lugares de estacionamento. -----

----- 3 - Deverá ser estudado como projeto-piloto um sistema de partilhas de bicicletas com um ponto de disponibilização na estação de Metro de Telheiras e outro na zona do Complexo Desportivo. -----

----- 4 - Que a CML desenvolva um estudo de ordenamento e gestão de estacionamento para todo o bairro de Telheiras com prioridade para as áreas de maior procura devido à existência de atividades urbanas ou onde o défice de lugares de estacionamento para residentes é maior. -----

----- 5 - Ser dado conhecimento à CML e aos peticionários das conclusões e recomendações deste parecer. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Fábio Sousa (PCP)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “A petição acerca da necessidade de estacionamento da Quinta dos Inglesinhos que hoje, se aprecia nesta Assembleia Municipal, remete-nos para a necessidade de olhar para os reais problemas das populações, construindo cidade, ouvindo os seus moradores, os visitantes e as Juntas de Freguesia. -----

----- Há vários anos que os moradores e a Junta de Freguesia se debatem com os constrangimentos causados pelo terreno ladeado pelas Ruas Augusto Macedo, Pires Jorge e Manuel Rodrigues Silva, em Telheiras. -----

DRAFT

----- Falar sobre este processo é falar sobre um conjunto de constrangimentos caricatos e negligentes, dos quais destacamos o facto de a Câmara Municipal ter admitido, em 2008, numa reunião pública, que o terreno era seu embora não estivesse registado em seu nome, é falar de uma Câmara Municipal que se preparava para aprovar um projeto desta natureza sem qualquer tipo de estacionamento, é falar de uma Câmara Municipal que quer aprovar projetos sem os apresentar às populações e às Juntas de Freguesia, é falar de uma constante apresentação por parte da Câmara de plantas e documentos dispares que em nada ajudam na operacionalização dos projetos e é a ausência de respostas concretas às questões colocadas pelos moradores e pelas autarquias locais.-----

----- E por falar nisso, o Senhor Vereador Manuel Salgado estará muito provavelmente, com um problema grave no seu *email*, porque a ausência de resposta a um pedido de reunião também no que diz respeito a estacionamento na Freguesia de Carnide no Centro Histórico, é sintomático e só pode ser sintomático disso mesmo, um problema grave no *email*.-----

----- Mas voltando à Quinta dos Inglesinhos, não poderíamos deixar de referenciar que o parecer das comissões que analisaram esta petição, está extremamente bem elaborado e espelha uma parte significativa da resposta às justas reivindicações dos peticionários. No entanto, parece-nos, que infelizmente, mais uma vez será muito difícil que a Câmara vá de encontro às recomendações desta Assembleia.-----

----- A ausência de uma resposta efetiva a esta questão só poderá traduzir-se como sabemos, no agravamento da já caótica situação atual.-----

----- Por último, mas não menos importante, não podemos igualmente, deixar de registar, valorizar e saudar os peticionários pela sua determinação, persistência e luta que mantém viva a justa reivindicação de dar uma vida condigna a este local, com estacionamento. Porque a defesa do direito ao ordenamento do território racional, proporcional e equilibrado, tal como o direito à informação e à participação dos cidadãos nos interesses público deveria ser uma prática constante da Câmara Municipal e infelizmente, mais uma vez, não foi isso que aconteceu.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal John Baker (MPT)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Iniciamos esta sessão extraordinária com a discussão da primeira petição de 2015, sobre a construção de um parque de estacionamento subterrâneo na Quinta dos Inglesinhos, em Carnide/Telheiras, no núcleo desportivo que fez parte integrante de um loteamento aprovado em 1986.-----

----- As primeiras palavras são para realçar a importância das petições que cada vez mais se tem tornado num instrumento de participação cívica, em canal aberto, para que as populações possam expor os seus problemas, afirmando assim a sua posição para que os mesmos sejam solucionados, e o seu bem-estar enquanto cidadãos, seja reestabelecido.-----

DRAFT

----- Nesse sentido, o Partido da Terra aproveita para felicitar todos os peticionários pela importância da sua ação, desejando que deste debate resultem alguns contributos para os objetivos defendidos pelo documento em apreciação. -----

----- A primeira petição é um excelente exemplo de que vale a pena lutar por aquilo em que se acredita, pois o terreno em questão esteve abandonado cerca de vinte anos, e só com o empenho dos residentes foi possível desbloquear o arranque das obras do novo equipamento desportivo. -----

----- Infelizmente, o projeto final aprovado pela Câmara não englobou uma solução estrutural para os problemas de estacionamento. Existiram algumas diligências e estudos efetuados pela EMEL, nomeadamente, a viabilidade para a construção de um parque de estacionamento subterrâneo mas as mesmas mostram-se inconsequentes. ----

----- Em resposta à atual petição, a Câmara vem informar que apesar de ter proposta uma permuta de terreno com promotor, este declinou. No entanto, após algumas negociações chegou-se a bom porto, tendo o proprietário concordado em construir vinte e cinco lugares de estacionamento no lote em questão, facto que consideramos positivo apesar de não ir completamente contra as expectativas dos residentes. -----

----- O Partido da Terra considera que a Câmara deve reconhecer os erros de planeamento urbanístico por si viabilizados e implementados no local. A construção de um parque de estacionamento subterrâneo poderia aliviar a pressão existente nesse território, melhorando assim a qualidade de vida da população. -----

----- Assim, acompanhamos os pontos deliberativos da **Recomendação 3/69** defendendo igualmente que a Câmara deve estabelecer cabalmente os motivos técnicos e políticos de ter abandonado a solução de um parque subterrâneo. -----

----- Disse.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal João Pires (PS)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Antes de mais gostaria de felicitar o Senhor Deputado Miguel Santos pelo excelente parecer que efetuou da Petição nº 1/2015, uma petição que exige a construção de um parque de estacionamento no lote de terreno ladeado pelas Ruas Augusto Macedo, Pires Jorge e Manuel Rodrigues da Silva, na Quinta dos Inglesinhos, em Carnide/Telheiras. -----

----- Este parecer tem o mérito de uma forma clara, sistematizar toda a informação existente sobre os factos que ocorreram ao longo de vinte e sete anos, considerando como momento inicial o longínquo ano de 1988, data em que foi aprovado o loteamento. Por este dado, podemos constatar que ao longo de todo este tempo em que coligações mais à esquerda, ou mais à direita, geriram o município, não foi possível encontrar uma solução que de acordo com a legislação os direitos adquiridos, as necessidades do local e a boa gestão de dinheiros públicos, conseguisse encontrar o equilíbrio para a intervenção do lote. -----

----- Gostaria também, de felicitar os trezentos e trinta e cinco cidadãos que, fazendo uso de um mecanismo fundamental para expressarem assuntos do seu interesse, recorrem ao direito de petição. -----

DRAFT

----- De acordo com a petição, a Comissão de Representantes dos Condomínios da Quinta dos Inglesinhos defende que deve ser encontrado para o lote em apreço uma solução que permita resolver os problemas de estacionamento de que este bairro sofre, razão pela qual iniciaram contactos com o Senhor Vereador Manuel Salgado, em setembro de 2013.-----

----- Também é fator de preocupação a lixeira em que este espaço se transformou, potenciando situações de insalubridade e de insegurança.-----

----- Factualmente, podemos observar através da troca de correspondência e dos relatos ocorridos, que desde essa data, quer o Senhor Vereador, quer os serviços municipais, tentaram encontrar soluções que pudessem ser exequíveis. -----

----- Convém observar que estamos perante um cenário que logo no seu início tem uma adversidade de peso, o facto de o lote ter como uso um equipamento, mas ser propriedade de um privado. -----

----- Também podemos observar que algumas das soluções que a Câmara Municipal de Lisboa tentou intermediar, não tiveram sucesso, fosse por desacordo, fosse por desinteresse das partes. E mais uma vez se realça que ao longo de vinte e oito anos ninguém conseguiu resolver esta equação com muitas incógnitas.-----

----- Atendendo às preocupações expressas na petição e à proposta que foi construída pelo proprietário, sob orientações da Câmara Municipal de Lisboa, devemos observar se dentro do que é razoável e possível essas preocupações podem ser sanadas. Neste momento, temos uma solução em que o proprietário assumia a construção de vinte e cinco lugares de estacionamento no interior do edifício, e ainda trinta e três lugares de estacionamento disponíveis para moradores no seu exterior. -----

----- Conforme as recomendações do parecer, e também de acordo com a posição assumida pelo Senhor Vereador Manuel Salgado, o reperfilamento da rua poderá também originar mais lugares de estacionamento na zona envolvente, atingindo um valor semelhante aos cerca de sessenta lugares solicitados pelos peticionários. -----

----- Face ao exposto, entendemos que a Câmara Municipal de Lisboa deve ser felicitada por ter resolvido um difícil problema com vinte e oito anos, indo ao encontro das expectativas dos diferentes intervenientes, e sanando os principais problemas identificados pelos peticionários, o problema de um terreno que se transformou em lixeira e o problema do estacionamento. -----

----- Como tal, não acompanhamos de modo nenhum as críticas feitas pelo PCP à Câmara Municipal de Lisboa acompanhado por outros partidos políticos. São injustas e desfasadas da realidade.-----

----- A Câmara Municipal de Lisboa merece os parabéns por ter resolvido este problema.-----

----- Disse.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Sobreda Antunes (PEV)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Em primeiro lugar, o Grupo Municipal de “Os Verdes” gostaria de saudar esta iniciativa de cidadania assumida pelos peticionários. -----

DRAFT

----- Embora esta Petição sobre a construção de um Núcleo Desportivo na Quinta dos Inglesinhos, junto à Azinhaga da Torre do Fato, em Carnide, possa parecer um tema recente, de facto, é um ponto de chegada sobre um alvará de loteamento datado de 1988 e de um abaixo-assinado que os moradores haviam apresentado em 2005, onde alertavam a CML para um terreno expectante e o problema das acessibilidades nas zonas circundantes.-----

----- A Câmara Municipal de Lisboa demoraria quase uns longos dez anos a tomar posição, tendo apenas em finais de 2013 decidido emitir um parecer sobre um PIP para a edificação de um complexo desportivo e de recreio composto por 2 campos de ténis, 3 de padel, sala de reuniões, balneários, arrumos, receção, bar e espaços para eventos. Nessa informação, os serviços reconheciam a inexistência de um estudo de tráfego e transportes, bem como não terem sido previstos lugares de estacionamento no interior do lote.-----

----- Reconhecendo que se trata de uma zona eminentemente residencial e densamente habitada, um parecer do Departamento de Gestão e Tráfego da CML datado de 5/8/2014 acabaria por concluir que havia que salvaguardar a segurança rodoviária, pois o equipamento movimentaria mais de uma centena de utentes por dia, sendo sabido que em equipamentos desta natureza, como os de desporto, piscinas municipais, ginásios, fitness, etc., está comprovado o uso intensivo do automóvel, sendo os fluxos de tráfego muito significativos.-----

----- O parecer dos serviços postulava ainda que o requerente (ou seja o promotor) teria de (vou citar) “garantir espaço de estacionamento no interior do lote reservado às atividades essenciais e aos usos previstos, de cargas e descargas e viaturas de apoio aos funcionários, para além dos destinados aos visitantes”. Lembrava também que, de acordo com a planta, não tinham sido estudados os caminhos de circulação pedonal, nem indicada qualquer passagem de peões na zona envolvente, nem mesmo estarem previstas infraestruturas de sinalização na envolvente. O parecer concluía serem óbvios os impactos negativos, designadamente pela usurpação de lugares públicos destinados aos moradores, numa zona já por si deficitária.-----

----- Foi então necessário os moradores intervirem numa reunião pública de Câmara Municipal de Lisboa e agora também na Assembleia Municipal de Lisboa, para que, há menos de um mês, os serviços de urbanismo encetassem “contactos com o promotor no sentido de se acautelar o estacionamento gerado pelo equipamento no interior do lote” e a vereação lhes promettesse o reordenamento dos lugares de estacionamento e o reperfilamento das vias envolventes.-----

----- Os residentes desde o início publicamente afirmaram verem a construção do equipamento como um elemento positivo, já que o mesmo irá beneficiar a população em geral, terminando um longo impasse com cerca de 2 décadas. Consideram, porém, que a não resolução do problema gerado pelo deficiente planeamento urbanístico, constituirá não apenas uma oportunidade perdida, para a resolução do problema de estacionamento da zona, como agravará a futura circulação de trânsito junto ao Núcleo Desportivo. Mais grave ainda por se tratar de uma área onde já por si é

DRAFT

extremamente difícil o acesso das viaturas de socorro dos bombeiros, por haver várias vias com becos sem saída. -----

----- Daí a necessidade de reperfilamento das vias envolventes ao Núcleo Desportivo, como prometido em reunião pública de Câmara Municipal Lisboa. Não menos importante, seria ainda o facto de uma parcela de terreno público com cerca de 740 m², se encontrar indevidamente ocupada há perto de 20 anos, devendo ser devolvida ao Município. -----

----- Finalmente, em todo este processo é omitida uma questão verdadeiramente fulcral: o projetado prolongamento da linha verde de Telheiras à Pontinha, com a construção da prometida nova estação de Metropolitano junto à Quinta dos Inglesinhos, entre a Alameda Roentgen e a Praça de São Francisco de Assis. Para “Os Verdes” essa será também uma solução chave para os problemas de congestionamento de todo aquele bairro. -----

----- Em conclusão, hoje o difícil é conseguir-se compreender porque foi necessário os moradores lançarem um abaixo-assinado, insistirem dez anos depois com uma petição para pressionarem a Câmara Municipal de Lisboa a ponderar com equidade soluções pragmáticas para o reordenamento da circulação de trânsito local, e exigirem o cumprimento das promessas feitas aos munícipes em sessão pública de Câmara Municipal de Lisboa. É por isto que se justificam atos de cidadania como este que de novo daqui saudamos. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Fernando Nunes da Silva (IND)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “O nosso querido amigo, e Deputado João Valente com a emoção da conquista do Bicampeonato cometeu um pequeno lapso no final da sua intervenção e trocou o elogio e louvor à Assembleia Municipal pela Câmara. Porque, de facto, foi a Assembleia Municipal que encontrou a solução, e isso é que me parece que é uma questão importantíssima de realçar. E encontrou solução porque, de facto, de vocês analisarem o extenso objetivo e o notável trabalho que foi feito pelo Miguel Santos em relação a este dossier, percebesse que a Câmara fez menos em praticamente, na longa permanência do Senhor Vereador Manuel Salgado no Pelouro do Urbanismo que é, aliás, a maior de todas, quer em democracia, quer antes da democracia, de um Vereador com o mesmo pelouro em matéria do urbanismo, a Assembleia Municipal fez mais em cinco meses do que aquilo que foi feito pelo Pelouro. E mesmo assim, eu diria, tirado a ferros como nós bem nos apercebemos nas últimas coisas. -----

----- Este processo, de facto, não abona muito em relação à Câmara. Não vamos aqui falar no assunto do passado, a única coisa que eu estranho é como é que nisto tudo não se tiram quaisquer consequências em termos de responsabilidade, quer dos serviços técnicos, quer eventualmente, de políticas, porque nem tudo se pode assacar aos políticos. Porque, de facto, há coisas que não se conseguem entender, como é que é possível ter passado tanto tempo em que um terreno em que, afinal, era municipal estava vedado por um privado, como é que é possível ter-se feito um loteamento naquelas condições, com aquele tipo de cedências que depois se julgam que eram

DRAFT

públicas, e depois afinal não eram públicas, como é que é possível terem deixado passar tempo sem registarem os terrenos de cedências na posse da Câmara. Estas coisas eu penso que deveriam ser analisadas para que, no futuro, não se cometessem os mesmos erros e não se deixassem passar estes sem qualquer tipo de sanção. -----

----- Mas é também, uma oportunidade perdida em relação àquilo se defendeu no executivo anterior que era envolver decididamente, a EMEL na resolução do problema dos estacionamento de residentes e em parcerias com os diferentes promotores, e em parcerias com os diferentes agentes e atores no terreno. É evidente que ninguém vai prescindir de ganhar mil, quando lhe oferecem cem. Mas ganhar cem já é muito bom, quando a alternativa pode ser ganhar zero. E aí a vontade política da Câmara é fundamental. É evidente que se eu chegar a um promotor e disser; “meu amigo, agora tem de gastar mais dinheiro para construir aqui um parque de estacionamento em parceria connosco, e a alternativa é não construir o parque de estacionamento e não lhe acontece nada, só algum benemérito é que iria aceitar essa proposta. Mas isso não é algo que esteja fora da prática de uma Câmara Municipal, como demonstram várias Câmaras. -----

----- Vou concluir com duas questões, em que isto demonstra não só a importância das pessoas se mobilizarem, como não desistirem até que as suas soluções sejam conseguidas. -----

----- E a pergunta que fica é esta; porque é que não foi dado seguimento a outras propostas da Associação de Moradores de Telheiras para reordenar o estacionamento e alguns terrenos que estão semiabandonados, ou que têm uma utilização bastante diminuta em relação àquilo que poderiam ter. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Paulo Figueiredo (PS)** no uso da palavra, fez o seguinte pedido de esclarecimento:-----

----- “Senhor Deputado Fernando Nunes da Silva, com toda a consideração pessoal e política, isto já começa a ser, de facto, caso caricato, e só não seria caricato se não estivéssemos num órgão político e com a repercussão que esse caricato tem. Porque nós já começamos todos a perceber que aqui há de facto, uma questão pessoal, mas se há uma questão pessoal, eu ia dar um conselho que era convidar o Vereador Manuel Salgado para tomar m café. Mas se a coisa às vezes, é difícil eu posso servir de mediador, porque nesta situação em concreto estamos perante uma intervenção totalmente, desfasada da realidade. Não é o Deputado João Valente Pires que está desfasado da realidade, é o Deputado Municipal Fernando Nunes da Silva porque no projeto que temos em cima da mesa é uma solução feita, resolvida pela Câmara Municipal. O que a Assembleia Municipal aqui faz é procurar compatibilizar algumas melhorias e alguns interesses. Não se chegou a um acordo para outras soluções não foram, apenas e só, por responsabilidade da Câmara Municipal, antes pelo contrário. Eu não vou fazer aqui a história porque não me quero alongar sobre isso, mas quem esteve em todas as reuniões das comissões que abordaram este assunto, perceberam bem que muitos dos peticionários também queriam tudo e mais alguma coisa, mas depois até houve uma postura de compromisso da Freguesia de Carnide que,

reivindicando ir mais além, também apresentou propostas construtivas que foram acolhidas por este parecer.-----

----- Portanto, não faz nenhum sentido a sua intervenção em termos do que é o concreto. Mas, ainda, faz menos sentido, e por isso eu pedi a palavra para este esclarecimento, estes mimos que são dados sobre a permanência do Vereador Manuel Salgado em funções, que eu saiba ainda a autonomia, no caso do Partido Socialista mas também foi subscrita pela Associação Lisboa é Muita Gente, pelo Movimento de Cidadãos Por Lisboa, para constituirmos as nossas listas. E portanto, o Vereador Manuel Salgado integrou as listas por dois motivos; -----

----- 1º - Porque nós o escovilhemos para estar nas listas;-----

----- 2º - Porque os eleitores de Lisboa votaram para que o Vereador Manuel Salgado fosse eleito e exercesse responsabilidades que tem exercido muito bem, e quero deixar aqui bem claro que o Partido Socialista se orgulha do trabalho do Vereador Manuel Salgado, e já estamos fartos de alguns Deputados Municipais estarem, permanentemente, a fazer insinuações sobre o trabalho do Vereador Manuel Salgado. -

----- Se há alguma coisa para se colocar em cima da mesa, que se coloque. E que se deixem de usar intervenções desfasadas da realidade para conversas que, se calhar, há problemas que têm de ser resolvidos noutra fórum e não aqui, na Assembleia Municipal de Lisboa.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Fernando Nunes da Silva (IND)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “É evidente que, primeiro não há questões pessoais, se as houvesse elas não eram para aqui chamadas, nem é aqui que elas devem ser resolvidas.-----

----- Alguns colegas têm grande prática do chamado circo político e mediático, que não é o meu caso nem nunca irei fazê-lo por aí. -----

----- Apreciei bastante a intervenção do Rui Paulo Figueiredo, é uma boa intervenção do ponto de vista dos objetivos que procurava atingir, mas de facto, não corresponde à realidade. -----

----- Quando eu chamo aqui a atenção para a permanência, não tem nada a ver com contestar a permanência do Senhor Vereador Manuel Salgado aqui, aliás, ele pode dizer o que quiser, testemunhar qual foi a minha opinião relativamente ao momento em que se colocou a saída do então Presidente António Costa quanto às funções que deveria desempenhar na Câmara Municipal de Lisboa. Portanto, essas questões estão resolvidas, não há problema, bem pelo contrário, as deduções que poderiam retirar era exatamente, no sentido contrário àquelas que o Senhor Deputado avançou.-----

----- Agora, há aqui uma questão que me parece fundamental e é política e é como política que ela deve ser assumida, que é o seguinte, tudo aquilo que tem a ver com as pequenas coisas que interferem no quotidiano das pessoas nos bairros têm tempo de resolução absolutamente, brutal. E isso não é compaginável com uma Câmara que tem trabalhado segundo a mesma orientação, durante oito anos. É só isto que chamo a atenção.-----

----- E se os colegas estiverem disponíveis para isso, eu poderei explicitar de uma forma extremamente clara, com exemplos e factos objetivos o que quer dizer com isto

DRAFT

em reunião da 3ª Comissão e que farei com todo o gosto. E também farei, até para não dizerem que é só crítica, também explicarei como é que se pode ultrapassar esse tipo de problemas, porque não é admissível que se demore dois meses a comunicar a um requerente que é preciso entregar mais um papel no licenciamento. Não é admissível que um determinado tipo de situações tenham soluções extremamente expeditas e de bom senso, sublinho, de bom senso, e noutros casos tenha que se fazer um calvário de dezoito páginas de elementos que era necessário disponibilizar que se intervém, por exemplo, no derrube de uma parede num interior de uma casa de 1956, e que se exige um estudo de conforto acústico e conforto térmico. -----

----- São estas as questões que não têm propriamente, a ver com o aspeto da pessoas A ou B, ou B, ou C, mas que tem a ver com o funcionamento da estrutura técnica da Câmara que é importante, aqui, salientar. -----

----- E este caso poderia ter tido esta solução há muito mais tempo do que os vinte e tal anos que demoraram para ter uma resolução, uma solução que como se viu foi uma solução de compromisso e nesse compromisso o papel da Assembleia Municipal, e provavelmente estaremos em desacordo, o papel da Assembleia Municipal foi fundamental. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “A Mesa por uma questão de independência, não pode deixar de chamar a atenção sobre uma questão que é relevante. O Senhor Deputado chamou a atenção para o tempo que as coisas demoram a decidir, e a Mesa também quer lembrar que a primeira petição está na 8ª Comissão de que este Deputado também é Presidente, para dar uma resposta até trinta de março, e só teve o parecer ontem. Portanto, o tempo é o tempo que as pessoas precisam para analisar, discutir e debater e concluir sobre as matérias. -----

----- Penso que tenho de dizer sobre estas questões porque se trata de uma questão de independência. -----

----- O Senhor Deputado se quiser fazer uma interpelação à Mesa, poderá fazê-lo do seu lugar. -----

----- E pedia para não gastarmos muito tempo nestas questões porque os Senhores Peticionários estão à espera, e temos mais três petições para apreciarmos.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Fernando Nunes da Silva (IND)** no uso da palavra, fez a seguinte interpelação à Mesa: -----

----- “A Senhora Presidente sabe que este assunto foi apreciado por duas comissões em conjunto, e nem sempre é fácil marcar perante a quantidade de reuniões que existem nesta Assembleia Municipal com as comissões e acertar datas, e nós quisemos ouvir, não só os peticionários, mas ouvir também os serviços da Câmara. E através da progressão que houve através da solução inicial que, aliás, consta do relatório que foi apresentado e quando aqui chegou, foi um trabalho que foi feito de participação pública e que acho que é uma coisa que a Senhora Presidente muito preza, e eu também, e essa participação por vezes exige que os prazos administrativos

não sejam cumpridos. Mas julgo que teve uma boa justificação o facto de não os ter cumprido.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, respondeu o seguinte:--

----- “Com certeza, Senhor Deputado, mas não é isso que está em causa. A única coisa que eu quis salientar é que o tempo é o tempo que as coisas precisam para serem resolvidas, e por vezes não é aquele tempo que, inicialmente, desejamos.-----

----- Não estou aqui a protestar contra ninguém, nem a alertar contra coisa nenhuma, apenas a explicar que as decisões levam tempo. Nós somos um órgão de tomada de decisão coletiva, e as decisões levam o tempo que têm de levar. -----

----- Era apenas isso que eu queria salientar e não vejam nisto qualquer outra intenção.

----- Vamos prosseguir.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles (BE)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “O ambiente está crispado e não ajuda à discussão. Parece-me, e se me permite o comentário, que a contagem de prazo nas comissões não deve ser comparada, ou equiparada, ao que são as responsabilidades da Câmara, são ambos órgãos responsáveis mas não me parece que sejam coisas idênticas e, portanto, fazer essa comparação não me parece adequada, nem justa. -----

----- Em segundo lugar, referir que, no que vimos nesta última intervenção que o Partido Socialista não está a conviver bem com a crítica, há muitos Deputados Municipais que fazem, e farão sempre, críticas aos Vereadores do Executivo, isso é natural, esta casa também serve para isso e, portanto, estarem fartos das intervenções de alguns Deputados não abona para que este espaço seja um espaço de liberdade, democracia e discussão em que usaremos todos da palavra da melhor forma e com toda a liberdade. -----

----- Quanto à questão das petições, e porque aqui também é o espaço das petições porque são um instrumento da democracia, queria saudar os peticionários, não só desta mas das restantes petições, ao todo são quase mil e quinhentos peticionários, são muitos lisboetas envolvidos e é salutar que utilizem este instrumento para trazer para aqui essa discussão, mesmo que, em alguns casos, possamos discordar e não ir ao encontro do que é exposto. -----

----- Neste caso, é reivindicado um espaço de estacionamento. Telheiras é o reflexo do que foi uma política de crescimento urbano errado, orientado para a construção e pouco para os outros parâmetros que definem a qualidade de vida de quem habita na cidade e, em particular, Telheiras tem esse problema na acessibilidade e no estacionamento. -----

----- Não só com estes peticionários com outras petições que temos, também, em análise na Assembleia Municipal coloca-se o problema da acessibilidade e do estacionamento em Telheiras. -----

----- São muitos anos de erros, de planeamento e são muitos anos de inação sobre espaços na cidade, terrenos que poderiam ter outro fim se tivessem outra atenção e outra preocupação. -----

DRAFT

----- Portanto, subscrevemos e saudamos o relatório do Senhor Deputado Miguel Santos, subscrevemos as suas recomendações. É natural e é necessário que seja invertido o paradigma do transporte individual do carro, mas não podemos também, impor àquelas famílias que tomaram uma opção de viverem naquela zona e que têm limitações na sua mobilidade, que agora passem a fazê-lo de um dia para outro e de uma forma completamente diferente. -----

----- Mas com certeza, subscrevemos as propostas para cruzamento com outros modos de mobilidade, mobilidade suave, pistas cicláveis, articulação com partilha de bicicletas, etc..-----

----- Vou terminar e saudar os peticionários. Noutras ocasiões podemos voltar a este tema, teremos outras petições que referem o tema do estacionamento em Telheiras e tal como é aqui trazido é um problema grave da cidade.” -----

----- **O Senhor Vereador Duarte Cordeiro** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Fazer comentário à petição e às intervenções que aqui ocorreram. -----

----- Em primeiro lugar, saudar os peticionários, e obviamente que a Câmara Municipal tem consciência de que há processos que têm uma duração que não são explicáveis do ponto de vista daquilo que é natural decorrer das situações que passam por vários executivos, inclusivamente, executivos de vários partidos políticos que estão aqui representados e que eu penso., como nós fazemos parte de partidos políticos nós somos solidários com as equipas que fazemos parte.-----

----- O Senhor Deputado Fernando Nunes da Silva também fez parte de um executivo o qual, durante estes vinte anos, fez parte da Câmara Municipal e portanto, surpreende-me que não tenha essa solidariedade com o executivo que fez parte, algo que eu, por exemplo, terei do princípio ao fim. E digo-lhe que sobre essa matéria terei sempre com o arquiteto Manuel Salgado que aqui está ao meu lado, e com qualquer outro elemento do executivo da Câmara Municipal de Lisboa. Portanto, assumo qualquer erro, qualquer atraso, qualquer falha que exista da parte de qualquer colega, é uma falha minha e eu não tenho qualquer vergonha de o assumir, o que interessa é que a Câmara Municipal de Lisboa esteja disponível para o corrigir os problemas quando eles se encontram, por vezes, infelizmente, duram vinte anos para resolver, outros demorarão menos tempo, mas a verdade é que em democracia também funciona e ainda bem que existem peticionários e ainda bem que existe uma Assembleia Municipal.-----

----- Também não fazemos o jogo de valorizar um órgão em detrimento do outro. Felizmente, em democracia os órgãos complementam-se, existe a Câmara Municipal, existe a Assembleia Municipal, existem as Juntas de Freguesia, cada um deve respeitar o seu papel e de preferência devem ser colaborativos e solidários no papel que cada um tem. E sobre essa perspetiva também pode garantir que não faço, não partilhamos o jogo de dizer quem é que é mais responsável, ou quem é que tem mais mérito na resolução do problema, desde que ele seja resolvido. -----

----- Portanto, dizer que, como é do conhecimento da parte de, que a Câmara Municipal aceita, como sempre aceitou, as recomendações que a Assembleia Municipal aprova sobre esta e sobre outra qualquer petição.-----

----- Dizer que, com humildade, queremos responder o mais rapidamente possível por estes problemas, e estou certo que obviamente, continuaremos a fazê-lo na medida das nossas possibilidades. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “Chegamos ao fim das nossas intervenções. E peço a vossa atenção para a votação. Peço que não estejam na sala pessoas que não sejam Deputados, e que os Senhores Deputados que estão de pé que ocupem os seus lugares. -----

----- A Mesa vai pôr à votação a **Recomendação n.º 3/69**, recomendação que recolhe as recomendações do parecer do Senhor Deputado Miguel Santos, à exceção da 5ª que era apenas uma distribuição que já foi feita. Portanto, os outros quatro pontos são exatamente o que constam do relatório do parecer conjunto da 3ª e 8ª Comissões.-----

----- Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNPN e 6IND. A **Recomendação n.º 3/69**, que resulta do Parecer foi **aprovada por unanimidade com saudação da Assembleia Municipal aos peticionários**. -----

----- (O PSD referiu que apresentará uma Declaração de Voto a justificar a sua posição).-----

----- “*O Grupo de Lista do PPD/PSD na Assembleia Municipal de Lisboa, apresenta a seguinte Declaração relativamente ao seu Voto Favorável na Recomendação n.º 3/69 da 3ª Comissão Permanente Municipal de Ordenamento do Território, Urbanismo, Reabilitação Urbana, Habitação e Desenvolvimento Local e da 8.ª Comissão Permanente Municipal de Mobilidade e Segurança, submetida a Plenário da Assembleia Municipal na sessão de 19 de Maio de 2015 e aí acolhida por Unanimidade, com Saudação aos Peticionários relativa ao Parecer sobre Petição à Assembleia Municipal de Lisboa a exigir a construção de um parque de estacionamento no lote de terreno ladeado pelas ruas Augusto Macedo, Pires Jorge e Manuel Rodrigues Silva, na Quinta dos Inglesinhos, em Carnide/ Telheiras, produzido em resposta à Petição n.º 1/2015, apresentada a 19 de Fevereiro de 2015 à Assembleia Municipal de Lisboa.*-----

1-O Grupo Municipal do PPD/PSD votou FAVORAVELMENTE a Recomendação em epígrafe, por verificar que o seu texto dá razão aos Peticionários na sua legítima reclamação por a Câmara Municipal de Lisboa manter uma larga área sita na antiga Quinta dos Inglesinhos em Telheiras sem qualquer tratamento urbanístico ao longo de muitos anos e por considerar que o estudo da problemática em causa e a composição do Relatório foram-no de forma tão exaustiva quanto apropriado à natureza da inquirição, incluindo recomendações muito válidas para promover ações corretivas.-----

2-No entanto e apesar da exposição no Parecer de uma sucessão de alternativas de arranjo do local, conjugando um Parque Desportivo com áreas de estacionamento de

viaturas ligeiras, verifica-se continuar indefinida a forma concreta de que se revestirá a solução, levantando fundadas dúvidas quanto à vontade da Câmara em adotar e implementar uma decisão urbanística conforme às necessidades definidas pela população, pela Junta de Freguesia de Carnide e pelos Peticionários”.-----

----- **PONTO 2 - APRECIAR A PETIÇÃO N.º 2/2015 – PROTESTO CONTRA O ESTACIONAMENTO E RECENTE ALTERAÇÃO DOS SENTIDOS DE CIRCULAÇÃO DO TRÂNSITO NO BAIRRO DE PALMA, NOS TERMOS DA PETIÇÃO E AO ABRIGO DO ARTIGO 85º DO REGIMENTO (GRELHA BASE – 34M E 10M PARA OS PETICIONÁRIOS). APRECIACÃO DO PARECER DA 8ª COMISSÃO PERMANENTE.**-----

----- (A Petição n.º 2/2015 fica anexada à presente Ata como Anexo IV e dela faz parte integrante)-----

----- (Recomendação n.º 4/69, anexada à presente ata como anexo V e dela faz parte integrante).-----

----- (O Parecer da 8ª Comissão Permanente de Mobilidade e Segurança sobre a Petição n.º 2/2015, fica anexado à presente Ata como Anexo VI e dela faz parte integrante)-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Trata-se de um protesto contra o estacionamento e recente alteração dos sentidos de circulação de trânsito no Bairro da Palma. Esta petição foi apreciada pela 8ª Comissão, e o Senhor Deputado relator foi o Senhor Deputado Diogo Moura que a seguir apresentará o resultado do seu trabalho.”-----

----- **O Senhor Nuno Ricardo Araújo de Brito** na qualidade de representante dos peticionários, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Na qualidade de representante dos Senhores Peticionários protesto contra o estacionamento e recente alteração dos sentidos de circulação de trânsito do Bairro de Palma, e quero agradecer a Vossas Excelências a oportunidade de expor as preocupações dos moradores de Palma.-----

----- O Bairro de Palma localiza-se na Freguesia de São Domingos de Benfica. Bairro tipicamente alfacinha com características socioeconómicas similares a tantos outros bairros da Cidade de Lisboa.-----

----- A faixa etária dos seus moradores é particularmente envelhecida, muitos dos seus habitantes com problemas de locomoção, confrontam-se com a irregularidade do piso e a degradação da via pública.-----

----- O estacionamento abusivo dos alunos de uma instituição de ensino superior, bem como a afluência aos restaurantes locais, resultam de uma clara diminuição da qualidade de vida dos seus habitantes que vêm a entrada das suas casas bloqueadas pelos carros, pelo movimento dos mesmos, colocando em perigo a integridade física dos seus habitantes.-----

----- A poluição gerada pelos veículos automóveis, quer do ponto de vista ambiental, quer sonoro, degrada substancialmente, a qualidade de vida dos habitantes do bairro. -

DRAFT

----- Para agravar a situação, as recentes alterações do sentido de trânsito são objeto de crítica por parte da população e dos comerciantes pelos condicionalismos que causa, gerando um número elevado de infrações devido aos transtorno provocado por esta medida, que não se enquadra nas necessidades dos seus habitantes locais. -----

----- As entidades fiscalizadoras, ainda que operacionais, são ineficazes até porque se torna impossível agir diariamente. -----

----- Os habitantes apelam à sensibilidade de Vossas Excelências na concretização das pequenas alterações mencionadas na petição. A serem implementadas, iriam no imediato, beneficiar a comunidade local, aguardando pelas grandes obras estruturais que estão previstas para o bairro, pelo atual executivo. -----

----- Para finalizar, quero agradecer o parecer emitido pela 8ª Comissão da Assembleia Municipal de Lisboa, esperando que as recomendações ali previstas sejam efetivamente, assumidas pela Câmara Municipal tendo em conta que os projetos apresentados pelo município para o bairro, não resolvem a curto prazo os problemas imediatos, sendo que o parecer da Comissão tem essa preocupação constatada, quer nas conclusões da comissão, quer nas recomendações. -----

----- Muito obrigado pela atenção.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP)** na qualidade de Relator da 8ª Comissão Permanente, fez a seguinte intervenção:-----

----- “A petição número 2 intitulada “Contra o estacionamento e recente alteração do sentido de circulação de trânsito, no Bairro de Palma”, assinada por 264 munícipes, vem solicitar e apelar aos órgãos municipais que se debrucem sobre as alterações ao trânsito efetuadas pela Câmara Municipal de Lisboa de acesso ao Bairro de Palma, que permite a entrada pela Rua Antonino e Sá e mantendo como via de saída, bem como a exigência de resolução de vários assuntos de âmbito urbanístico, social, mobilidade e segurança dos seus moradores e comerciantes. -----

----- Das várias diligências efetuadas pela Comissão, os peticionários relataram a recente alteração do sentido de tráfego automóvel que viabilizou a entrada no Bairro de Palma pela Rua Antonino e Sá sendo o mesmo contornado através da Rua Direita de Palma, o que trouxe problemas aos moradores por ausência de cumprimento da sinalética e fiscalização, espelhada na continuidade de utilização da Rua Antonino e Sá como via de saída. Por outro lado, realçaram que a artéria ora citada detém uma distância entre edifícios que não permite a normal circulação de veículos em dois sentidos. -----

----- Levantaram, também, a questão do estacionamento abusivo no bairro originado, essencialmente, por alunos de estabelecimento de ensino superior e por alguns trabalhadores de empresas da área circundante. Este estacionamento levanta problemas de segurança uma vez que as viaturas são parqueadas de forma desregrada, impedindo o livre acesso dos moradores às suas habitações destacando, a título de exemplo, várias situações ocorridas de impedimento de acesso a ambulância e veículos com dístico de deficiente. -----

DRAFT

----- Alertaram para o facto da Rua Direita da Palma, que circunda o bairro e liga a zona da Loja do Cidadão e Laranjeiro à Palma de Baixo, ser utilizada como via de escapa provocando, assim, o aumento da poluição sonora e ambiental.-----

----- Os peticionários salientaram a idade avançada dos moradores, pelo que seria fulcral tomar medidas em curto prazo para resolver as questões supra elencadas mas, também, que contribuam para a regeneração urbana e comercial do Bairro, dando como exemplo o centro histórico de Carnide.-----

----- Das intervenções realizadas pelos vários deputados municipais, o Presidente da Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica, António Cardoso, aproveitou o momento para informar que as recentes alterações ao trânsito automóvel no Bairro de Palma têm carácter experimental.-----

----- Contudo, destacou o projeto municipal intitulado “Uma Praça em Cada Bairro”, destinado a intervenções no espaço público, cujo Bairro de Palma se encontra afetado com a identificação “8”, aproveitando para distribuir documentação sobre o projeto em causa.-----

----- Referiu o processo participativo junto da comunidade, nomeadamente a participação pública em reunião decorrida a 9 de Fevereiro no Sport Club Palmense, reafirmando que é objetivo da Junta, em parceria com a CML, de recuperar o Bairro de Palma com base nos princípios delineados no projeto e que em 6 áreas: reordenamento de estacionamento e redução de atravessamento de veículos pelo núcleo histórico; necessidade de reparar e nivelar pavimentos, de modo a dar prioridade ao peão; criação de esplanadas no Rossio de Palma com mobiliário urbano, equipamentos de manutenção física para adultos e brinquedos para crianças; aumento do número de ecopontos e maior limpeza do espaço público; interdição do estacionamento na frente das portas das habitações; e a circulação viária em sentido único e definição de áreas para cargas e descargas.-----

----- O projeto prevê que a obra tenha início no primeiro trimestre de 2016.-----

----- A Comissão concluiu que:-----

----- O Bairro de Palma é um dos poucos bairros de Lisboa que resistiu à densificação urbanística e consolidação da capital;-----

----- Face a essa consolidação, importa preservar os espaços que mantêm a sua génese identitária e histórica da Cidade;-----

----- O projeto “Uma Praça em Cada Bairro” tem as bases para resolver muitos dos problemas apresentados pelos peticionários contribuindo para a reabilitação do edificado e regeneração do espaço público, adequado aos desafios de uma cidade cosmopolita mas moderna;-----

----- É essencial desenvolver medidas, a curto prazo, que solucionem alguns dos problemas quotidianos dos moradores;-----

----- Importa encontrar, também e com a maior brevidade possível, uma solução de mobilidade que garanta o livre e seguro acesso dos moradores às suas habitações, bem como assegurar a fluidez no acesso a veículos prioritários e de emergência;-----

DRAFT

----- Reequacionar o sentido do tráfego e o estacionamento abusivo num Bairro cercado por zona com parquímetros taxados pela EMEL (zona 46), o que constitui o mesmo como um atrativo e “ilha” a quem opte por estacionar sem pagar; -----

----- A necessidade de minimizar o tráfego automóvel de atravessamento do Bairro; ---

----- A procura de soluções que garantam a qualidade de vida aos moradores, na sua maioria com idade bastante avançada. -----

----- Perante estas diligências tomadas pela Comissão e das conclusões obtidas, a 8ª Comissão Permanente de Mobilidade e Segurança apresentou as seguintes recomendações que apresenta, hoje, a este Plenário: -----

----- Efetue o levantamento e avaliação das alterações de trânsito efetuadas nos acessos à circulação no Bairro de Palma; -----

----- Até à conclusão do projeto “Uma Praça em cada Bairro”, seja estudada uma solução para o estacionamento abusivo, nomeadamente: -----

----- i. A marcação de lugares de estacionamento que garantam as distâncias mínimas das entradas das habitações e estabelecimentos comerciais; -----

----- ii. Proibição de circulação e acesso ao Bairro à exceção de moradores, comerciantes e veículos de emergência, nas artérias Rua Antonino e Sá, Travessa da Palma, Rua Nova de Palma, Largo de Palma, Rossio de Palma e Vila Penteadado; -----

----- iii. Em conjunto com a EMEL, delimitar a zona apenas para residentes. -----

----- O parecer agora lido foi aprovado por maioria, com uma abstenção do PSD.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal John Baker (MPT)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “O Partido da Terra relativamente à Petição nº 2/2015, protesto contra o estacionamento abusivo e recente alteração dos sentidos de circulação de trânsito no Bairro de Palma gostaria de referir o seguinte: -----

----- O Bairro de Palma é um bairro histórico. Construído nos anos trinta, no século vinte, onde a Fábrica Viúva Lamego laborou, e se manteve até 1992. Ali sediava o centenário Sport Futebol Palmense, um dos três clubes mais antigos da Cidade de Lisboa. É um bairro perdido na Cidade de Lisboa, que nos transporta para as crónicas de Lobo Antunes que tão bem retratam a vivência dos habitantes da Freguesia de Benfica, nos anos cinquenta. -----

----- A população do Bairro de Palma é uma população maioritariamente, envelhecida. Residente em habitações térreas com acesso direto à via pública. Embora se assuma como um bairro pacato a sua localização está envolto de um grande tráfego automóvel e de fácil acesso ao Metropolitano de Lisboa, explicando-se assim o aumento do estacionamento selvagem, não residentes, tornando a mobilidade dos que lá vivem muito mais reduzida. -----

----- A alteração dos sentidos de trânsito vem prejudicar mais o problema que necessita de uma intervenção mais profunda. -----

----- No dia nove de fevereiro do corrente ano, na sede do Sport Futebol Palmense, decorreu a apresentação do Projeto de Requalificação do Rossio de Palma, no âmbito do Projeto Municipal “Uma Praça em Cada Bairro”, cujo arranque das obras está previsto para o início de 2016. Este projeto de requalificação procura manter as raízes

históricas do Bairro de Palma e privilegiar as verdadeiras necessidades da sua população, nomeadamente, a diminuição da circulação automóvel com consequente reordenamento do trânsito, a valorização dos percursos pedonais, a construção de um parque infantil, a introdução de espaços verdes em zonas de lazer, onde se apostará, também, na criação de zonas de esplanadas.-----

----- O Partido da Terra acredita, também, nas boas intenções do Presidente da Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica, esperando que o projeto de requalificação entre em vigor nos prazos estabelecidos e que a Câmara Municipal dê o devido suporte.-----

----- Para finalizar, concordamos com os pontos deliberativos da recomendação uma vez que a mesma, apresenta medidas exequíveis, a curto prazo, que serão sem dúvida uma mais-valia para a melhoria da mobilidade do referido bairro.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Páscoa (PCP)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Em primeiro lugar saúdo os peticionários do Bairro da Palma por esta iniciativa, testemunho e mais um exemplo dos direitos de participação que como cidadão todos temos o direito.-----

----- Nesta matéria, o PCP genericamente, revê-se no parecer aprovado em sede de Comissão Permanente de Mobilidade e Segurança e que vão ao encontro das preocupações dos moradores. De facto, é importante preservar a identidade dos espaços que mantem a sua génese histórica.-----

----- Face à situação criada com estas alterações de trânsito, em nosso entender é urgente uma intervenção imediata. A resolução dos graves problemas de trânsito neste bairro podem passar pela iniciativa “Uma Praça em Cada Bairro”, e é correto que assim seja, mas não se pode adiar, até 2016, a resolução que deve ser imediata em medidas pontuais que minorem o problema e essas medidas são genericamente, apontadas no parecer aprovado.-----

----- Obrigada.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal João Pinheiro (PS)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Estas iniciativas, estas petições enriquecem a democracia da cidade, trazem-nos, ou devem trazer-nos, o conhecimento local, as sensibilidades das populações, ajudam-nos a refletir sobre os problemas.-----

----- Neste caso concreto, teríamos a ganhar se esta petição tivesse como representante um genuíno morador do Bairro de Palma, que nos trouxesse o conhecimento profundo daquela realidade, daquela história, e é isso que eu vou trazer aqui para complementar um pouco aquilo que já foi dito.-----

----- O Bairro de Palma, ao contrário do que foi dito, não é igual a tantos outros da cidade. O Bairro de Palma tem uma singularidade histórica e geográfica. Histórica porque é um bairro de génese operária, de casas térreas que durante muito tempo serviram as indústrias têxteis e fabril daquela zona. É um bairro que foi resistindo, que

DRAFT

aprendeu a sobreviver ao cerco que progressivamente se foi fazendo por loteamentos mais recentes.-----

----- Fruto da sua génese comunitária da união entre as pessoas, conseguiu manter a sua identidade histórica, e é essa identidade histórica que os órgãos municipais devem ajudar a preservar, conferindo-lhe perpetuidade às suas gerações futuras.-----

----- Também ao contrário do que aqui foi dito, o Bairro de Palma não é um espaço abandonado a idosos, o Bairro de Palma tem na sua envolvente uma instituição de referência desportiva e cultural que é o Sport Futebol Palmense que atrai à prática desportiva dezenas e dezenas de jovens desta cidade, e não apenas da Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica, mas de toda a cidade. E é essa movimentação, é essa integração geracional, porque depois esses jovens praticam o desporto em prol, também, daquela zona, os jogos são assistidos pela população residente, forma-se um salutar envolvimento social.-----

----- É também, em prol disso que temos de olhar para instituições vizinhas como a Universidade Católica, este tipo de reformas geográficas não se fazem em conflito, não se pode dizer que devem ser expulsos do Bairro de Palma os utentes que acorrem àquele local para estacionar. O estacionamento deve ser ordenado, os serviços devem ser promovidos no bairro, deve ser captado o potencial dessa vizinhança, dos estudantes e dos professores da Universidade Católica, mas não se devem estabelecer conflitos estéreis.-----

----- Por último, o Bairro de Palma é uma prioridade para o Município de Lisboa a algum tempo. Tem um Plano de Pormenor aprovado que envolve aquela zona, tem um projeto aprovado, como aqui foi referido, “Uma Praça Em Cada Bairro”, que vai reabilitar aquela zona. Chamo a atenção que este projeto é um dos dez primeiros a serem executados na cidade e entendemos que seria uma omissão grave se a documentação deste projeto que foi discutida com as populações, com os residentes, em sessões realizadas em vinte e oito de fevereiro e treze de março, não fizesse, também, parte do processo deliberativo, e requeiro por isso, que junto a esta deliberação seja incluída a documentação produzida pela população, pela Câmara e pela Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Em primeiro lugar, o Grupo Municipal do Partido Ecologista «Os Verdes» gostaria de saudar esta iniciativa e os peticionários que alertam, nesta petição, para a necessidade da resolução de vários problemas de âmbito urbanístico, de mobilidade e segurança dos moradores e comerciantes no Bairro de Palma, um bairro histórico em São Domingos de Benfica, problemas esses que diminuem a sua qualidade de vida.-----

----- Acompanhamos as preocupações dos peticionários e defendemos que é essencial implementar medidas para solucionar os problemas relatados, como delimitar uma zona afeta apenas a residentes; proibir a circulação e estacionamento neste bairro, à exceção de moradores, comerciantes e veículos de emergência e ainda reavaliar o sentido de circulação rodoviária no Bairro de Palma, com vista a reduzir a circulação de atravessamento de veículos pelo núcleo histórico.-----

----- Também devem ser intensificadas as medidas de fiscalização do estacionamento abusivo e garantidas as distâncias mínimas das entradas das habitações e estabelecimentos comerciais na marcação de lugares de estacionamento e ainda zonas para cargas e descargas.-----

----- Por último, o PEV entende ainda que o Bairro da Palma deverá vir a ser contemplado com um projeto de intervenção urbanística que fomente a regeneração do espaço público com a colocação de mobiliário urbano, o aumento do número de ecopontos, de equipamentos de manutenção física para adultos e de um espaço para as crianças e que venha a contribuir para a reabilitação do edificado. -----

----- Por considerarmos que é importante preservar os espaços, a identidades e a história da cidade de Lisboa, acompanhamos as preocupações e reivindicações manifestadas pelos peticionários, e consideramos que a Câmara Municipal de Lisboa deverá atuar com vista à resolução das situações referidas na presente petição e concordamos com as recomendações feitas ao executivo.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “A Mesa não regista mais pedidos de palavra sobre a Petição nº 2. A Câmara já fez saber que não tem nada a opor à recomendação que resulta do parecer da 8ª Comissão, sobre a Petição nº 2, é a Recomendação nº 4/69 que foi já aqui lida pelo Senhor Relator. Pergunto se querem que leia a recomendação? Se ninguém quer que leia a recomendação, passamos à votação.-----

----- A Mesa vai pôr à votação a **Recomendação nº 4/69** da 8ª Comissão sobre a **Petição n.º 2/2015**.-----

----- A Mesa vai pôr à votação da **Recomendação nº 4/69 contida no Parecer da 8ª Comissão sobre a Petição n.º 2/2015, “Protesto contra o estacionamento e recente alteração dos sentidos de circulação do trânsito no Bairro de Palma”**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP e 6IND. A **Recomendação nº 4/69 foi aprovada por Unanimidade com saudação aos Peticionários**.-----

----- A Câmara terá de dar resposta à Recomendação que acaba de ser aprovada por unanimidade na Assembleia Municipal.-----

----- Vamos prosseguir.”-----

----- **PONTO 3 – APRECIAR A PETIÇÃO Nº 3/2015 – PELA CRIAÇÃO DE UM “PÓLO CULTURAL LIGADO ÀS ARTES E OFÍCIOS” NO NÚCLEO HISTÓRICO DA MADRAGOA – JANELAS VERDES, NOS TERMOS DA PETIÇÃO E AO ABRIGO DO ARTIGO 85º DO REGIMENTO (GRELHA-BASE – 34M E 10M PARA OS PETICIONÁRIOS). APRECIACÃO DO PARECER DA 3ª E 7ª COMISSÕES PERMANENTES**.-----

----- (A Petição n.º 3/2015 fica anexada à presente Ata como Anexo VII e dela faz parte integrante)-----

----- (A **Recomendação nº 1/69**, com **Parecer Conjunto** da 3ª Comissão Permanente de Ordenamento do Território, Urbanismo, Reabilitação Urbana, Habitação e Desenvolvimento Local, e da 7ª Comissão Permanente de Cultura, Educação,

Juventude e Desporto, fica anexada à presente ata como anexo **VIII** e dela faz parte integrante).-----

----- **O Senhor Miguel Dentinho** representante dos peticionários, fez a seguinte apresentação da **Petição nº 3/2015**:-----

----- “O meu nome é Miguel Dentinho, e o que me trás aqui, hoje, é a petição cultural ligada às artes e ofícios da Madragoa. Como sabemos, a Madragoa é um núcleo histórico da Cidade de Lisboa, e como a maior parte dos núcleos históricos apresenta varridíssimos problemas cujas soluções que não são fáceis de resolver. É uma área que se pode considerar envelhecida, quer em termos da população, quer em termos do edificado. É uma área que, de acordo com o INE está a perder população. No ano de 1991, apresentava cerca de sete mil residentes, em 2001 cerca de cinco mil, e em 2011 pouco mais de quatro mil residentes, num total de cerca de oitocentos edifícios, duzentos encontram-se devolutos, tem falta de espaços verdes, estacionamento, com rácio de cerca de 0,6 por fogo, e tem falta de pontos de encontro. Mas, em contrapartida, o Centro Histórico da Madragoa tem fatores únicos. Tem uma história que, não só, vem da época quinhentista, como tem um riquíssimo património histórico-cultural e ambiental não só ligado ao edificado, mas também ligado às memórias que este encerra. Tem o privilégio de aqui se encontrar o Museu das Janelas Verdes, um dos museus mais visitado e importante da Cidade de Lisboa, ligado às artes. Qualquer intervenção nesta área deverá ser minuciosa e cuidada para que a Madragoa não se descaracterize, mas sim se valorize.-----

----- O interior do Quarteirão dos Marianos, estando inserido dentro de um dos quarteirões mais importante deste centro histórico pode ser uma oportunidade de viragem desta zona, apostando-se nos aspetos positivos que esta área e quarteirão têm, ampliando-os, pois foi aqui que também se situou o antigo Convento dos Marianos, no século XIX e XX, na Fábrica de Constança, e aproveitando-se o privilégio de se situar junto ao Museu das Janelas Verdes com todas as suas sinergias, pode ser que se consiga uma nova era na Madragoa, uma era que torne a Madragoa num espaço mais atrativo e de qualidade, valorizando-se e dinamizando-se este interior do quarteirão está-se a enobrecer a Madragoa e a Cidade de Lisboa. E foi nesse âmbito que foi entregue esta petição na Assembleia Municipal.-----

----- A Madragoa apresenta através dos seus edifícios, uma diversidade de património azulejar que se traduz em cerca de cento e setenta bens azulejados, tendo sido identificados sete padrões que se podem considerar uma salvaguarda máxima e média.

----- A fundação da importante Fábrica Constança, em 1836, permite admitir que a azulejaria em sítio tenha tido origem no mesmo lugar. É neste sequência que o PDM de 2012, na sua carta de património, a classifica entre um número reduzido de bens e apresenta como património industrial esta Fábrica Constança. É por isso, que na estratégia urbana de Lisboa se garante, se promove e se valoriza o património cultural e afirmam-se os valores patrimoniais, materiais e simbólicos como fator de identidade e também promovem o património como elemento diferenciador e de competitividade urbana, mantendo-se, também, a memória da cidade. É por isso, que no Plano de Pormenor da Madragoa se pretende promover o património como fator de inovação e

DRAFT

como elementos competitivos, e é por isso que todos os documentos existentes abordam a proteção da valorização do património cultural como forma de se atingir também, a coesão territorial, o desenvolvimento económico, social e ambiental. Portanto, criar na Madragoa um bairro recreativo ligado ao património e à memória que este encerra.-----

----- Como foi referido anteriormente, a génese da Madragoa parece estar relacionada com a atividade oleira. Esta atividade, ligada à azulejaria continua no século XVIII, com o chamado período de ouro, e a Fábrica Constança continua esta tradição.-----

----- Esta fábrica como símbolo ligado à faiança lisboeta pode ser um ponto de viragem com usos atuais e contemporâneos ligados à sua tradição e à memória que Lisboa encerra. Tendo isto como ponto de partida, Madragoa passaria a ser um símbolo da cidade que por osmose, passaria a ser, no futuro, uma mudança radical da própria Madragoa. Para isso, todo o Quarteirão dos Marianos teria de ser recuperado e reabilitado, tendo em atenção que estamos, também, a intervir no interior de um quarteirão e que a segurança, a proteção civil se tornam um dos aspetos mais importantes a ter em conta, tornando o interior do quarteirão numa zona de lazer conjuntamente com outras atividades legadas a este vastíssimo património, não é só positivo para a população da Madragoa, como, também, se está a reabilitar este centro histórico. -----

----- Por isso, parece-nos ser de interesse público dar início a uma nova era na Madragoa, e oferecer-se mais um elemento patrimonial, cultural, vivo à Cidade de Lisboa, com as recuperações ambientais, culturais, económicas e sociais se reveste, indiretamente, para a população da nossa cidade.-----

----- Tendo em conta que a aprovação do projeto dos blocos para habitação está condicionada pelo parecer dos bombeiros nos seguintes pontos; estacionamento abusivo, curvas apertadas e arruamentos estreitos com dois sentidos, e sendo certo que estes condicionalismos não têm remédio ou solução urbanística, a nossa petição é uma alternativa viável entre outras que, sendo viáveis, também possam ser equacionadas.---

----- Muito obrigado pela atenção dispensada. -----

----- E se me permitem, tenho aqui algumas fotografias que demonstram, de facto, a riqueza do património de azulejos que existe na zona mas que, simultaneamente, permitem ver como é difícil manobrar na zona, tão estreitos que são os arruamento, para se poder aceder a este interior do quarteirão, que é onde querem fazer aqueles blocos com uma volumetria excessiva, e onde os bombeiros, efetivamente, criticam pelo facto de não terem acesso. E não há remédio. -----

----- Nesta zona mais à esquerda, é onde estão previstos os tais blocos e onde sugerimos que se faça o Polo de Artes e Ofícios. -----

----- Do lado direito, onde estão os carros estacionados, é um logradouro de um palacete que havia ali, na Garcia da Horta, nº 63, sendo que neste logradouro está prevista uma creche, mas não há qualquer hipótese de se aceder lá dentro. É por um túnel daquele prédio amarelo, lá em cima, sendo que é impossível levar ali uma criança porque os elétricos não passam na Garcia da Horta, e as pessoas fazendo a manobra com os carros também não conseguem lá entrar, sendo que a solução mais

DRAFT

saudável para aquele logradouro será um jardim mais arranjado com estacionamento a céu aberto, já que o estacionamento é um bem escasso na zona. -----

----- Ali é o chafariz das Janelas Verdes, e mostra as curvas apertadíssimas que os bombeiros dizem que não conseguem fazer.-----

----- Daquele lado esquerdo, é o Quarteirão dos Marianos que ocupa quase uns 20% de toda a área da Madragoa e é onde temos este tema, em apreço.-----

----- Temos mais fotografias que mostram, de facto, todos os arruamentos que são muito estreitos. -----

----- Esta questão dos carros em cima dos passeios é algo que os bombeiros criticam e que pode ser resolvida mas não resiste no tempo. O policia poderá lá estar um ano, dois anos, mas poderá não estar quando aquilo arder, enfim, tal como aconteceu no Chiado, por exemplo, e que não gostaríamos que voltasse a repetir-se, um drama daqueles. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Simonetta Luz Afonso (PS)** na qualidade de Relatora do Parecer Conjunto produzido pela 3ª e 7ª Comissões Permanentes, fez a seguinte apresentação do mesmo: -----

----- “Quero, em primeiro lugar, felicitar e saudar os peticionários da Madragoa pela qualidade da sua intervenção, e pelo seu interesse no bairro, logo em Lisboa, com a colaboração de todos se faz uma melhor cidade.-----

----- No dia dezasseis de abril, a 3ª E 7ª Comissões receberam conjuntamente em Audição os Subscritores da Petição nº3/2015.-----

----- Ouvidos os Peticionários, foram informados os presentes na Comissão pelo Presidente e Membros da 3ª Comissão que esta não deu por concluídos os trabalhos de estudo e análise do Projeto de Reabilitação Urbana do Quarteirão dos Marianos, pelo que é prematuro nesta fase analisar a proposta apresentada, o que deverá ter lugar numa fase posterior, quando for remetido á Assembleia Municipal o Plano de Pormenor da Madragoa entretanto aprovado em Câmara.-----

----- Sugere-se, porém, um trabalho de estudo e levantamento das fachadas de azulejo, que será o início de um roteiro do bairro que pode ser iniciado desde logo e, estou certa que a Junta de Freguesia da Estrela e o próprio Museu de Arte Antiga, bem como o próprio Museu do Azulejo, poderão ser, quando solicitados, bons parceiros para este projeto que tanto pode vir a contribuir para requalificar a imagem do bairro, chamando a atenção para a sua vertente cultural e recreativa, industrial e económica, levando os visitantes do museu a permanecer mais tempo no bairro, conhecê-lo melhor, contribuindo também, para a economia local e para a sua imagem pública, devolvendo aos seus fregueses um novo motivo de orgulho por pertencerem à Madragoa.-----

----- A 3ª e a 7ª Comissões Permanentes, e os deputados presentes da Assembleia Municipal, por unanimidade, recomendaram à Câmara Municipal de Lisboa que o projeto de intervenção no Quarteirão dos Marianos salvasse a memória do lugar, concretamente da antiga Fábrica Constância, chamando a atenção para as fachadas de azulejos dos edifícios do bairro. E acrescento, em grande parte produção da Fábrica

Constância, iniciada depois da extinção das Ordens Religiosas, em 1836, e encerrada em 2001, e onde trabalharam grandes nomes da arte portuguesa. Os últimos azulejos produzidos pela Fábrica Constância foram para o Oceanário de Lisboa.-----

----- Muito obrigada.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Em relação a esta matéria, temos várias questões a colocar, nomeadamente, ao Senhor Vereador Manuel Salgado que não se encontra nesta sala, e que tem responsabilidade direta nestas matérias.-----

----- De qualquer maneira, faremos a nossa intervenção e aguardamos que a Câmara tome devida nota sobre os assuntos porque, desde logo, temos de saudar, obviamente, os peticionários, e já os saudamos nas reuniões que tivemos, mas a grande questão que se coloca de imediato em relação a esta situação é, de facto, a criação de uma unidade de execução prevista só para esta área dos Marianos. E se não seria de aguardar a amplitude do Plano de Pormenor da Madragoa para, realmente, tratar destas matérias. -

----- Uma questão que se coloca na petição é sobre a altura proposta para as edificações do interior do quarteirão. A excessiva densidade de ocupação do interior, a impermeabilização do solo, a insegurança em caso de incêndio, pela questão da largura dos acessos que já foi aqui demonstrada e a questão da insuficiência de estacionamento que leva a estas situações extremamente perigosas.-----

----- Portanto, na nossa opinião o quarteirão deve ser reabilitado. Somos sensíveis à criação de um polo cultural ligado às artes e ofícios, e não apenas às fachadas que resultaram do trabalho da Fábrica Constância, produção que reveste a maioria das fachadas dos prédios do Núcleo Histórico da Madragoa.-----

----- Todas estas matérias darão identidade e valência cultural, também devidas à proximidade do Museu de Arte Antiga, os moradores propõe que uma percentagem de área construída seja dedicada à memória do lugar. E nós, na 3ª Comissão aguardamos a apresentação do Plano de Pormenor da Madragoa para melhor análise do projeto de reabilitação urbana do Quarteirão dos Marianos, porque, de facto há ainda muita matéria para discutir.-----

----- Ora, algumas questões que gostaríamos de colocar, e que têm a ver com uma referência que aqui foi feita e que está inscrita nos documentos, e que é a Fábrica Constância está inscrita na Carta do Património do PDM, ou foi retirada? Porque há um documento do Senhor Vereador Manuel Salgado em que se diz que se esteve temporariamente na carta, mas que foi retirada. Nós gostaríamos que a Câmara respondesse a sério, se de facto ela continua a fazer parte da Carta do Património, ou não?-----

----- E depois, quais as consequências de toda esta construção para os edifícios confinantes, a começar no setenta, setenta e oito, da Rua das Janelas Verdes, imóvel de interesse público e magnífico exemplar de arte nova executada pela Fábrica Constância, o seu revestimento?-----

----- Portanto são várias as questões, e como vai a Câmara Municipal resolver os acessos dos veículos de emergência e segurança a esta zona?-----

----- São todas questões que irão ser discutidas, mas convinha que a Câmara esclarecesse alguns destes aspetos que colocamos. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, informou o seguinte:---

----- “Gostaria de esclarecer o seguinte, o assunto do Plano de Pormenor da Madragoa, como disse, vai ser agendado para uma discussão na generalidade, no dia três de junho. Senhor Vereador Manuel Salgado é nesse altura que irá fazer uma apresentação mais desenvolvida do Plano de Pormenor da Reabilitação da Madragoa, e nós aqui estamos apenas a falar da petição.-----

----- Seja como for, estas duas questões que o Senhor Deputado Modesto Navarro agora suscitou, uma vez que o Senhor Vereador não está presente, eu tomei devida nota delas para fazer chegar ao Senhor Vereador, senão antes, pelo menos em dois de junho, quando discutirmos o Plano de Pormenor.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Sobreda Antunes (PEV)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Em primeiro lugar, saudamos esta iniciativa cívica dos peticionários que apresentam uma proposta de valorização do interior do Quarteirão dos Marianos, inserido no Centro Histórico da Madragoa.-----

----- O objetivo radica na sua transformação num Pólo Cultural ligado às Artes e Ofícios da Madragoa, plenamente integrado com a envolvente e as pré-existências com características históricas, culturais, ambientais e sociais, as quais importa preservar e valorizar, pretendendo-se que se crie um ‘Bairro Criativo’ ligado ao património e à memória que este encerra.-----

----- Também porque este Pólo Cultural poderia vir a acolher e a dinamizar a criação de um “Roteiro vivo da cerâmica e da Azulejaria portuguesa dos séculos XIX e XX”, como forma de divulgação deste elemento histórico e cultural tão característico da cidade de Lisboa e da Madragoa em particular.-----

----- Depois, os peticionários alertam nesta petição para a necessidade da resolução de vários problemas de âmbito urbanístico, ambiental, de estacionamento, de mobilidade e segurança dos residentes no Bairro Histórico da Madragoa, as quais devem merecer uma atenção particular para a sua atempada resolução por parte da CML, incluindo a reabilitação do Quarteirão.-----

----- Por último, “Os Verdes” entendem que a criação deste Pólo Cultural ligado às Artes e Ofícios da Madragoa seria não apenas uma mais-valia para este Bairro Histórico, mas sobretudo para a cidade de Lisboa, como forma de divulgação da sua história, do riquíssimo património histórico e cultural não só ligado ao edificado, mas, igualmente, ligado às vivências histórica do lugar.-----

----- O projeto pretende igualmente coordenar sinergias com outros parceiros, como o Museu Nacional de Arte Antiga, não apenas um dos mais visitados, como um dos mais importantes na cidade de Lisboa e do País.-----

----- Por tudo o exposto, mais uma vez saudamos este ato de cidadania por parte dos peticionários.-----

----- Obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal John Baker (MPT)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “O Bairro da Madragoa caracterizasse por uma miscelânea de património urbanístico, cujo edificado nos remonta a várias épocas, pelo que o seu núcleo histórico deverá ser valorizado sem que a sua identidade seja desvirtuada.-----

----- Nesse sentido e no âmbito da discussão pública da versão final do Plano de Pormenor de Reabilitação Urbana do Bairro da Madragoa, recentemente aprovado em Câmara e que cobre três lotes principais, a saber; o Quarteirão dos Marianos, o Quartel do Regimento de Sapadores dos Bombeiros na Avenida D. Carlos, e o Lavador das Francesinhas, surge a petição pela criação de um Polo Cultural ligado às artes e ofícios do Núcleo Histórico da Madragoa, Janelas Verdes, hoje em discussão nesta Assembleia. E sobre o qual o Partido da Terra pretende tecer algumas considerações: -----

----- A petição sugestão proposta pretende que a estrutura cultural supramencionada seja incluída no Quarteirão dos Marianos de forma a dinamizar esta zona, dado que, ao ter sido objeto de uma unidade de execução no seu interior em detrimento de um Plano de Pormenor, perdeu uma grande oportunidade de valorizar o seu Núcleo Histórico ao qual acresce o projeto de arquitetura no processo nº 671/EDI/2013. -----

----- Se bem se recordam, esta unidade de execução, para além de dispensar a aprovação nesta Assembleia Municipal, foi escolhida casualmente no mês de Agosto 2014, para a obrigatória participação pública, não tendo existido qualquer participação. -----

----- O Partido da Terra, em nove de setembro de 2014, sugeriu que a Câmara Municipal de Lisboa deveria rever o projeto que resultou da unidade de execução por considerar que o mesmo poderia vir a ser gravoso ao implicar a demolição de alguns dos edifícios classificados de interesse público a antiga Fábrica Constância que integra a Carta de Património do PDM. -----

----- Face ao exposto, defendemos que o Quarteirão DOS Marianos deverá na sua reabilitação contemplar projetos com uma componente habitacional, cultural e serviços distribuída equitativamente, para que esta zona se torne motor urbanisticamente harmonioso. Pelo que, apoiamos e corroboramos as recomendações resultantes do parecer elaborado pela comissão, felicitando os peticionários pelas mesmas. -----

----- Disse.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “A Câmara também já comunicou que não tem nada a opor à Recomendação nº 1/69, que é a recomendação apresentada conjuntamente pela 3ª e 7ª Comissões. -----

----- Apenas um reparo à redação, portanto é de acordo com o parecer aprovado por unanimidade da 3ª e 7ª, depois de ouvidos os subscritores da petição, pela criação de um Polo Cultural ligado a artes e ofícios do Núcleo Histórico da Madragoa Janelas Verdes, onde está “as referidas Comissões recomendam à Câmara”, passa a estar “a Assembleia Municipal recomenda à Câmara”, uma vez que é competência da Assembleia Municipal. Com esta redação e o teor propriamente dito é “o projeto de

intervenção no Quarteirão dos Marianos deverá salvar a memória do lugar, designadamente na antiga Fábrica Constância através da sua produção identificada e presente nas fachadas do bairro”. Este é o teor da recomendação que vamos pôr à votação.-----

----- A Mesa vai pôr à votação da **Recomendação nº 1/69** contida no **Parecer Conjunto** da 3ª e 7ª Comissões sobre a **Petição n.º 3/2015**, “*Pela criação de um Pólo Cultural ligado à Artes e Ofícios*” no Núcleo Histórico da Madragoa – Janelas Verdes”. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP e 6IND. A **Recomendação nº 1/69** foi **aprovada por unanimidade e saudação aos peticionários**.-----

----- E vamos passar à última petição que temos para apreciar hoje.” -----

----- **PONTO 4 – APRECIAR A PETIÇÃO Nº 4/2015 – REDUÇÃO DO IMI NO PARQUE DAS NAÇÕES, NOS TERMOS DA PETIÇÃO E AO ABRIGO DO ARTIGO 85º DO REGIMENTO (GRELHA-BASE – 34M E 10M PARA OS PETICIONÁRIOS). APRECIACÃO DO PARECER DA 3ª E 7ª COMISSÕES PERMANENTES.**-----

----- (A **Petição n.º 4/2015** “*Redução do IMI no Parque das Nações*” fica anexada à presente ata como Anexo IX, e dela faz parte integrante). -----

----- (O **Parecer Conjunto** da 1ª e 4ª Comissões Permanentes sobre a Petição nº 4/2015, fica anexado à presente Ata como Anexo X, e dela faz parte integrante) -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, referiu o seguinte:-----

----- “Quem vem como representante dos peticionários é o Senhor José Teles Baltazar, a quem chamo para se dirigir ao palco, sendo que tem dez minutos para a sua intervenção, como habitualmente.-----

----- Depois iremos ouvir o parecer das comissões e restantes questões. -----

----- Afinal, são dois representantes dos peticionários. Terão de dividir o tempo de intervenção. Farão como quiserem, sendo que o tempo total é de dez minutos para os dois.”-----

----- **O Senhor José Paulo de Almeida Teles Baltazar** na qualidade de representante dos peticionários, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Eu agradeço esta possibilidade de vir aqui retomar este tema.-----

----- E como tive a oportunidade de responder à Comunicação Social, o objetivo principal desta petição foi chamar a atenção dos responsáveis autárquicos para a realidade do Parque das Nações, onde se verificam atentados ao património da Expo 98, e crimes ambientais devido a incúrias e desleixo do tratamento de outrora do emblemático espaço urbano público. -----

----- Eu repito aqui as palavras do, então Presidente António Costa, a um de dezembro de 2012; “quem mora e trabalha investiu no Parque das Nações tem direito de exigir o mesmo padrão de qualidade elevado que teve até aqui, e que se vai manter, porque o prestador de serviço é o mesmo, e não há nenhuma razão para que seja agora, pior do que anteriormente”. Disse ainda, para que tudo corresse de forma tranquila e normal, a Parque Expo manteve os contratos de prestação e serviços, esses contratos foram transferidos para a Câmara, e tudo continuará a correr até aqui. -----

DRAFT

----- Os parquenses que sofreram, e sofrem, na sua qualidade de vida sabem bem a máxima propagandeada pelo candidato pelo PS a Primeiro- ministro, de que “a palavra dada é palavra honrada”, mas ainda, têm esperança que até 2017, o novo Presidente da Câmara Municipal de Lisboa sinta vontade política para repor tudo o que perderam, aliás, tudo o que perdemos.-----

----- Eu agora vou aqui a um dos pontos de audição do Senhor Vice-presidente Duarte Cordeiro que diz que os problemas detetados no espaço público urbano, referenciados pelos peticionários, devem-se essencialmente, e vou referir os fatores:-----

----- A Freguesia do Parque das Nações foi criada pela Reforma Administrativa da Cidade de Lisboa, não tendo qualquer suporte prévio à sua administração acarretando por isso, uma instalação mais dispendiosa e demorada o que teve, naturalmente, implicações no exercício pleno das suas competências.-----

----- Eu queria, aqui, lembrar que a Câmara Municipal de Lisboa por uma questão de estratégia política recusou a oferta de colaboração por parte da Parque Expo – Gestão Urbana, na transição dos equipamentos, perdendo a oportunidade de utilizar o conhecido *know how* técnico e comprovado no terreno, trocando a certeza da gestão integrada então praticada por prestação de serviços *lowcost* desajustados e desconhedores da realidade.-----

----- Consultando o Decreto-Lei de 2012, relativo à transferência da gestão urbana para a Parque Expo, da Parque Expo para o Município de Lisboa, diz o diploma que “por essa transmissão a Câmara deverá receber da Parque Expo um valor, ainda hoje por apurar, relativo a uma alegada depreciação de algumas alegadas infraestruturas, quando transmitidas em 2012”. A Parque Expo admite que quando esse valor for acordado, o mesmo seja pago por desconto naquilo que a Câmara se obrigou a liquidar à Parque Expo.-----

----- A nossa pergunta, reactiva, agora, ao Senhor Vice-presidente, é porque logo no ano de transmissão do território não foi aproveitada pelo município essa prerrogativa para reparar equipamentos e zonas identificadas como depreciadas? Agora, já estão próximos da degradação, ou já não existem, como foi o caso recente do desmantelamento do Jardim da Música.-----

----- E volto aqui, a mais uma alegação do Senhor Vice-presidente Duarte Cordeiro que refere: “que deve, em todo o caso, notar-se que a maioria dos contratos de concessão celebrados pela Parque Expo, ainda, se encontram em vigor, razão pela qual se infere que a razão principal pela degradação do espaço público se deve à escolha errada dos materiais aplicados”. E deixo esta parte aqui ao Luís que é engenheiro da matéria, e que lhe poderá responder.-----

----- Quero apenas apresentar um calendário com os contratos de prestadores de serviços que funcionaram no Parque das Nações. Em 2012, saiu a Visa Beira Home da manutenção da iluminação pública que passou para a EDP, começaram, então, os graves problemas que ainda hoje não estão solucionados. Em trinta e um de janeiro de 2013, saiu a Flora Garden uma empresa de espaços verdes que geria uma gestão integrada com setenta e seis jardineiros, seis dias por semana. Estes meses, vários meses, sem qualquer tratamento, e hoje em dia, é assegurado por várias empresas no

máximo com vinte e cinco jardineiros, cinco vezes por semana e não em simultâneo. Também no mesmo dia, a CESPO, uma empresa espanhola, acabou o seu contrato de reparação do espaço público e do imobiliário urbano, E durante cerca de seis meses a competência não foi exercida por ninguém. Em 2015, finalmente, saiu a Spay uma empresa que esteve envolvida na construção dos lagos e das fontes do parque das Nações, portanto, assegurava o bom funcionamento das bombas hidráulicas, e após o interregno lá entrou uma nova empresa e os vulcões de água já não irrompem no ar, como outrora, numa fonte já não corre água, como a Rotunda do Ulisses, e o foço do Rossio dos Olivais secou, definitivamente. A única empresa que permanece com contrato é a RRI na limpeza e varredura do espaço urbano, um contrato, aliás, já celebrado com a intervenção da Câmara Municipal de Lisboa.-----

----- E agora, passo ao Luís.”-----

----- **O Senhor Luís Rios de Almeida** na qualidade de representante dos peticionários, fez a seguinte intervenção: -----

----- “A minha intervenção vai no sentido de fazer algumas referências à análise e parecer das comissões, pois referem que ser uma nova freguesia, e usam isso como desculpa, e eu penso que ser uma nova freguesia não é razão para a degradação uma vez que a Câmara Municipal não é nova e é responsável. -----

----- Também falam na qualidade das infraestruturas elétricas e de pavimentos não correspondem ao padrão médio exigível, e não sei o que é isso. -----

----- Referem, também, que os contratos de concessão celebrados pela Parque Expo ainda vigoram. Certamente, não serão o que dizem respeito ao mobiliário urbano e aos passadiços que estão em total degradação. -----

----- Também falam em escolhas de materiais errados. Certamente, essas escolhas só começaram a ser erradas a partir de 2012, porque até aí, não seriam. E estavam aceitáveis até 2012. -----

----- Também falam em exigências normais de manutenção de conservação. Também não entendo o que é que são exigências normais de manutenção. Manutenção é manutenção e tem que se fazer para que sejam repostas as condições originais dos materiais e do espaço urbano. -----

----- Também falam da qualidade inferior dos materiais, e também não sei o que é isso de qualidade inferior dos materiais, ou pelo menos, sei o que querem dizer. Mas não dizem quais os materiais e onde. Porque o projeto Parque das Nações é um projeto bem concebido, projetado e executado por empresas de qualidade no mercado. -----

----- Também falaram que tornaram-se ostensivos os problemas estruturais existentes. Não percebo. Entendo que pretendem descaracterizar o espaço urbano do parque das Nações e torna-lo, certamente, num espaço lowcost e estragar todo o trabalho que foi feito e com altíssimos custos, e um projeto bem executado e projetado. -----

----- Depois referem que as necessidades de conservação e manutenção do espaço público estão identificadas. Eu gostaria de saber quais? O que vão fazer? E qual o planeamento? -----

----- O que se pretende é baixar o coeficiente de localização atual, mantendo-se dentro dos limites da Portaria nº 1119, o que é possível, a Câmara pode fazer isso, mantendo

os limites e mantendo a divisão das localizações e isso é feito através de um perito local.

----- Outra coisa que não é importante, mas também é referido, o coeficiente de localização mais baixo é de 1.8 e não, há um de 1.75. -----

----- Obrigado pela atenção.”-----

----- **O Senhor José Paulo de Almeida Teles Baltazar** na qualidade de representante dos peticionários, referiu ainda: -----

----- “Se me permite utilizar o último minuto, eu queria fazer aqui uma referência e um agradecimento à Senhora Presidente Helena Roseta pela participação na sessão de audição na qualidade de Deputada Municipal, e por ter lançado, a propósito, o repto de se proceder a uma reavaliação no quociente de localização de toda a cidade de modo a potenciar a construção urbana na zona antiga e central de Lisboa. -----

----- Já entreguei dois anexos, o modelo de funcionamento até 2012, da gestão integrada do Parque das Nações, e um exemplo de um plano de orçamento e atividades anual, onde se comprova que com os mesmos recursos e, até com maiores receitas, que foi graças ao pioneirismo de gerir por integração das várias competências que se atingiu níveis de excelência urbana pública sem paralelo, em Portugal, o que não existe hoje em dia. -----

----- Muito obrigado pela sua atenção.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Saldanha (PS)** na qualidade de Relator do **Parecer Conjunto** da 1ª e 4ª Comissões Permanentes, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Por tudo quanto fica exposto, depois de ouvir os peticionários, o Senhor Vice-presidente e o Senhor Presidente da Junta do Parque das Nações, ficou exposto que, por falta de norma de habilitação, o Município não poderá dar provimento à pretensão dos peticionários, porquanto, reitera-se, não compete ao Município de Lisboa, em sede de IMI, a fixação dos coeficientes de localização mínimos e máximos a aplicar na área sob a sua jurisdição, nem a definição do zonamento e dos respetivos coeficientes de localização, uma vez que a petição era sobre o IMI, e é isso que estamos a falar. -----

----- Com efeito, o exercício de tais competências cabe ao Ministério das Finanças, sob proposta da CNAPU [cfr. n.º 3 do artigo 62.º do CIMI], sendo que a representação do Município de naquela comissão é assegurada pela Associação Nacional de Municípios. -----

----- Por outro lado, a motivação da petição vertente – atentas as razões de facto relacionadas com o espaço urbano público da zona do Parque das Nações –, justificará, no limite, uma recomendação à CML decorrente dos deveres funcionais em matéria de manutenção e conservação do espaço público. -----

----- Contudo, atendendo aos esclarecimentos feitos em sede de comissão pelo Senhor Vice-presidente da Câmara Municipal de Lisboa e pelo Senhor Presidente da Junta do parque das Nações, a comissão constatou que estão a ser tomadas diligências. Assim, não se formou qualquer recomendação, não obstante o acompanhamento que se fará sobre este assunto. -----

DRAFT

----- Acresce referir que resulta à evidência que a petição ora analisada jamais poderá originar, isoladamente, a apresentação de uma moção na Assembleia Municipal de Lisboa dirigida ao Governo com o escopo de os coeficientes de localização na freguesia do Parque das Nações serem reduzidos, uma vez que é notório o desfasamento entre os factos alegados pelos peticionários e as características a que se deve atender na fixação do coeficiente de localização [enunciadas no n.º 3 do artigo 42.º do CIMI, acima citado]. -----

----- O parecer foi aprovado por unanimidade. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “Senhores Deputados, há uma informação que vos queria dar; nós temos, ainda, meia hora até passarmos à segunda fase dos nossos trabalhos de hoje, e que é o debate temático, temos aqui três, ou cinco inscrições, e prevejo que não poderemos avançar em mais pontos da nossa ordem de trabalhos depois desta petição, pelo que estão presentes os Presidentes das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens mas o assunto do vosso relatório já não vai ser discutido hoje, eu peço imensa desculpa, isto demorou mais tempo do que esperávamos, mas será agendado para a semana. -----

----- Peço desculpa por terem estado aqui este tempo, espero que não tenha sido um tempo completamente perdido, são pessoas com responsabilidades muito grandes, mas voltaremos a entrar em contato convosco para um novo agendamento, e vamos prosseguir, então, o debate da Petição nº 4/2015. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Magalhães Pereira (PSD)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Aquilo que assistimos ali em projeção é um circo de horrores, é de facto, algo que impressiona todas as pessoas e principalmente, quem conheceu e quem agora vê. E é nesse sentido que vai a minha intervenção. -----

----- A propósito da Petição nº 4/2015, apresentada pelos moradores do parque das Nações, a pedido da redução do imposto do IMI, diga-se desde logo, que a Portaria nº 1109/09, de trinta de setembro, definiu os valores máximos e mínimos dos coeficientes de localização, que são os principais elementos na determinação do valor tributário patrimonial de um prédio, ou fração, para efeitos de IMI. -----

----- Ao contrário do que se tem dito, a Câmara Municipal de Lisboa intervém diretamente, no processo de fixação desse coeficiente, e intervém em três momentos fulcrais e distintos, o primeiro na indicação de dois vogais por parte da Associação Nacional de Municípios para composição da Comissão Nacional de Avaliação de Prédios Urbanos, o chamado CNAPU, o segundo na indicação do interlocutor, isto é de extrema relevância, que acompanha o perito local, e o terceiro em sede de análise da proposta final remetida pela CNAPU à autarquia. Está, portanto, bem esclarecida a intervenção da Câmara Municipal de Lisboa na intervenção dos coeficientes de localização. Portanto, e também ao contrário do que alega, a posição que a Câmara Municipal tomou a par do Governo, à data, foi e é determinante na fixação deste coeficientes e no zonamento estabelecido nas várias áreas da cidade. -----

----- Desde a data de prorrogação da referida portaria, assistiu-se à acentuada quebra na dinâmica do mercado imobiliário e relevante diminuição dos valores fundiários, devendo na revisão desse zonamento e desses índices prevista para o segundo e terceiro trimestre do ano em curso, serem essas circunstâncias refletidas nos coeficientes finais, melhor adequando, por essa via, o valor tributário patrimonial.-----

----- Torna-se assim, essencial o ajustamento da aplicação desses coeficientes, identificando de forma equilibrada e precisa, as zonas homogêneas que se caracterizam por idênticas condições de acessibilidade, de proximidade, de equipamentos sociais, de transportes públicos e de valor de mercado, como aliás se refere no artigo 42º, do CIMI. -----

----- No Parque das Nações verificam-se goradas muitas das expectativas criadas por esta nova urbanidade, visto que a qualidade dos espaços verdes, dos espaços públicos e do edificado em geral que atraiu jovens casais e também um turismo social e desportivo, se viu fortemente prejudicada pela transição das competências da Parque Expo para a Câmara Municipal de Lisboa com decurso normal da transferência dos contratos de manutenção, tendo até ocorrido largas janelas temporais sem manutenção. -----

----- Senhora Presidente, eu ainda tenho dois ou três minutos para falar. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** respondeu o seguinte: -----

----- “Se algum partido lhe ceder tempo. -----

----- O MPT cede-lhe tempo, muito bem. Se faz favor.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Magalhães Pereira (PSD)** no uso da palavra, continuou a sua intervenção: -----

----- “Muito obrigado. -----

----- Onde eram jardins aprazíveis e vias sombreadas, é hoje terreno nú e arvoredo desordenado. Onde abundava a frescura das águas, são hoje charcos, garrafas e latas pelo chão, passadiços do Tejo desengonçados e vandalismos das obras de arte. Como disse a Senhora Presidente da assembleia Municipal de Lisboa na audição aos petionários do Parque das Nações; “Lisboa tem de ajustar a malha da aplicação dos coeficientes de localização para promover as condições de equilíbrio na determinação do IMI que, por sua natureza, é um imposto municipal”. -----

----- Porém a intervenção no coeficiente de localização e no zonamento para tornar este imposto mais justo será mais cedo, validado para 2016, com efeitos apenas, em 2017, não dispensando, portanto, antes impondo, a urgente retoma das ações de manutenção do espaço público em geral, do Parque das Nações. -----

----- Deve, portanto, a Câmara, bem ao contrário do que fez até à data, proceder ativamente para que na próxima revisão do zonamento e fixação dos coeficientes de localização seja considerado o estado geral das várias áreas da cidade e ponderada a queda do valor patrimonial entretanto ocorrida, refletindo-se na redução proporcionada desses coeficientes. -----

----- Deve, também, retomar sem mais demora todas as operações de manutenção dos espaços públicos do Parque das Nações em termos equivalentes aos anteriores à

transição para a Câmara Municipal, e desenvolver um plano de recuperação com a reposição das condições que permitiu a sua deterioração. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Gostaria de saudar, em primeiro lugar, os peticionários pela iniciativa de apresentarem uma petição a esta Assembleia. -----

----- Dizer, também, que o CDS-PP entende o propósito dos cidadãos do Parque das Nações que por uma acentuada perda de qualidade de vida no que respeita à gestão urbana, em particular no que respeita aos espaços verdes e ao espaço público, não se conformaram e mantêm uma luta cívica pelos direitos que esta petição é somente, uma peça, visando diminuir a taxa de IMI através do coeficiente de localização até serem repostos os níveis de qualidade existentes em 2012, esta petição aponta para um conjunto de factos após acontecer a passagem de competências da Parque Expo para a Câmara e Junta de Freguesia do Parque das Nações, e que se acentua com o passar do tempo, nomeadamente, através da degradação dos espaços verdes ao arvoredo, da não manutenção de arruamentos e mobiliário urbano e equipamentos infantis. -----

----- Sobre este ponto, o parecer da 1ª Comissão é claro; o Município de Lisboa não tem competências para proceder a alterações nesta matéria, embora os critérios de definição do coeficiente de localização, em várias zonas da cidade, não só no Parque das Nações, nos devam conduzir ao debate e reflexão sobre a pertinência da sua reavaliação. Portanto, e sobre o objeto da petição, parece-me que o parecer é claro. ----

----- Importa então, e essa é uma matéria que nos diz respeito, salientar a origem e o foco de preocupação dos peticionários para reflexão nesta Assembleia. -----

----- Dizem-nos os peticionários que aquele que foi um espaço outrora exemplar, enquanto gerido pela Gestão Urbana Parque Expo SA, visitado por delegações estrangeiras como mencionam como o caso de estudo de sucesso gestão urbana perdeu parte do seu fulgor devida a aplicação de estratégias erradas após a transferência da gestão urbana para a Câmara e posteriormente, para a Junta de Freguesia, estratégias essas que implicaram cortes de interregnos pontuais com os prestadores de serviços contratados pela Parque Expo perdendo-se um saber adquirido não apenas destes, mas também da vasta experiência ao longo de quase duas décadas, os técnicos da empresa mantiveram e nutriram. -----

----- No nosso entender, a excelência deu origem à situação que hoje, assistimos; manutenção deficiente e ausência de medidas concretas que resolvam com a brevidade necessária o estado atual dos espaços. -----

----- Em matéria de espaços verdes e lúdicos, a título de exemplo, os jardins da água, das ondas e o Garcia de Horta arriscam desaparecer dado o seu estado. O Jardim da Música está em silêncio porque a junta, face à ausência contínua de conservação, optou pela solução de retirada dos equipamentos evocando razões de segurança, ao invés de garantir a sua manutenção, ou substituição. Uma solução temporária, esperamos mas inaceitável para o futuro deste espaço. -----

DRAFT

----- Pergunto se alguém nesta sala não passou, com adultos ou crianças, por aquele espaço e não usufruiu de um momento único? Para essas restam-lhe a memória, para os outros nunca saberão o que perderam. -----

----- O que dizer de uma zona de Lisboa onde o combate biológico permanente não permitia que a invasão de uma praga que afetasse palmeiras e outras árvores e onde hoje, o abate é a única opção que resta a quem descuidou as boas práticas. Pelo que é do conhecimento de quem ali vive e percecionado por quem visita a zona Parque das Nações, o Senhor Vice-presidente, em audição, em sede de comissão, afirmou que parte do problema deriva dos materiais utilizados serem pouco resistentes, ou inadequados. Ora, dos dados que pudemos recolher, se é verdade que face aos timings apertados na abertura da Expo 98, foi necessário procurar outras alternativas por escassez dos previstos em plano, importa recordar que a alteração de tais materiais foi respeitante à pavimentação e não os que deram origem a mobiliário urbano e jardins, portanto, é necessário aprofundar e avaliar tecnicamente, o argumento de que a degradação desses mesmos espaços seja pela razão apontada, até porque, a degradação que tanto se fala só existe após a transferência da gestão urbana para o município. No entanto, e sendo uma matéria que carece de análise, que se efetue um levantamento de carências existentes, materiais utilizados e a sua capacidade de utilização e possibilidades de manutenção, bem como os custos a ela afetos. -----

----- Temos ouvido que o mobiliário urbano tem especificidades diferentes da restante cidade e que exige maior cuidado e, conseqüentemente, acarreta mais custos. Será um problema? Será mau que o espaço público nesta zona, seja diferente? Não nos parece. Foi uma opção de espaço público para fins e objetivos diferentes e é essa diferença que faz do Parque da Nações um lugar de excelência e único. O que se espera, então, é a eventual adaptação às exigências atuais, não descurando o padrão e características identitárias do projeto urbano. -----

----- Na opinião do CDS-PP estamos perante uma estratégia enviesada de espaço público, esquecendo em grande parte, o conhecimento e o trabalho instituído. -----

----- É necessário que o município prepare uma estratégia integrada e tome mão na gestão urbana do Parque das Nações, do qual é responsável por 75% dos espaços verdes. -----

----- Por fim deixo um apelo que a Junta de Freguesia oiça a preocupação dos moradores, reúna com a sociedade civil e acompanhe os seus anseios. Foi por essa razão que foram eleitos e é o que a população espera do órgão principal, respostas. -----

----- O CDS-PP teve a oportunidade de organizar um encontro na Freguesia do Parque das Nações, e termino já, com o objetivo de ouvir os munícipes em matéria de oferta desportiva e em particular no que respeita à gestão urbana dos espaços verdes e públicos. As queixas são muitas, mas a principal e a que nos preocupou e devemos combater é o sentimento de que nada se resolve, de que a Junta de Freguesia não ouve os seus munícipes, e esse sentimento é algo que tem de mudar, pelo que deixo este apelo de congregação de esforços e vontades ao Senhor Presidente da Junta que, provavelmente, já o faz mas que porventura possa melhorar essa comunicação. -----

----- Nesta história os munícipes não serão os adversários, e muito menos inimigos, pelo que vemos grupos comunitários, fóruns de debate e apresentação de petições e pedidos de reuniões na Junta de Freguesia como contributos válidos para a discussão e motivo de satisfação pela sociedade civil cada vez mais pronunciar com aquilo que é seu e participar com a sua opinião nas decisões. -----

----- Tenho ainda algumas recomendações para fazer à Câmara, mas dado o tempo, farei noutro momento.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Moreno (PNPN)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Cumprimento os peticionários da petição que estamos aqui a apreciar, e queria desde já, dizer que nós acompanhamos o que essa matéria diz respeito o sentido do parecer aprovado e elaborado pela 1ª Comissão, desta Assembleia. -----

----- É evidente que quanto aos fundamentos desta petição, embora e eu também afirmei-o em sede de comissão, muito daquilo que é dito e os fundamentos que foram apresentados para solicitar essa alteração da taxa de IMI, pela redução, algumas medidas estão a ser tomadas, alguns problemas estão a ser resolvidos, agora, evidentemente, um conjunto enorme de problema, ainda por resolver como foi dito, aqui por pessoas que me antecederam, 75% das responsabilidades da gestão do espaço público continuam a ser da Câmara Municipal de Lisboa que tem, de facto, uma palavra importante a dar, está a fazer algum esforço, nós sentimos que há vontade para resolver alguns problemas, todavia, não tem atuado com a rapidez que todos gostaríamos que fizesse. Há razões para isso, a Câmara explicará o porquê, certamente, e no que diz respeito à responsabilidade da Junta de Freguesia nós temos estado a fazer aquilo que as condições nos têm permitido fazer. E quando digo condições, são condições em termos de tempo para lançar os procedimentos, para resolver os problemas, mas também condições financeiras.-----

----- Como é do conhecimento desta Assembleia, a nossa Junta de Freguesia é uma das Juntas de Freguesia deficitárias. A Lei 56, ao fazer a repartição das verbas pelas várias freguesias, atribuiu-nos uma verba, talvez por desconhecimento, também, por não haver antecedentes históricos que permitisse uma avaliação mais correta dos encargos daquele espaço que já de si tem características muito próprias, muito específicas, com custos de manutenção também muito diferentes de todos os restantes da cidade, nós temos ali materiais aplicados, como diz o Senhor Vice-presidente, e diz muito bem, que são facilmente deterioráveis, muitas madeiras, e já não falo da qualidade deles, falo mesmo daqueles materiais que pela sua natureza obviamente, não resistem muito ao tempo. Portanto ao fim de alguns anos eles vão acusando o efeito desse desgaste, e isso tem acontecido. O que assistimos aqui hoje, a imagens que eu próprio já tinha trazido a esta Assembleia, também, é o resultado não apenas de um desgaste de alguns meses, nem de 2012, para cá, é um desgaste do tempo, um desgaste dos anos.-----

----- A Parque Expo já algum tempo, também, não investia muito em termos da manutenção estruturante daquele espaço. A Câmara também, não acudiu como todos

gostaríamos que tivesse acudido quando assumiu a responsabilidade desse espaço. Portanto, há aqui um conjunto de problemas que se têm avolumado com o tempo e que conduziram a esta situação de facto, desagradável, que todos nós vivemos e que queremos ultrapassar rapidamente.-----

----- No que diz respeito às responsabilidades da Junta de Freguesia, nós podemos garantir que logo que tenhamos condições financeiras, e espero, como é desejável, a alteração à Lei 56 que diz respeito à atribuição de novas verbas às juntas, nomeadamente, à nossa, ficamos em condições de responder atempadamente àquilo que são as nossas competências, e isso estamos atentos e fá-lo-emos. Mas resolvermos problemas a 25% do espaço, é muito pouco, e acaba-se por não se notar muito, não ter nenhum impacto sobre este conjunto tão grandes de problemas que há que resolver. -----

----- De facto, apelo à Câmara mais uma vez, para olhar aquele espaço com a atenção e o carinho que ele merece. Um espaço da cidade muito específico, com características muito próprias, mas também com custos muito elevados de manutenção relativamente, a outros espaços desta cidade. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “A petição nº 4/2015, que agora apreciamos, começa por referir que visa garantir a diminuição do IMI no Parque das Nações, através da redução do coeficiente de localização da zona, relatando que é uma das zonas com o IMI mais elevado do país. --

----- Os peticionários referem um conjunto de problemas que afetam esta zona, nomeadamente a nível de degradação do espaço público, de espaços verdes abandonados, de problemas com a iluminação pública, etc. -----

----- Em primeiro lugar, e indo ao encontro do resultado do trabalho das comissões que acompanharam esta matéria e do relatório da 1ª comissão, é de realçar que não compete à Câmara Municipal de Lisboa, nem a qualquer município, proceder à alteração do coeficiente de localização que vai, depois, determinar o IMI. Essa competência pertence à CNAPU – Comissão Nacional de Avaliação de Prédios Urbanos, que propõe os coeficientes de localização e que são, posteriormente, aprovados pelo Ministério das Finanças. -----

----- Sobre a degradação e destruição do espaço público, estamos naturalmente preocupados com esta situação e é lamentável o estado a que se deixou chegar o Parque das Nações. Consideramos que, independentemente das razões que sejam apresentadas para a existência destes problemas, os moradores têm o direito a viver num sítio cuidado, arranjado e que ofereça qualidade de vida e segurança. -----

----- Para «Os Verdes» é fundamental que se resolva esta situação, até porque os problemas já estão identificados e, segundo diz o executivo, já estarão a ser tomadas medidas nesse sentido, portanto é desejável que se resolvam todos estes problemas quanto antes, de forma a devolver aos cidadãos a qualidade de vida a que têm direito e que nunca deveria ter sido descurada. -----

----- Muito obrigada.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles (BE)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Saudar mais uma vez, os peticionários. Saudar também, o facto de trazerem uma apresentação tão gráfica, tão ilustrativa, e que permitiu, de facto, perceber que há situações lamentáveis de degradação de espaços verdes, equipamentos, iluminação, equipamentos e estruturas tão importantes para a vivência no espaço público. -----

----- O BE teme que este debate e esta petição venham a ter o efeito que não se pretendia, e que era tentar resolver o problema e apesar de concordarmos com a análise técnica feita pelo relatório sobre a competência para alterações do coeficiente de localização do IMI, tememos que o debate concentrado nessa competência da Câmara possa esvaziar aquilo que é o tema central e que é a preocupação dos moradores e dos peticionários do Parque das Nações. Porque, com certeza, que quem mora no Parque das Nações não quer ter o IMI mais baixo e continuar a viver naquelas condições, naquelas infraestruturas e com o espaço público daquela maneira. Quer sim, ver resolvido o problema. Portanto, é quase como um sinal de desalento, de desistência por parte dos peticionários, que parece que não querem resolver e por isso querem ser compensados de alguma maneira. -----

----- Naturalmente, que o BE quer que haja uma solução, quer que o espaço público seja mantido de forma a ser usufruído pelos habitantes do Parque das Nações e, portanto, acha que a solução, apesar de haver um parecer que tecnicamente se desvincula desta solução do coeficiente de localização, não deve ser através de compensação fiscal, compensação do IMI, mas que deve haver uma intervenção imediata e que resolva os problemas aqui referidos.”

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Páscoa (PCP)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Dizer que nós concordamos e revemo-nos nas conclusões do parecer, que aliás, já foram aqui sobejamente expressas porque, de facto, não compete ao município proceder a essa diminuição do IMI como aqui ficou referido e as conclusões do parecer, também, referem. -----

----- De qualquer forma, não poderia deixar de vir aqui porque não é só a questão do IMI, são realmente as condições em que o Parque das Nações está. -----

----- Lembrar que já no ano de 2014, colocámos por duas vezes essas preocupações à Câmara Municipal, sobre essa matéria. No dia dezoito de Fevereiro, colocamos a questão dos espaços verdes e da empresa de manutenção, e no dia dezoito de novembro de 2014, colocamos a questão dos problemas da iluminação pública. -----

----- De facto, o Parque das Nações é uma amostra de que há, nestes aspetos, incúria da Câmara, embora algumas das competências já tenham passado para a Junta. Mas de qualquer forma, dizer que nós iremos continuar a acompanhar qual a preocupação e quais as medidas que a Câmara e a Junta, vai apresentar para resolver este problema. --

----- Já agora, devo dizer que não podemos esquecer o resto da cidade, que alguns destes problemas existem noutras zonas da cidade. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Saldanha (PS)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Só tecer alguns comentários sobre esta petição, há pouco não falei porque estava como relator, mas agora, falo.-----

----- Todos os partidos políticos, à exceção de dois partidos, “Os Verdes” e outro que agora não me recordo, louvaram uma petição. Eu não acho concebível como se pode louvar uma petição onde diga que há diminuição da qualidade de vida, onde se fala em quantidades de sem-abrigos que por noite, só eram vistos na gare do Oriente, e que agora são vistos em zonas habitacionais, quando dizem do cheiro e da imundice junto ao muro do Aki, em frente à saída do Metro, são causados pelos sem-abrigo. Para o CDS-PP e para o PSD deveriam de ter alguma sensibilidade sobre este assunto porque provocaram esta situação no país. É lamentável louvarem uma petição destas.-----

----- Por outro lado, queria acrescentar outra coisa, fico muito grato pela Senhora Deputada de “Os Verdes” dar este estímulo à Câmara Municipal, porque, de facto, é verdade, há problemas para resolver.-----

----- O Senhor Vereador, o Senhor Vice-presidente da Câmara, em sede de comissão, afirmou que havia problemas, que há, mas que está a ser feito tudo para os resolver, e certamente não irão virar costas a estes problemas. É um problema da cidade, daquele lugar, em particular, o certo é que se poderá e vai com certeza resolver-se, quando terminarem, sobretudo, os contratos de concessão que, na verdade, estão agarrados pela via da concessão e da passagem da concessão para a Câmara Municipal, e há uns contratos que têm de ser geridos. É assim, é o que está no caderno de encargos e tem de ser gerido.-----

----- Certamente, que no futuro, iremos ter outras alegrias sobre este assunto, porque não tenho dúvidas nenhuma que a Câmara Municipal, como aqui tem demonstrado sempre, quer resolver os problemas, e eu tenho pena e queria deixar aqui alguma mágoa, porque alguns partidos aproveitam este problema para criticarem ao invés de apresentarem soluções e ajudarem a Câmara a resolver o problema como devia de ser da sua competência.-----

----- Por outro lado, queria também dizer que é lamentável que muita gente que quer comprar casa no Parque das nações e não existem casas à venda. Se as condições fossem assim tão más como aqui foram referidas, que não são as melhores como em muitos outros pontos da cidade, todos sabemos disso, certamente, o mercado imobiliário estaria muito mais aberto e haveria muito mais oferta, coisa que, neste momento, não há.-----

----- Portanto, a demagogia e o populismo também não pode ser posta em causa e tem de ser, aqui, confrontada.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** referiu o seguinte:-----

----- “Estamos no limite do tempo mas, naturalmente, poderá fazer o seu pedido de esclarecimento.-----

----- Peço-lhe que seja breve.-----

----- O Senhor Deputado Magalhães Pereira vai apresentar um pedido de esclarecimento ao Senhor Deputado Ricardo Saldanha.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Magalhães Pereira (PSD)** no uso da palavra, apresentou um pedido de esclarecimento:-----

----- “O Senhor Deputado Ricardo Saldanha talvez se tenha deixado influenciar pelo entusiasmo, não sei se sim, se não, mas fazer a insinuação, a afirmação ou declaração, o que quer que fosse, que o PSD acha que o Parque das Nações está mal porque tem muitos sem-abrigo, é uma necessidade, e como é uma necessidade nós rejeitamos em absoluto, qualquer ideia nesse sentido. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Saldanha (PS)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Como vi aqui o PSD e o CDS-PP a congratularem-se pela petição e com nesse fundamento, foi o que eu ouvi, se calhar ouvi mal, peço desculpa se ouvi mal, também posso ouvir mal, e eu estou a ler o que está escrito na petição, ao congratularem-se com uma petição que evoca perda de qualidade de vida com sem-abrigo, por amor de Deus, não há palavras. Disse.”-----

----- **O Senhor Vice-presidente Duarte Cordeiro** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Cumprimentar os peticionários e todos os partidos que tiveram intervenção nesta matéria. -----

----- Queria referir que, independentemente da razão que assiste, ou não, algumas das críticas, que a Câmara olhou para esta petição, não pelo aquilo que é a proposta que aqui trás a petição mas pelo conteúdo de algumas críticas no que diz respeito à degradação do Parque das Nações. -----

----- Entendemos, aliás, que a escolha dos peticionários da redução do coeficiente de localização do IMI e por sua vez, que acarreta uma necessária apreciação de redução do património dos proprietários do Parque das Nações, é particularmente infeliz para quem quer chamar a atenção da degradação do espaço urbano do Parque das Nações. Nós assumimos a discussão da degradação do Parque das Nações sem necessidade de subterfúgios e achamos este, particularmente, infeliz. -----

----- No que diz respeito à questão em concreto e ao centro da questão que está aqui em análise, e que é a questão da degradação do Parque das Nações, queremos dizer três aspetos:-----

----- Há problemas que dizem respeito, especificamente, ao Parque das Nações, e sim, há problemas de estrutura no Parque das Nações ao nível das instalações elétricas, dos pavimentos que foram escolhidos, dos materiais que foram escolhidos para determinadas localizações, do tempo da durabilidade desses materiais, que foram materiais que foram escolhidos que têm durabilidades curtas, portanto, há problemas concretos no Parque das Nações, há problemas que não são concretos do Parque das Nações que são problemas da cidade, são problemas que não existem só no Parque das Nações, existem noutras zonas da cidade, e depois há problemas, eventualmente, no que diz respeito a uma incapacidade de resposta do município ou de matérias que digam respeito a competências que a prazo serão da responsabilidade da Junta de Freguesia. -----

DRAFT

----- Quero deixar claro que, qualquer que seja a natureza do problema, é um problema da cidade e é um problema do município, e nós também não vamos fugir à responsabilidade de assumir os problemas que existem naquela zona. -----

----- Temos um compromisso bastante assumido que foi feito na comissão, diremos sempre, procurar melhorar os espaços públicos do Parque das Nações, há aspetos concretos que se resolvem quer com os contratos que existem, quer com a transferência de competências para as Juntas de Freguesia, estamos a preparar protocolos nesse sentido, nós próprios estamos a rever os contratos que existem do lado do município. A Junta de Freguesia tem tido uma atitude muito presente e muito crítica em relação a todas estas matérias procurando que a Câmara Municipal tenha uma resposta cada vez mais presente. -----

----- Portanto, estamos absolutamente, convictos que se sentirão as melhorias em alguns aspetos. -----

----- Uma nota final, dizer que, também, não nos revemos neste estado de desgraça que foi descrito relativamente ao Parque das Nações. E achamos, particularmente, infeliz que Deputados Municipais dos vários grupos municipais, o façam porque isso desvaloriza a cidade, desvaloriza a freguesia e é absolutamente, desnecessário. Nós podemos discutir os problemas tal como eles são. Agora, não vale a pena, muito sinceramente, a bem da cidade e dos lisboetas, exagerarmos na forma como aceitamos a descrição dos problemas. -----

----- Da parte do executivo, também nos compete assumir as coisas com formalidade. -

----- Portanto, achamos infeliz a forma como é assumida e aceite algumas das críticas que aqui são feitas. -----

----- Nós estamos comprometidos com a melhoria do espaço, estamos aqui um mandato para sermos avaliados pelo trabalho que fazemos. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** referiu o seguinte: -----

----- “Chegamos ao fim dos nossos trabalhos desta fase da reunião. -----

----- Não temos nenhuma matéria para votar sobre esta petição. -----

----- Lembro os Senhores Deputados que os trabalhos irão prosseguir com o Debate Temático Demografia e Migrações, e que terão de voltar a assinar a folha de presenças para uma verificação de quórum, sem o qual não podemos fazer o debate temático, pelo que peço a vossa colaboração. -----

----- Iremos abandonar a Mesa para que os oradores venham até aqui, e peço aos Senhores Deputados para não abandonarem a sala sem fazerem a vossa assinatura porque não teremos possibilidade de confirmar o quórum se não o fizerem. -----

----- Peço a vossa colaboração e vamos prosseguir. -----

----- Esta semana, na sexta-feira, temos o filme Cavalo de Dinheiro, do Pedro Costa, e às vinte e uma e trinta, o filme Lisboa do Sérgio Tréfaut. A entrada é livre e estão todos convidados. -----

----- Obrigada.” -----

----- **PONTO 7 – TERCEIRA SESSÃO DO DEBATE TEMÁTICO DEMOGRAFIA E MIGRAÇÕES, COM O SUBTEMA “DEMOGRAFIA E**

MIGRAÇÕES EM LISBOA – O QUE PENSAMOS”, SEGUNDO O PROGRAMA CONSTANTE DO ANEXO 1 E AO ABRIGO DOS ARTIGOS 39º E 87º DO REGIMENTO;-----

ABERTURA DOS TRABALHOS -----

3ª SESSÃO-----

-----“ **Demografia e Migrações em Lisboa – O que pensamos**”-----

----- O Painel foi moderado pelo Senhor **Deputado Municipal João Magalhães Pereira** (Presidente da 6ª Comissão Permanente de Direitos Sociais e Cidadania); -----

----- Participaram no debate, na qualidade de oradores convidados, a **Senhora Doutora Ana Paula Beja Horta**, da UAB, Universidade Aberta, o **Senhor Doutor Celso Soares**, da Culturface – Associação Cultural Para o Desenvolvimento, Membro do CMIC – Conselho Municipal de Interculturalidade e Cidadania, o **Senhor Doutor João António**, do CESOP – Centro de Estudos e Sondagens de Opinião da Universidade Católica Portuguesa e a **Doutora Susana Ramos**, Diretora do Departamento de Desenvolvimento Social da CML, Coordenadora do Programa Municipal Integração de Imigrantes em Lisboa. -----

-----Foram nomeados para relatores da terceira sessão os seguintes Deputados Municipais: -----

----- O Senhor Deputado Municipal João Diogo Moura (CDS-PP) e a Senhora Deputada Municipal Isabel Pires (BE).-----

O Moderador:-----

----- “Senhores Deputados Municipais, público em geral vamos começar então a nossa sessão extraordinária.-----

----- Chamava a atenção pelo facto de que a Assembleia Municipal de Lisboa organiza de novo um debate temático, desta vez sobre o ingente tema da Demografia e migrações.-----

----- Tema este que não podia ter mais adequada oportunidade, quando vemos que há a abertura da primeira nesga de sol e se o tempo parecer favorável, se precipitam para barcos decrepitos ou mesmo barcos insufláveis, sempre sobrelotados, centenas ou mesmo milhares de migrantes, vindos de todas as partes de África e da Ásia, refugiados sociais, refugiados económicos, refugiados políticos, fugindo da guerra e de perseguições em busca de paz e futuro melhor para os seus filhos e que muitas vezes, tragicamente e muitíssimas vezes, em vez disso encontram o fim da vida.-----

----- É um tema que nos toca, não só nas nossas emoções perante tão terríveis imagens que vemos com angústia, mas também no nosso canto da Europa com os fluxos migratórios provenientes das zonas de África e até da América, onde estivemos por largos tempos. -----

----- É minha convicção pessoal que deveríamos todos, todos como povo, ser generosos no acolhimento, diligentes na integração e adaptação dessas pessoas ao nosso ambiente e proactivos na procura de condições de igualdade em todos os sectores da atividade social. Devemos tratar essas pessoas como gostaríamos de ter sido tratados, quando nós próprios o fizemos.-----

DRAFT

----- Hoje temos connosco para tratar dessa problemática a Senhora Doutora Ana Paula Beja Horta da Universidade Aberta e o Senhor Doutor Celso Soares da Culturface, que ainda não conseguiram chegar devido a problemas de trânsito, e o Senhor Doutor João António do Centro de Estudos e Sondagens da Universidade Católica, e a Senhora Doutora Susana Ramos Diretora do Departamento Social da Câmara Municipal de Lisboa.-----

----- Apresento ainda os nossos excelentes relatores, o Senhor Deputado Municipal Diogo Moura do CDS-PP e a Senhora Deputada Municipal Isabel Pires do BE, e eu próprio, João Magalhães Pereira Deputado Municipal e Presidente da Comissão Permanente de Direitos Sociais e Cidadania da Assembleia Municipal de Lisboa.-----

----- Poderão compreender os Senhores Deputados Municipais e pessoas interessadas presentes como são pesadas as condicionantes de tempo, atribuindo-se a cada orador convidado entre dez e quinze minutos de apresentação e a cada interventor da audiência até três minutos, complementados depois por trinta minutos de encerramento dos trabalhos pela Mesa.-----

----- Vamos então começar dando a palavra ao Senhor Doutor João António do Centro de Estudos e Sondagens da Universidade Católica de Lisboa.”-----

----- **João António:**-----

----- “Muito boa tarde a todos e a todas.-----

----- Antes de começar a minha intervenção propriamente dita, eu queria agradecer o convite à Assembleia Municipal de Lisboa.-----

----- Considero da maior importância este conjunto de ações que estão a conduzir no âmbito do Plano Municipal para a integração de imigrantes, e é para mim uma honra poder estar aqui com a minha modesta contribuição para este debate.-----

----- A minha vida académica e profissional tem-se dividido principalmente em dois caminhos.-----

----- Por um lado tenho desenvolvido vários inquéritos e sondagens de opinião sobre estudos e comportamentos das pessoas em geral, por exemplo, os estudos sobre satisfação, atitudes políticas ou sobre intenção de voto, não é por acaso que tenho colaborado com o Centro de Sondagens da Universidade Católica.-----

----- E por outro lado tenho estudado temas relacionados com a imigração, em particular as relações entre Portugueses e imigrantes e entre maioria e minorias étnicas.-----

----- Estes dois caminhos por vezes cruzam-se e num destes cruzamentos resultou o livro que coordenei com a minha colega Verónica Policarpo, e foi por esse motivo que me foi endereçado um convite para estar aqui hoje. O livro resulta de uma investigação encomendada ao centro de sondagens pela fundação Calouste Gulbenkian, no âmbito da plataforma imigração.-----

----- Este livro foi feito por colegas de vários centros de investigação e universidades. O livro foi publicado...está aqui a lista de todos eles...foi publicado em 2012 e foi baseado em dados recolhidos por inquérito com uma amostra nacional de cerca de mil e oitocentas pessoas. O estudo foi feito, o trabalho de campo, propriamente a recolha

DRAFT

de dados, foi feito no final de 2010, mas não temos qualquer motivo para suspeitar que os resultados não se mantenham ainda bastante atuais. -----

----- Os resultados dizem respeito à população Portuguesa residente no País, mas trata-se de informação relevante para a análise que se está a fazer aqui em Lisboa.-----

----- A investigação que deu origem a este livro tinha três linhas gerais de objetivos. Por um lado fazer um retrato das atitudes dos Portugueses face à imigração em Portugal e face aos imigrantes. Por outro, conhecer as representações presentes entre a população Portuguesa, sobre imigração e legislação, imigração e mercado de trabalho, imigração feminina e imigração em média. Trata-se de conhecer estas representações e depois compará-las com dados objetivos recolhidos em outras investigações, para tentar perceber de que maneira as representações das pessoas estão adequadas à realidade concreta. -----

----- Para além disso, um último objetivo passava por explicitar a relação entre o que se pensa e o que se diz ou o que se faz. Para isso temos dois capítulos no livro, um sobre o efeito da norma antirracista nas respostas a inquéritos e outro sobre a expressão do preconceito na infância, este não é baseado na sondagem é baseada em estudos de uma tese de doutoramento de um colega, todos centrados no preconceito e na expressão do preconceito na infância. -----

----- Como em dez minutos não poderei falar de todos estes aspetos, trouxe apenas uma seleção de resultados que achei que poderiam ser os mais interessantes para esta sessão. Mas há muito mais informação com interesse no livro e recomendo aos interessados a sua consulta numa biblioteca municipal, onde está disponível ou noutra qualquer perto de si. Pode ser que ainda na Gulbenkian haja ainda um ou outro exemplar à venda. -----

----- Para hoje trouxe alguns dados relativos às atitudes dos Portugueses face à imigração em Portugal e face aos imigrantes, e trouxe também alguns dados sobre a perceção dos inquiridos sobre os imigrantes e sobre o mercado de trabalho. -----

----- A maioria dos Portugueses tendia à data do inquérito a ser favorável à diminuição do número de imigrantes no País. Não há diferenças em função da origem geográfica das pessoas migrantes, com exceção dos oriundos dos países Ocidentais. Portanto, isto era uma pergunta que era colocada logo no início do inquérito, a todos, em que se perguntava às pessoas se o número de imigrantes Africanos, Brasileiros, Ocidentais, Asiáticos, portanto, havia no fundo cinco perguntas, se esse número de imigrantes devia aumentar, manter-se ou diminuir. Como se vê os resultados em geral, as pessoas tendem a ser favoráveis a uma diminuição de todos os grupos, com exceção do grupo dos imigrantes ocidentais. -----

----- A comparação dos resultados obtidos nesta sondagem com uns de um estudo anterior que tinha a mesma pergunta, que foi um estudo realizado de trabalho de campo, portanto, a inquirição em 2004 mas que foi publicado depois em 2006 pelo ACIM, que agora é o ACIDI, agora aliás já é ACM. -----

----- E a comparação entre os resultados permite observar que as atitudes dos Portugueses em dois momentos muito distintos, por um lado em 2004 estávamos num período, isto na altura do trabalho de campo, que antecedeu o Campeonato da Europa

DRAFT

de Futebol, portanto, era um tempo de otimismo, de emprego e de confiança no futuro. Um segundo momento, já em 2010, os dados deste estudo, já estávamos na crise económica, já estávamos à beira de um pedido de intervenção financeira internacional e sem vislumbre de otimismo ou solução para o futuro.-----

----- São dois períodos, que embora relativamente próximos no tempo, são caracterizáveis por situações económicas e de confiança no futuro completamente distintas. Poderíamos por isso esperar algum acréscimo na percentagem de inquiridos favoráveis à diminuição do número de imigrantes, no entanto, as diferenças que aqui se observam não chegam a ser significativas, podendo ser atribuídas apenas ao erro aleatório da amostra. -----

----- Outros dados que trago aqui têm a ver com as atitudes de aculturação da população Portuguesa. Foi pedido aos inquiridos que dissessem em que medida é que concordavam com seis frases sobre a relação dos imigrantes com as culturas de origem e com a cultura Portuguesa, uma larga maioria dos Portugueses, cerca de 89%, considera importante a aprendizagem da cultura Portuguesa por parte dos imigrantes. A adoção desta cultura recolhe a concordância de mais de dois terços dos inquiridos. --

----- O contacto entre imigrantes e Portugueses também é defendido pela maioria dos inquiridos, 85% pensam que é importante que os imigrantes e os seus filhos contactem com os Portugueses fora do contexto labora e escolar, 72% discordam que os imigrantes passem o seu tempo livre apenas com pessoas da sua nacionalidade. Esta vontade de contacto e de que os imigrantes aprendam e adotem alguns aspetos da cultura Portuguesa, não é contraditória, pelo menos com a manifestação de respeito pela adoção da cultura minoritária. Pelo contrário, 77% dos inquiridos consideram importante que os imigrantes mantenham a sua cultura de origem e 68% acham que os imigrantes devem poder manter o seu modo de vida a viver aqui em Portugal. -----

----- Portanto, parece haver uma maioria favorável à integração dos imigrantes através de um modelo misto, de respeito pelas diferenças culturais e simultaneamente de aprendizagem e adequação dos imigrantes à cultura maioritária.-----

----- Algo que caracteriza e que de algum modo explica muitos dos resultados deste estudo é a ambivalência das atitudes dos Portugueses, face à imigração e aos imigrantes. Essa ambivalência a que nos referimos resulta de alguma incoerência e duplicidade de significados das atitudes reveladas pelos participantes, se por um lado a maioria dos inquiridos é favorável à diminuição do número de imigrantes, por outro, também reconhece que imigração enriquece a vida cultural do País e que os imigrantes são fundamentais para a vida económica do País, rejeitando simultaneamente um possível enfraquecimento dos valores e tradições nacionais por via da imigração. Mais à frente falarei um pouco mais sobre alguns deste resultados deste slide. -----

----- A ambivalência das atitudes da população Portuguesa face aos imigrantes, é uma vez mais perceptível nas posições tomadas perante os direitos que os imigrantes deveriam ter. Verifica-se uma posição maioritária de equiparação de direitos entre Portugueses e imigrantes, traduzível num enorme apoio à reunificação familiar, no gráfico do meio, 85% dos inquiridos estão de acordo com a ideia de reunificação

DRAFT

familiar, ao direito de voto 73% concordância, portanto, somando as duas barras e mesmo à naturalização, 75% julga quês esta devia ser facilitada, a naturalização imigrantes. -----

----- Porém, ao mesmo tempo, as mesmas pessoas, perante cenários negativos observa-se um desvio da posição maioritária no sentido da diminuição de direitos. Isto é visível no apoio maioritário à extradição no caso de desemprego, 80% das pessoas dizem que os imigrantes devem ser extraditados se não tiverem emprego, são os resultados do gráfico ao meio, ou no caso de cometerem algum tipo de crime, 85%, gráfico da esquerda. -----

----- Estamos em presença de uma conceção maioritária do imigrante enquanto trabalhador, a quem se deseja que seja atribuído direitos que o aproxima do cidadão Português, mas apenas sob a condição de existência e permanência da condição de trabalhador. Nota-se que esta conceção se altera, quando na última pergunta desta série se perguntou se os imigrantes deveriam ser reenviados para os seus países de origem, mesmo que tivessem filhos nascidos em Portugal. Nesta situação, perante a ativação de outras características da pessoa migrante, como seja o papel de pai ou de mãe, há uma viragem nas respostas e quatro em cada cinco discordam da expulsão dos imigrantes nestas condições. -----

----- Centrando-nos especificamente sobre a relação da imigração com o trabalho, neste estudo os imigrantes são vistos maioritariamente como fazendo os trabalhos que os Portugueses não querem. São as colunas de percentagem a preto no gráfico. E são também maioritariamente vistos como fundamentais para a vida económica do País, embora não de forma tão unanime como o indicador anterior. -----

----- Há um reconhecimento generalizado que os imigrantes, quer sejam homens ou mulheres, têm qualificações a mais para o trabalho que desempenham e que ganham menos que os Portugueses pelo mesmo trabalho. -----

----- 60% dos inquiridos estão convencidos que os imigrantes recebem da segurança social, mais do que aquilo que dão. Como sabemos esta ideia é falsa e já foi desmentida por vários estudos realizados em Portugal, temos os trabalhos do André Correia de Almeida, do Pedro Duarte da Silva e mais recentemente uma publicação do João Peixoto, penso que todas disponíveis no Observatório de Imigração, mas é um dos mitos sobre imigração que prevalece na sociedade Portuguesa. -----

----- Serão os imigrantes mais afetados pelo desemprego do que os Portugueses? Há alguma divisão entre os inquiridos perante esta questão, ainda assim a maioria tende a achar que isso não é verdade, mas é, efetivamente eles são mais afetados pelo desemprego do que os Portugueses. -----

----- Segundo as contas que o José Carlos Marques, no capítulo que faz para este livro, fez, de 2006 a 2009 a taxa de desemprego entre imigrantes foi sempre ligeiramente maior, um, dois pontos percentuais, em relação à dos Portugueses, mas em 2010 os números do IIEFP relativo ao desemprego registado, indicavam já que a proporção de desempregados entre os imigrantes ativos era de 16%, enquanto na população geral ainda estava nos 9%. -----

----- Antes de terminar queria voltar ao primeiro gráfico que mostrei, para falar mais um pouco destes resultados da oposição à imigração. Na análise dos dados que fizemos encontrámos algumas das características que surgem habitualmente ligadas à oposição à imigração, a idade, o nível de escolaridade, o preconceito e os níveis de racismo. Mas também a insegurança económica sentida pelas pessoas, quanto mais vulneráveis se sentem, mais tendem a opor-se à imigração.-----

----- E finalmente, os dados desse estudo vieram contribuir para o reforço de uma velha hipótese do contacto. Efetivamente quanto mais contato com imigrantes, menor a oposição à imigração.-----

----- Poderão pensar que a relação inversa também é verdade, e é.-----

----- Quanto menor a oposição maior a predisposição para o contacto, mas estudos recentes feitos em vários locais têm mostrado que a relação mais forte é mesmo a primeira, quanto maior o contacto com os imigrantes menor a oposição à imigração.---

----- Por isso se o objetivo da Cidade de Lisboa for ser capaz de ser um território cada vez mais aberto e amigo da diferença, promover e apoiar o contacto entre pessoas parece ser uma boa forma de o conseguir.-----

----- Outra boa forma passa por o sentimento de insegurança económica das pessoas, o medo de perder o emprego, de ver diminuir o seu rendimento, mas isto é mais tarefa para outros órgãos do poder político.-----

----- Só para conclusões finais, os dados o que mostram aqui é que há de facto uma atitude ambivalente perante imigração.-----

----- Há um reconhecimento do contributo dos imigrantes para o enriquecimento cultural do País, assim como para a vida económica de Portugal.-----

----- A maioria considera que os imigrantes devem ter mais direitos, contudo, a sua permanência no País só é defendida, enquanto houver trabalho ou no caso de haver descendentes nascidos em Portugal.-----

----- A maioria considera que os imigrantes devem aprender a cultura Portuguesa e manter a sua cultura de origem, portanto, as duas em simultâneo. Deve haver mais contacto entre Portugueses e imigrantes, e como já vimos também, quanto maior o contacto maior a aceitação. Obrigado.”-----

----- **Ana Paula Beja Horta:**-----

----- “Muito obrigado pelo convite. É uma honra estar aqui convosco e gostaria de felicitar a Assembleia Municipal por esta iniciativa, que é uma iniciativa que pretende sobretudo criar um espaço inovador de debate sobre a Cidade de Lisboa, sobre o viver a cidade, o pensar a cidade.-----

----- Como foi assim que eu entendi este convite para estar aqui presente convosco, eu gostaria de trazer também uma proposta de debate que é esta ideia da cidade intercultural, da Lisboa intercultural e do que é que nós estamos realmente a falar, ou qual é que o nosso ideário de uma Lisboa intercultural, de uma Lisboa solidária, inovadora, de uma Lisboa criativa.-----

----- Como tal, irei de seguida apresentar alguns pontos de partida genéricos que têm de facto a ver com a realidade, que é uma realidade transnacional de uma crescente

fixação de populações migrantes em que as metrópoles acabam por constituir polos de atração e de fixação das populações migrantes, dos fluxos migratórios internacionais. -

----- Para vos dar um exemplo relativamente a Lisboa, segundo os dados disponibilizados pelo INE, os últimos dados relativamente aos CENSOS 2011, a população estrangeira residente em Portugal encontrava-se sobretudo concentrada na região de Lisboa. Este não é um padrão novo da capacidade de atração da região de Lisboa, de Lisboa, relativamente aos fluxos e às vagas migratórias, que têm ao longo destas três décadas se concentrado e fixado em Portugal. -----

----- Por outro lado assistimos também a uma intensificação da diversidade cultural, a uma enorme diversidade cultural a nível étnico e a nível religioso também, e por outro lado, se a cidade constitui um recetáculo de diferentes culturas a cidade também é um espaço de cidadania, é também um espaço de reivindicação de novos direitos de cidadania. -----

----- O objetivo desta reflexão, e é uma proposta como referi inicialmente, de examinar a relação, que tipo de relação entre as políticas locais, diversidade cultural, a integração urbana das comunidades imigrantes e numa outra vertente o planeamento urbano.-----

----- Como é que Lisboa tem respondido a estes novos desafios? E vemos que relativamente às políticas de inclusão cultural e social implementadas em Lisboa, é particularmente interessante e irei trabalhar um pouco mais esta questão, mas é particularmente interessante nós atendermos ao facto da integração, por exemplo de Lisboa, desta ideia de Lisboa como uma cidade intercultural. A integração de Lisboa no programa cidades interculturais foi promovida pelo Conselho da Europa e pela Comissão Europeia em 2008 e que Lisboa integra, mais tarde e depois, também em toda a documentação e no projeto estratégico Lx-Europa 2020.-----

----- O que nós temos de facto em Lisboa e que temos vindo a registar, com uma maior intensidade na última década, são de facto novos movimentos migratórios muito mais complexos. Novas redes migratórias que articulam uma diversidade de projetos e itinerários migratórios, mas também temos vindo a assistir a novas formas de desigualdade, também de discriminação e de preconceito, novas formas de segregação residencial, e também, um novo cosmopolitismo, uma maior, se lhe queremos chamar assim, crioulização, uma maior mistura, uma maior interação. Portanto, novas formas têm surgido e igualmente novas formas de interação e de pertença, e a cidade tem dado resposta a essas novas formas dos fluxos migratórios e da natureza dos novos fenómenos migratórios, através também de novas formas de governação e formas inovadoras de governação. -----

----- A nível das políticas locais o que nós temos vindo a assistir e a literatura sobre esta questão é muito vasta, e eu não vou de forma alguma aborrecer-vos com uma revisão da literatura sobre estas questões, é que as políticas locais, os estudos sobre as políticas locais, ao contrário dos estudos sobre e da investigação da pesquisa que tem sido realizada relativamente às políticas nacionais, tem sido muito menor. Portanto, há estes dois só para dar o exemplo, estes dois grandes projetos de investigação a nível internacional e importa sobretudo retermo-nos nos resultados. -----

DRAFT

----- A evidência é das cidades estudadas, no primeiro caso dezassete cidades europeias, no âmbito da União Europeia e no segundo caso vinte e duas, portanto, a evidência primeiro de uma não política e de reações políticas, que são na maior parte dos casos reações políticas *ad hoc*, são políticas ou medidas reativas a determinadas situações. Por outro lado é também constatado uma convergência a nível das políticas adotadas por países, que têm tido uma tradição imigratória mais antiga e mais consolidada que a nossa.-----

----- Relativamente ao programa das cidades interculturais e porque Lisboa fez parte deste programa, penso que há aqui questões que são importantes de reter e que têm a ver com uma ideia de cidade e de diversidade cultural, como uma fonte de inovação, de criatividade, também uma fonte e um instrumento de empreendedorismo, ou seja, a valorização da diferença a vários níveis, quer a nível social, quer a nível económico, quer a nível turístico. Também a necessidade da construção de redes interculturais no âmbito das cidades interculturais, obviamente que Lisboa integra essa rede, mas penso que eu não me vou deter relativamente aos indicadores por que a maior parte de vós decerto que têm conhecimento e há uma agenda quer a nível nacional, quer a nível local, uma agenda discursiva sobre interculturalidade. Há uma agenda também de integração, de um diálogo intercultural, de programas locais e nacionais para a integração e promoção dos imigrantes, que tem uma ideologia e tem uma agenda política que é a interculturalidade, portanto, a interculturalidade enquanto forma também de empoderamento, de integração social e de cidadania.-----

----- A Lisboa intercultural vai criar um conjunto de mecanismos e é pioneira, de facto, é uma cidade pioneira na criação de mecanismos de integração e participação cívica da população imigrante e que é uma agenda que se vai prolongando ao longo dos tempos.-----

----- Deixando aqui algumas propostas de debate, que é por um lado as áreas de intervenção e que constam do programa estratégico 2014-2020. Portanto, uma área de intervenção da cidade, enquanto cidade de cultura e interculturalidade que vai, e penso que aqui há algo de novo relativamente ao programa estratégico anterior, que é uma preocupação e uma articulação não só relativamente a uma interculturalidade que pressupõe uma interação positiva, a valorização do outro, o reconhecimento da diferença, mas que combina com uma outra área de intervenção que é a área da inclusão e da coesão social, em que os imigrantes passam a ter um papel importante nos eixos de intervenção e nas medidas que foram propostas.-----

----- Essa questão é particularmente importante quando nós, e para terminar, nos debatemos com uma população de grande diversidade cultural, uma situação complexa e de crise.-----

----- Quais são as respostas?-----

----- Por um lado há uma vontade, há um projeto de ativação de canais institucionais e de participação cívica das populações imigrantes e há de facto um compromisso a nível institucional. Por outro lado também constatamos a ausência, até hoje, de discursos anti-imigração o que não tem acontecido noutras cidades europeias, como é do vosso conhecimento. Contudo nós batemo-nos também, com por um lado falta de

recursos para uma maior implementação e participação cívica, a interculturalidade, a participação, a integração, envolvem recursos que neste momento são escassos.-----

----- A necessidade de uma maior atenção para a continuação e a manutenção de situações de segregação e de exclusão social que têm vindo a ser reproduzidas ao longo dos anos, independentemente de muitos planos estratégicos em bairros críticos, por exemplo, terem sido implementados e essa necessidade de processos de requalificação urbana que articulem esta ideologia de interculturalidade, de convivência e de coesão social. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **Susana Ramos:** -----

----- “Aquilo que eu trago aqui hoje e de uma forma bastante célere, tanto quanto possível, é o Plano Municipal de Integração dos Imigrantes. -----

----- O PMII nasce do desafio que surgiu já no programa deste Executivo e tem como ponto fundamental, encontrar aqui uma estratégia concertada para os imigrantes que vivem e que estão, não só que vim, mas também que diariamente estão na nossa cidade, e como tal, partiu desde logo deste desafio para encontrarmos várias respostas.

----- Basicamente o município na integração dos imigrantes, e este plano pretende acima de tudo ser um instrumento de políticas públicas locais para a promoção da integração social de imigrantes na Cidade de Lisboa. -----

----- Paralelamente ao desafio que vos referi, que já existia no programa deste Executivo, surgiu também aqui um enquadramento possível e conseguimos ter um financiamento do Fundo Europeu da Integração dos Nacionais de Países Terceiros através do ACM, para a realização deste plano. -----

----- Quais são os objetivos deste plano? -----

----- Em primeiro lugar definir uma estratégia municipal, através da criação de um instrumento de política local de forma a delinear um modelo de ação concertada, como referi, na promoção da integração social de imigrantes na Cidade de Lisboa. -----

----- Melhorar a articulação de recursos e meios existentes nas várias unidades orgânicas da Câmara, no que diz respeito à integração de imigrantes. Aqui também já foi referido que Lisboa tem desempenhado e desenvolvido uma atuação muito concreta e diversificada nesta área específica, mas efetivamente também sabemos que muito há a fazer e não só naquilo que diz respeito à concertação e à unificação de sinergias, dentro daquilo que são também outros horizontes que queremos alcançar. ---

----- Por outro lado elaborar medidas que contribuam para o conhecimento e valorização da diversidade cultural. -----

----- Contribuir para a diminuição de fenómenos de pobreza, exclusão social e discriminação. -----

----- Reforçar o diálogo de proximidade na sua dimensão de direitos humanos, através de uma plataforma de cidadania. -----

----- Reforçar o papel da sociedade civil como agente estruturante para a área da igualdade. -----

DRAFT

----- Prevenir a violência do género, incluindo o tráfico de seres humanos. Obviamente que aqui há um cunho muito concreto, naquilo que é a implementação do Plano Municipal de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género. -----

----- Sensibilizar para a iluminação e a desconstrução de estereótipos sobre as comunidades imigrantes.-----

----- Aumentar a capacitação das organizações da sociedade civil que representem imigrantes, com vista à melhoria da sua atuação no terreno, sobretudo nos processos de empoderamento das pessoas e comunidades que representam.-----

----- Promover o trabalho em rede entre especialistas e profissionais de entidades públicas ou da sociedade civil na construção do diagnóstico, na intervenção e na monitorização. Sabemos que o primeiro momento destes debates foi efetivamente sobre diagnóstico.-----

----- Constituir uma base de recursos teórico-empíricos, para o diagnóstico da situação das pessoas imigrantes na Cidade de Lisboa e para a implementação do plano municipal. Sabemos que o diagnóstico é a base também de uma parte do trabalho, empiricamente temos informação mas que importa validar, também com os parceiros locais e tem sido também esse caminho que temos feito. -----

----- Em termos de metodologia, e gostaria de referir que em primeiro lugar houve uma criação de grupos de trabalho e o primeiro a ser criado foi através do CMIC, Conselho Municipal para a Interculturalidade e a Cidadania, que é uma plataforma que certamente as Senhoras e os Senhores Deputados Municipais já conhecem bem e têm ouvido falar em diversos fóruns, e fundamentalmente trouxemos a debate a construção deste plano. -----

----- Aquilo que nós quisemos é que tivesse havido desde o início, também um envolvimento dos diferentes decisores aos diferentes níveis, nomeadamente tivemos uma proposta em reunião de câmara para a concretização deste plano, que foi aprovada por unanimidade pelo Senhor Presidente e pelos Senhoras e Senhores Vereadores. Depois estes grupos de trabalho foram criados a vários níveis, que já explicarei um pouco mais à frente. -----

----- A elaboração do diagnóstico que define e participado com recolha direta de informação, já foi explicado de uma forma detalhada, portanto não irei fazê-lo hoje, pelo Professor Jorge Malheiros no primeiro momento destes debates de reflexão. -----

----- Definição participada das áreas de intervenção prioritárias, medidas, ações, indicadores e metas. -----

----- Definição de estratégia de motorização e avaliação.-----

----- Acima de tudo, inerente a esta metodologia está uma participação de todos e de todas. Portanto, seja a que nível for, queremos que seja um plano construído de forma participada, e para mais, queremos que efetivamente tenha este cunho. -----

----- Os tais grupos de trabalho que referi. Por um lado há um grupo de trabalho que é aquele que produz, que está a produzir concretamente este documento, isto é uma questão mais logística, digamos assim, mas que é importante também terem conhecimento. A CML, concretamente o departamento que eu tenho a honra de dirigir, o Departamento de Desenvolvimento Social, a equipa do PLHDS, o IGOT que

DRAFT

é um parceiro que conosco tem trabalhado também a questão do diagnóstico e o JRS, Serviço Jesuíta aos Refugiados. E além do mais, neste grupo de trabalho também temos tido o acompanhamento do Doutor José Leitão em alguns momentos, que conosco também têm contribuído bastante, para que este plano tenha o seu caminho. -

----- Este grupo restrito surge como referi, surge do CMIC, portanto, para além disso foram também convidados outros parceiros no momento de apresentação da candidatura. Depois temos um grupo alargado, no fundo este grupo alargado tem sido ouvido em diferentes momentos, um foi já no dia 20 de Março e teremos outros momentos que também já passarei a detalhar mais à frente. -----

----- O diagnóstico irei passar à frente se me permitem, até porque tivemos oportunidade de ouvir o Professor Jorge Malheiros numa primeira sessão e irei referir mais concretamente os momentos de participação, e esta apresentação também ficará convosco, portanto, terão depois também possibilidade se bem que tudo isto já foi referido. A metodologia também foi referida pelo Professor Jorge Malheiros, os vários métodos, fontes e *outputs*, portanto, aquilo que nós achamos importante e foi para além da informação já produzida e que resulta de várias fontes mais tradicionais, temos alguns momentos de auscultação e que possa também servir de validação deste mesmo diagnóstico.-----

----- Aqui quando nós falamos no PMII, há uma consolidação já destas áreas, portanto, o plano em si está a ser construído, como as Senhoras e os Senhores Deputados Municipais sabem. Ele tem de estar concluído no dia 30 de junho, portanto, estamos na fase de produção e de auscultação nos seus diferentes fóruns, onde aquilo que nós e também já tinha sido referido pelo Professor Jorge Malheiros, aquilo que nós estabilizámos, digamos assim, enquanto intervenção estratégica, por um lado em termos de construção de políticas mas também de medidas específicas para o próprio plano. -----

----- Primeiro eixo é a cidadania e participação, que é composto pelas seguintes áreas: acolhimento, habitação, saúde, participação cívica e política dos imigrantes, educação e associativismo. -----

----- Eixo dois: emprego, empreendedorismo, valorização e capacitação, onde se insere o emprego, empreendedorismo e qualificação. -----

----- E por último a diversidade, onde insere as relações com países de origem, diálogo inter-religioso e intercultural, dinâmicas culturais urbanas, racismo, discriminação e exclusão social.-----

----- Nós temos aqui também um desafio de estarmos, de termos começado no fim do último plano de integração dos imigrantes a nível nacional e de termos agora um plano que remete para as questões das migrações, com um novo contexto, portanto, também estamos a trazer todos estes contributos e estes saberes. -----

----- Qual foi o caminho que nós temos feito até aqui?-----

----- Nos vários momentos que têm vindo a surgir de auscultação, portanto, eu destaco para além da reunião do CMIC, naturalmente para além de outros momentos mais particulares, destaco que no dia 20 de Março surgiu uma reunião para validação do diagnóstico, onde convidámos não só os parceiros do CMIC, mas também diferentes

DRAFT

serviços da Câmara, diferentes *stakeholders* da cidade, diferentes parceiros ao nível da administração, essencialmente administração central, que também têm respostas e que importa também validarem estas questões no âmbito da Cidade de Lisboa. -----

----- Não obstante no dia 21 de Abril, nesta casa, foi lançado o roteiro Lisboa-Imigrante, que foi lançado em duas línguas, em Português e em Inglês, e que também já estão a ser pensadas novas traduções nomeadamente em crioulo, tivemos logo aqui um desafio interessante e uma proposta interessante para produzir já o roteiro em crioulo. -----

----- No dia 27 de Abril há estes momentos mais de trabalho propriamente dito. Eu trago isto para perceberem que estamos em construção, isto é quase tipo o *road map* até chegarmos ao final a 30 de Junho onde temos o plano propriamente dito, portanto, é um momento também de oportunidade. Portanto, todos os contributos que existam na cidade, mais uma vez nos diferentes fóruns é o momento ideal que possam ser incorporados, para que se possam consubstanciar em medidas específicas e que possam realmente ir ao encontro de respostas concretas para os imigrantes da nossa cidade. -----

----- 20 e 22 de Maio, pois bem, esta semana, amanhã será em Arroios com a colaboração concreta da Senhora Presidente e que tem sido essencial para conseguirmos realmente auscultar a comunidade, ouvir as pessoas, porque uma questão é ouvirmos as associações e ouvirmos os decisores nas suas diferentes formas, mas achámos fundamental também ouvirmos as pessoas. No dia 22 de Maio no Lumiar, também com a colaboração da Junta de Freguesia do Lumiar, com o Centro Social da Musgueira e com o JRS. -----

----- 23 de Maio teremos um evento que é o “ACM fora de portas”, onde teremos mais um momento de auscultação do plano. Aqui concretamente, o “ACM fora de portas”, o Alto Comissariado para as Imigrações, tem a temática da inter-religiosidade e teremos mais um momento de auscultação do plano. -----

----- Bom, os vários debates temáticos, nomeadamente hoje, 19 de Maio e o que passámos, também servirão certamente as conclusões que serão emitidas desde este fórum poder ser incorporadas dentro daquilo que é o plano. Temos todo o interesse, vontade e faz todo o sentido, portanto, estamos também a aguardar depois este momento. -----

----- A 31 de Maio teremos o Fórum Municipal para a Interculturalidade. Isto surge daquilo que são as próprias atividades do Conselho Municipal para a Interculturalidade e Cidadania, será na Praça de São Paulo, onde também teremos para além de um programa extenso, que é o que aqui está, temos a partir das quinze horas o debate do plano. Nós tentámos sempre até 30 de Junho conseguir incorporar o plano e a construção do plano. -----

----- Temos mais reuniões, nomeadamente a 8 de junho. Desde já convido todas e todos a estarem presentes neste momento, é um momento de validação, agora das propostas propriamente ditas ao nível das medidas. Passámos a fase do diagnóstico que era a primeira fase e agora estaremos propriamente a falar das medidas e a 30 de Junho teremos que falar do documento final. -----

DRAFT

----- Como referi isto é um processo que tem que estar finalizado no dia 30 de Junho. Nas diferentes áreas há algumas medidas que já foram propostas, que já estão no plano em si, que vão ser validadas no dia 8 por estes diferentes grupos. Não tenho aqui tempo para detalhar cada uma delas, eu que eu posso referir é que existem medidas para cada uma das áreas estratégicas. Estas medidas surgiram daquilo que foi a reflexão do dia 20 de Março, mas também de todos os diferentes momentos que foram acontecendo ao longo deste percurso que se iniciou no final do ano passado e que tem que estar concluído, mais uma vez refiro, até 30 de Junho. -----

----- Ao nível do acolhimento há algumas medidas específicas, ao nível da habitação, ao nível da saúde, ao nível da participação cívica, ao nível da educação, ao nível do associativismo, ao nível do emprego, do empreendedorismo, qualificação, relações com países de origem, diálogo inter-religioso e intercultural, dinâmicas culturais urbanas, racismo e discriminação e por fim aquilo que eu vos quero deixar em dois minutos que ainda tenho, basicamente é que possam connosco também refletir sobre aquilo que são propostas concretas. -----

----- Nós sabemos que nos vários momentos que vos referi, não está um que queremos também incorporar e poder também ser um espaço de partilha e de reflexão que é no dia 12 de junho na Gulbenkian, haverá uma apresentação daquilo que são os resultados do MIPEX. Como saberão certamente, Portugal tem assumido em termos de *ranking* o segundo lugar em termos de políticas de integração dos imigrantes. Isto é sempre uma visão nacional, mas desta vez teremos também o desafio de poder refletir sobre estas questões e a integração dos imigrantes, ainda que numa lógica de políticas a nível municipal. -----

----- Obviamente que sabemos que há alguma dificuldade depois na prática, trazer para a preocupação daquilo que é a realidade das pessoas, questões que ultrapassam o domínio do município, que estão ao nível essencialmente da Administração Central, mas acima de tudo, sabemos também que muitos destes desafios podem ser ultrapassados e que conseguimos certamente encontrar aqui respostas. -----

----- Mais uma vez muito obrigado.”-----

----- **Celso Soares:** -----

----- “Antes quero agradecer a oportunidade que me é dada aqui como membro do CMIC, para fazer aqui alusão a umas breves palavras e essas palavras de alguma forma não são tao diferentes das outras, simplesmente é uma mera participação porque tive ausente e não tive grande disponibilidade de produzir aqui algum trabalho, alguma apresentação, de forma a poder elucidar um pouco melhor daquilo que sinto e que penso, sobre o Concelho de Lisboa em relação às políticas das migrações. -----

----- A minha ausência teria um pouco a ver também com aquilo que se faz cá em Portugal de uma forma geral, e o CMIC permitiu-me também, levar para Espanha algo em matéria de imigração, trocar experiências com colegas Espanhóis. Vou só situar-vos, estive numa semana de conferências em que se falou das políticas de imigração, refugiados e também da luta contra o racismo. Nesta oportunidade que me foi dada através do CMIC, e agora aproveito para agradecer ao Senhor Timóteo, que não está cá presente, que também contribuiu para que essa presença fosse sentida. -----

----- Agora dizer-vos, daquilo que penso do Concelho de Lisboa, penso que falta muito e não falta nada, apenas esse faltar nada é mais participação daquilo que é o envolvimento dos imigrantes, porque o imigrante em Portugal, ou neste caso, Concelho de Lisboa, tem dado uma contribuição bastante valiosa tanto regional, como local e mesmo a nível da economia. -----

----- Essa participação sinto que as pessoas, colegas meus e não só, a população imigrada, não têm tido uma participação com poder de decisão, parece que as pessoas decidem por elas. Nós estamos aqui neste momento de trabalho, nesta equipa do CMIC, a fazer levar um pouco a nossa voz como representantes das nossas comunidades através das organizações, associações, fundações, tudo isso, mas isto há um nível, transpondo esse nível é preciso que consigamos também ter um poder decisório e permitir a nossa contribuição tanto a nível político, como a nível social. ----

----- Eu acho que esta valência, é sim falarmos da inclusão, é sim falarmos da integração, é sim falarmos da interculturalidade. E muitas vezes quando falamos da interculturalidade parece que é outra parte a decidir por nós, é outra parte a representar-nos, e quando é outra parte a representar-nos não estamos tão bem representados como devíamos, mas de alguma forma comparando com os outros concelhos, eu só tenho que agradecer ao Concelho de Lisboa mais uma vez por esse momento oportuno, através do Conselho Municipal da Cidadania e Interculturalidade, para que pudéssemos fazer levar a nossa voz, e essa voz, que eu acho que deve ser mais sentida. -----

----- Falar da interculturalidade e falar das instituições, sinto que as instituições no Concelho de Lisboa não têm tido, não digo de uma forma geral, não têm tido um papel muito acolhedor. O que falha aqui são as formas de comunicação, a linguagem, a interpretação de uma forma geral. Portanto, aquilo que eu sugiro em relação a essa matéria é mais uma equipa que possa através dos serviços, através de poderes locais e centrais, estou a falar da mediação intercultural que possa de alguma forma contribuir com o seu melhor. -----

----- Nós aqui quando falámos de balcão único, que foi aqui referido, quando falámos da integração, isto tem muito a ver com o funcionar em si. Há funcionários que dão o seu melhor, há outros que ainda com alguma barreira tentam ultrapassar, mas alguns dos nossos concidadãos imigrantes não conseguem ver as suas situações devidamente resolvidas, não aqui falando apenas de Lisboa, mas de uma forma em geral, e é essa parte que acho que deve ser melhorada para que haja uma melhor participação, uma melhor colaboração e por conseguinte a integração. -----

----- De resto é tudo.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Páscoa:** -----

----- “Esta minha intervenção divide-se em duas partes. -----

----- Numa primeira parte queria realmente agradecer aos vários oradores pelo quadro e pelas informações que nos trouxeram aqui hoje. Portanto, o reconhecimento do contributo dos imigrantes para o enriquecimento cultural do País, e ao mesmo tempo alguma ambivalência que foi focada pelo menos por dois oradores, no que diz respeito à nossa posição de Portugueses e Lisboetas quanto á imigração. Por um lado falamos

DRAFT

em cosmopolitismo, por outro lado, falamos em preconceito e discriminação, que existem realmente ambos. -----

----- Ia agora tecer algumas considerações sobre a problemática que nos traz aqui hoje da demografia e migrações em Lisboa. -----

----- Em sessões anteriores tivemos a ocasião de ouvir intervenções importantes para a compreensão e conhecimento deste fenómeno que é recente na nossa sociedade, isto é o fenómeno migração, imigração, só que ganha alguma expressão na sequência do 25 de Abril, também resultante da descolonização e da maior abertura económica. -----

----- Nos anos noventa assistimos à grande vaga imigratória, proveniente da Europa de Leste, normalmente mais qualificada e com intervenção de redes internacionais de recrutamento. Estes trabalhadores são um alvo fácil do mercado clandestino, sujeitos também à mesma exploração que os outros residentes, ou agravada devido à sua situação. -----

----- Relevo especial merecem os imigrantes da Ex União-Soviética, normalmente e agora vou citar, “altamente qualificados, engenheiros, médicos, etc., que estão a trabalhar nas obras para empreiteiros analfabetos”, segundo a expressão do cineasta Sérgio Trefaut a propósito do seu filme “Lisboeta”. -----

----- Lisboa, mas também o País, é hoje de facto uma cidade multicultural e multiétnica que não se soube organizar para aproveitar essa qualificação. Hoje, existem já projetos orientados nesse sentido, quer por parte dos serviços da Câmara, quer pelas associações que trabalham no terreno. -----

----- O PCP apoia as iniciativas para a participação dos imigrantes e minorias étnicas nos assuntos das freguesias e da cidade, levando a uma melhor integração na nossa sociedade. -----

----- Em 2006 existia em Portugal mais de cento e setenta nacionalidades, o que mostra a grande diversidade da população residente. Esta imigração trouxe-nos uma nova realidade, modos de vida, religião, identidades, direitos, e ainda é difícil avaliar o quanto mudou a cidade e o País e quanto ainda pode mudar. Sabemos que a diversidade individual e cultural é uma vantagem, é uma inquestionável riqueza, pelo que é imperioso olhar para esta realidade e intervir tendo em conta. -----

----- Referir também que o PCP realizou em 14 de Maio uma audição pública com o tema “A tragédia no Mediterrâneo, a Europa fortaleza e a política das migrações”. Na reunião constatou-se que a política dos governos Europeus, continua subordinada ao paradigma de vigilância e repressão e a agenda Europeia para a migração 2015, reforça políticas de controlo das fronteiras externas em vez do necessário salvamento e integração de imigrantes e refugiados. Reforça a perseguição e criminalização de todos os que procuram o território Europeu em busca de uma vida melhor e abre espaço para uma ingerência nos países através da política comum de segurança e defesa, que foi aliás responsável pela guerra e desestabilização em vários países Africanos e uma das origens do êxodo de pessoas a que hoje se assiste. -----

----- Esta agenda não reforça os canais para a migração segura e regular, nomeadamente para os trabalhadores imigrantes não qualificados e para as pessoas que procuram reagrupamento familiar, como defendido pelo Alto Comissariado da

ONU para os refugiados. Por isso é urgente a mobilização de todos, contra as políticas que não questionam as reais causas das tragédias no Mediterrâneo e noutros pontos do planeta, no Índico por exemplo, e trabalhar contra visão instrumental, xenófoba, militarista da chamada política migratória de vizinhança na União Europeia.” -----

----- **O Moderador:** -----
----- “A Mesa gostaria que se possível as intervenções, perguntas ou pedidos de esclarecimentos, fossem dirigidas a alguns dos membros da Mesa a não ser que seja em geral, e portanto, terá uma resposta, com certeza de carácter geral.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira:** -----
----- “Em primeiro lugar quero saudar esta iniciativa da Assembleia Municipal e cumprimentar os oradores e todos os presentes.-----

----- Quando falamos de migrações não nos podemos esquecer que Portugal é um País simultaneamente de imigração e de emigração e as razões que determinaram a vinda para Portugal de milhares de imigrantes são no essencial as mesmas que determinaram na década de sessenta e que determinam hoje a saída de muitos portugueses, ou seja, a esperança numa vida melhor e o direito a lutar por isso. Há exceções de quem pretende conhecer e viver num país diferente, mas comparando com outros casos são raras exceções. -----

----- Independentemente da forma, a essência destas migrações e da crise demográfica que afeta o País é estarmos perante políticas que atacam direitos, que promovem desemprego e que aumentam a exploração, porque são mesmo muitos os que querem viver no seu País e não podem. -----

----- É preciso dizer que em Portugal nos últimos anos temos tido um governo que, além de ter aberto a porta a estas situações, ainda empurrou os portugueses para fora do País. -----

----- Também é preciso denunciar que há medidas altamente injustas por parte da União Europeia e adotadas pelo Governo Português como se fosse aceitável categorizar os imigrantes entre os que interessam e os que não interessam, os que têm direito a tratamento *gold* e os outros. -----

----- O que assistimos muitas vezes é que em vez de trabalhar para que os imigrantes tenham direitos, há quem esteja mais interessado em gerir *frontexes* e *eurosur* em vez de se focar em reais políticas de integração, de inclusão e de participação dos imigrantes. -----

----- ‘Os Verdes’ rejeitam totalmente a construção de uma Europa fortaleza que pisa os mais elementares direitos dos imigrantes e que cria novos e cada vez mais graves problemas relacionados com a legalização e integração dos imigrantes e dos seus descendentes, porque não há seres humanos ilegais. -----

----- É preciso denunciar e rejeitar orientações que são um embuste político e que assentam numa opção ideológica de mercantilizar os direitos de quem tem que emigrar.-----

----- Lisboa é o principal ponto de chegada dos imigrantes em Portugal e o objetivo da Câmara Municipal de Lisboa deverá ser que os imigrantes se integrem e participem na vida da Cidade de Lisboa e do País.-----

----- É importante que haja planos municipais para a integração dos imigrantes, mas sem nunca nos esquecermos da necessidade de promover a coesão social e o respeito pela diversidade e pela cidadania. -----

----- É preciso também lutar contra equívocos, preconceitos, rumores e estereótipos e é preciso destruir rumores negativos em relação às comunidades migrantes. -----

----- É preciso termos políticas a nível do poder central e do poder local dedicadas a melhorar a vida dos que agora chegam e dos que há anos escolheram Lisboa para viver. -----

----- O que se exige é, portanto, uma política de imigração que respeite os direitos dos imigrantes e combata de modo firme a xenofobia e o racismo. Os imigrantes nunca poderão ser olhados como invasores e como inimigos, porque não o são e por isso mesmo não precisamos de muros de proteção, precisamos de políticas integradas de migração e ainda há muito por fazer para que quem está longe do seu país se sinta em casa. -----

----- Dizer ainda, para terminar, que quando falamos de migrantes falamos de pessoas e que basta de hipocrisias, não chega andar a proclamar a importância da Declaração Universal dos Direitos do Homem, que diz e bem que todos os seres humanos nascem livres e iguais em direitos. É preciso defender este princípio na prática e fomentar políticas que promovam a igualdade e essa igualdade tem que chegar a todos no que diz respeito aos direitos sociais, laborais, económicos, culturais e políticos.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Maria Begonha:** -----

----- “Boa tarde a todos. Agradecer obviamente a iniciativa da Senhora Presidente da Assembleia Municipal e cumprimentar todos os presentes. -----

----- Começar por reconhecer, sobretudo dirigindo-me ao plano de integração das comunidades de imigrantes da Câmara, que existe neste momento uma atitude de facto muito proactiva em relação à integração. Isso vê-se também na criação de outros conselhos municipais, mas em particular em relação à integração da comunidade imigrante acho que há de facto uma atitude muito proactiva. -----

----- Pegando nessa questão da integração e da participação, gostava de perguntar diretamente talvez ao Doutor Celso Soares em relação à questão que falou da falta de representação muitas vezes das comunidades imigrantes e, portanto, muitas vezes sente que essa representação não é feita pelas próprias comunidades a propósito da própria participação política das comunidades imigrantes, é uma realidade de Lisboa e é uma realidade do País, mas é assinalável em Lisboa, quer os próprios órgãos de soberania no País mas em particular a nível da representação local, em assembleias de freguesia, juntas de freguesia, é muito evidente a falta de presença de representantes das comunidades imigrantes, quer as próprias associações e comunidades organizadas, quer representantes das próprias comunidades. -----

----- É uma realidade de Lisboa, somos uma cidade absolutamente intercultural, temos uma comunidade imigrante muito expressiva, temos bons indicadores de integração, mas de facto este passo da participação política, de participar nos mecanismos disponíveis, ainda não demos esse passo. Portanto, perguntar a todos os oradores, mas

talvez em particular ao Doutor Celso Soares e também à Doutora Susana, que ideia é que têm sobre isto e como mitigar um pouco esta questão.-----

----- Depois fazer uma pergunta também um pouco de âmbito genérico, talvez aos outros oradores convidados, que divulgaram também alguns dados ao nível da comparação entre 2004 e 2010, mas eu estava interessada também na opinião em relação ao que é também integração percecionada de evolução um bocadinho mais para trás. Ou seja, há uma noção e eu sou da Juventude Socialista, nós entendemos que a nossa geração eventualmente é menos permeável a certos tipos de discriminação do que no passado, mas gostava de ouvir a opinião sobre isso, se de facto a nível de integração e de não excluirmos o outro, se de facto registam uma evolução positiva.”--

----- **A Senhora Deputada Municipal Carla Madeira**, Presidente da Junta de Freguesia da Misericórdia:-----

----- “Cumprimento a Mesa e felicito a Assembleia pela organização deste ciclo de debates sobre uma temática tão marcante para a Cidade de Lisboa. -----

----- Sabemos que Lisboa é uma cidade de migrações, de chegadas e partidas, e onde a interculturalidade e a diversidade assumem uma grande relevância. Uma parte significativa da população de Lisboa é imigrante, as nossas escolas têm crianças das mais variadas nacionalidades e daí ser essencial promovermos políticas que integrem esta população na nossa sociedade. -----

----- A Câmara tem sido bastante sensível a esta problemática e as políticas do Município têm dado bastante relevo às questões relacionadas com a interculturalidade e integração das pessoas imigrantes, desde logo com a criação do Centro Local de Apoio à Integração de Imigrantes, do Conselho Municipal Para a Interculturalidade e Cidadania e agora do Programa Municipal Para a Integração de Imigrantes em Lisboa.

----- O Centro Local de Apoio à Integração de Imigrantes proporciona respostas locais articuladas com vista ao acolhimento e integração dos imigrantes. O Conselho Municipal para a Interculturalidade e Cidadania tem tido um papel importante na promoção do diálogo intercultural para tornar Lisboa numa cidade mais inclusiva, geradora de oportunidades para todas e todos. -----

----- O compromisso assumido pelo Município de Lisboa põe em evidência o reconhecimento da necessidade de prosseguir e reforçar as políticas de integração e sublinha a valorização da diversidade cultural como fator determinante na supressão de fenómenos de discriminação, racismo e xenofobia.-----

----- O Fórum Municipal da Interculturalidade e Cidadania, cuja próxima edição se realiza na Praça de São Paulo, na Freguesia da Misericórdia, no próximo dia 31, é um importante contributo para a construção de uma cidade intercultural e traduz-se num investimento no diálogo e na inclusão social. -----

----- Falando na zona de São Paulo, esta é a meu ver uma zona da cidade onde há que concertar esforços a este nível. Residem bastantes estrangeiros nesta zona em condições precárias. É a zona da Freguesia da Misericórdia que tem mais imigrantes, na sua maioria ao abrigo de embaixadas e que chegam para receber tratamento hospitalar, vivendo na sua maioria em pensões sem o mínimo de condições. -----

----- Atualmente, nesta dura realidade das pensões de São Paulo e também da Rua do Loreto, temos 67 estrangeiros, entre os quais 9 crianças, onde apenas duas frequentam a escola. A realidade de quartos ocupados por várias famílias é um dos cenários de precariedade em que vivem estes estrangeiros. -----

----- Consequência ou não, é também esta a zona da Freguesia onde se verificam mais incêndios e isto é algo que me preocupa, tal como preocupa o abandono escolar por parte destas crianças. Por isso gostaria de perguntar à Mesa qual o diagnóstico que existe sobre as condições de habitação da população imigrante em Lisboa e sobre o abandono escolar das crianças imigrantes ou filhas de imigrantes. -----

----- Terminando sublinhando o contributo destes debates para uma maior verdade e autenticidade nas relações entre as diferenças e para acolher a diversidade sem temer a divergência, sabendo que o diálogo se constrói no conhecimento e no reconhecimento do outro.”-----

----- **Senhora Romualda Fernandes:**-----

----- “Enquanto público assíduo deste debate temático subordinado ao tema Demografia e Migrações que já vai na terceira sessão, considero que tem sido bastante enriquecedor -----

----- Ficamos a saber:-----

----- Que a situação da baixa de natalidade, do envelhecimento populacional e das migrações não é conjuntural que, pelo contrário, é mais profunda e tem constrangimentos de múltiplas ordens; -----

----- Que a substituição de geração não está a ser assegurada em nenhum país da Europa, mesmo naqueles que têm políticas sociais mais desenvolvidas como é o caso da Suécia; -----

----- Portugal é apontado como um dos países com mais baixa taxa de fecundidade. Atualmente há mais gente a sair, quase ninguém a entrar e alguns imigrantes a regressar. Esta tendência vem sendo igualmente acompanhada na Cidade de Lisboa, da perda de população.-----

----- Também dizem que esta tendência não pode ser invertida a curto prazo e sugerem um reajustamento dos nossos modos de organização social e políticas mais duradouras e não pontuais.-----

----- Uma das críticas mais apontadas às medidas de políticas públicas adotadas para gestão da imigração é de que são tomadas o de forma reativa. A Dra. Ana Paulo Beja Horta falou-nos de políticas *ad hoc*. -----

----- A minha pergunta é: -----

----- Que padrões devem assumir as políticas para serem pró-ativos em matéria de gestão de imigrantes, numa lógica de Políticas Municipais, apesar de serem de âmbito nacional? -----

----- Por outro lado, no que respeita às políticas para integração de imigrantes, Portugal ocupa um lugar cimeiro na Europa, apenas atrás da Suécia. Falamos da Lei da nacionalidade, as estruturas públicas de integração de imigrantes e dos Planos de Integração de Imigrantes. No entanto, a par dos relatórios que cada instituição produz, sobre a avaliação das metas dos Planos de Integração de Imigrantes, gostaria de saber:

DRAFT

----- Existe monitorização sobre impacto dessas medidas no público-alvo a quem se dirigem?-----

----- Muito obrigada.”-----

----- **Celso Soares:**-----

----- “Respondendo à Senhora Deputada Municipal Maria Begonha, a questão que coloca mais como ponto de vista em questão de participação política, mais ativa em relação às comunidades imigrantes, acho que primeiramente os imigrantes, não sou porta-voz deles mas daquilo que sinto, daquilo que falámos de quando em vez, no resumo, não se veem representados porque provavelmente não há uma aproximação entre as partes, tanto do meio político, partidário se assim se pode dizer, como deles também se aproximarem mais deste meio.-----

----- Quando não se sentem representados, automaticamente isso não me diz respeito e vou-me distanciar mais. Falar de inclusão, estarem ali na discussão de questões políticas, de interesse que seja comum ou social, acho que quando os decisores políticos se aproximam por exemplo de um grupo associativo, é apenas na fase das campanhas eleitorais, é aquilo que se sente. Então, sendo apenas nesses momentos, muitos de nós questionam porque só nesses momentos e não nos outros momentos. ----

----- Então, estarem representados e procurarem pelas organizações ou grupos de imigrantes, de uma forma geral cidadãos imigrados nessas alturas parece não soar muito bem, parece não ser saudável e que motive essa participação. Logo, a participação deverá ser mais aproximação, maior coabitação entre as partes, tanto o meio político se aproximar da população imigrada como a população imigrada rever-se mais acompanhada nas questões que lhes dizem respeito, tentar perceber quais são as questões que lhes preocupa, fazer levar a voz a instâncias que se calhar interesse discutir essas mesmas questões. Aí sim, poderão sentir-se mais próximos, discutirem mais questões que sejam pertinentes à vida de cada um dos imigrantes.”-----

----- **Susana Ramos:**-----

----- “Ainda que não tivesse sido dirigido diretamente a mim, eu gostaria de aqui tentar congregiar duas intervenções, mas também o comentário do Senhor Presidente da Sexta Comissão, Doutor Magalhães Pereira, aliás excelente comentário que fez relativamente às questões dos refugiados propriamente ditos. Tanto a Senhora Deputada Municipal Ana Páscoa Baptista como a Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira referiram as questões dos refugiados, são todas estas preocupações que cada vez mais estão na ordem do dia, mas deixem que vos diga que também aqui, e apesar de eu não ter referido nada relativamente aos refugiados, há um trabalho concreto que o Município tem vindo a fazer, acima de tudo de colaboração com várias entidades que intervêm diretamente na área dos refugiados, não tanto na questão da imigração propriamente dita, mas na área dos refugiados, que se concentra essencialmente no apoio às entidades. Por um lado ao CPR, numa lógica mais de apoio à infância, até porque eles têm um projeto na minha opinião único e tem sido referenciado em diferentes fóruns também, que é “Uma Casa Para o Mundo”.-----

----- É um projeto em que a Câmara tem tido oportunidade de colaborar desde o início, desde a criação da casa, e que acima de tudo acolhe crianças e jovens refugiados, sem

DRAFT

família. É um projeto que funciona em Marvila e que tem sido um desafio também encontrar respostas neste contexto.-----

----- Nós temos um apoio essencialmente de acompanhamento a diferentes níveis, principalmente financeiro, desde a construção da casa, um apoio que tem sido uma constância desde 2012, até porque este projeto não tem tido apoio da Segurança Social. Essa é uma fragilidade que o CPR tem encontrado e que tem suportado com outro tipo de apoios e com o apoio do Município. Tem sido um envolvimento financeiro do Município bastante avultado, mas que considerando a especificidade e a unicidade deste projeto é essencial. -----

----- Por outro lado, referir também que no que diz respeito a pessoas adultas a colaboração com o JRS tem sido também uma constante, principalmente no que diz respeito às questões da habitação, até porque quando chegam à cidade uma das principais dificuldades é a questão da habitação. -----

----- O Município tem disponibilizado fogos concretamente para estas pessoas nestas circunstâncias, que veem com uma série de vulnerabilidades, até porque não são imigrantes tradicionais, desculpem-me a expressão, mas trazem também já algumas vulnerabilidades acrescidas, até porque muitos foram vítimas de guerra, têm ali uma série de circunstâncias que também importa acautelar. -----

----- Referir também que no passado dia 15 de dezembro assinámos um protocolo com todas as instituições do CMIC que quiseram ser parceiros, exatamente no apoio aos refugiados, imigrantes e refugiados, aqui foi mais alargado, que diz respeito a várias áreas. Aquela que se destaca mais é a questão da formação e de estágio propriamente dito, nas respostas que a Câmara vai tendo.-----

----- Sabemos também outros desafios que nos assolam e realmente há aqui uma preocupação, porque a maior parte destas pessoas vem para o Município de Lisboa e, como tal, estamos também a concertar esforços no sentido de ter uma resposta também mais estruturada. -----

----- Ir ao encontro daquilo que a Deputada Municipal Carla Madeira referiu, no que diz respeito ao diagnóstico. A questão da educação é uma preocupação. Os diagnósticos têm sempre que ser validados, a maioria das fontes que nós temos vêm de indicadores mais gerais. Não obstante, nós temos também uma análise por freguesia que foi referida pelo Professor Jorge Malheiros, mas há coisas que nós não temos, que é o vosso conhecimento, a vossa noção de terreno.-----

----- Considerando tudo aquilo que referiu, no que diz respeito às situações que nos reportou, são essenciais que nós tenhamos noção até para encontrar respostas para as mesmas, respostas numa lógica de cidade, uma lógica que às vezes tem que extrapolar a intervenção da cidade, tem que ir ao encontro de outros tipos de apoio existentes, principalmente ao nível da administração central mas também temos que unir esforços para ir ao encontro de tudo isso. -----

----- Referir também aquilo que a Senhora Romualda Fernandes disse no que diz respeito à avaliação de impacto, na minha opinião é essencial em tudo aquilo que nós fazemos. Referi ali medidas e não detalhei, até porque o tempo não permitia e também estamos num processo de construção, a questão da avaliação de impacto é algo em que

temos todos que focar e acima de tudo imprimir algo de fundamental ao nosso trabalho. Não basta identificarmos as metas, se está cumprido ou não, temos que dar um salto qualitativo em tudo aquilo que nós fazemos, mas isso tanto se reflete na área da imigração como em tudo aquilo que é a nossa área propriamente dita. -----

----- É importante percebermos quais as consequências do nosso trabalho na vida das pessoas e é também para isso que aqui estamos, para que também consigamos produzir esse conhecimento e perceber, se alguma coisa tem que ser alterada, que o façamos.”--

----- **Ana Paula Horta:** -----

----- “Relativamente às questões que foram colocadas, aos comentários que foram da maior pertinência, eu gostaria de referir três questões: -----

----- A primeira tem a ver com o consenso que esta Assembleia tem relativamente à valorização da diversidade cultural, à convivência e também à promoção de uma sociedade que é multicultural no sentido da sua diversidade, étnica, cultural e religiosa, mas também uma cidade de interação positiva entre os diferentes grupos, populações migrantes que residem na cidade. -----

----- Esse traço fica bastante claro com as diferentes intervenções vindas de diferentes quadrantes políticos. Portanto, penso que existe de facto aqui uma plataforma de entendimento relativamente à presença das populações migrantes nesta cidade e penso que esta questão é especialmente importante quando nós nos debatemos com as tensões urbanas que têm vindo a alastrar em várias cidades europeias. -----

----- A segunda questão tem a ver com algumas intervenções que apontam em duas direções. Uma que diz respeito às políticas de regulação de fluxos e uma outra que diz respeito às políticas de integração. -----

----- As políticas de regulação de fluxos são políticas a nível nacional, não são políticas implementadas a nível local e, portanto, é preciso diferenciar estes dois eixos de ação e entender como é que ainda que sejam diferentes, uma questão é a regulação de fluxos, quem entra, quantos são, quem não entra, processos de inclusão e de exclusão. Esta questão articula-se obviamente com os problemas do dia-a-dia que são vividos na cidade. Portanto, a necessidade de uma maior articulação entre políticas de regulação de fluxos e a participação do local também nessa definição e na implementação desse tipo de políticas. -----

----- Uma outra questão que foi abordada tem a ver com mecanismos de participação cívica e política. Aí Lisboa não é exceção, os estudos têm vindo a veicular que a dimensão da participação cívica e política tem sido uma dimensão, ainda que bastante estudada, menos valorizada a nível local. Ou seja, no caso de várias cidades europeias e tal como temos em Lisboa, a participação política passa muito por participação em conselhos que são consultivos e que não têm poder decisório. Aí Lisboa foi de facto pioneira em 1993, eu penso que o Doutor José Leitão deve ter presente, foi um dos grandes pioneiros da criação do primeiro Conselho Municipal das Comunidades Migrantes e Minorias Étnicas, com o objetivo de facilitar o desenvolvimento das comunidades migrantes e participação direta das associações e minorias nas atividades de promoção de diversidade cultural e de integração. -----

----- Contudo, estes conselhos têm de facto tido um cariz que é consultivo e não decisório, o que menoriza a participação dos imigrantes na vida cívica, que ela é também uma vida política. Portanto, esta necessidade de repensarmos as lógicas que têm sido implementadas relativamente ao direito ou não de voto dos imigrantes a nível local. Uma política proactiva de cidadania implicaria necessariamente o exercício do voto a nível das populações migrantes a nível local. -----

----- Penso que esta dimensão de uma maior pro atividade para o exercício da cidadania que seja de proximidade, o exercício do direito de voto a nível local pelas populações migrantes não pode ser dissociado de uma conceção de uma cidadania de proximidade a outro, quer a nível social, quer a nível educacional, quer a nível político, quer a nível do uso do viver a cidade.” -----

----- **João António:**-----

----- “Colocaram-me uma questão específica sobre se eu teria aqui presentes dados de outros estudos, para saber se a população portuguesa estaria hoje comparado com anos mais anteriores, anos noventa, etc., mais capaz de aceitar os imigrantes. Não sei responder, não tenho aqui presente esses dados, mas acredito que em geral sim, que deveremos estar mais capazes de aceitar a diferença e a imigração, porque é preciso aqui fazer uma divisão entre Lisboa e Setúbal e o resto do País. -----

----- Durante muitos anos a imigração praticamente só existia em Lisboa e à volta de Lisboa, na zona de Setúbal e algures no Algarve, mas pouco mais. De repente nos anos 2000, com a imigração de Leste e muita imigração brasileira, tivemos imigrantes em praticamente todas as aldeias deste País e isso foi uma coisa muito positiva para as pessoas e para compreender, para aceitar o outro, para perceber que os outros afinal são bem próximos de nós. -----

----- Portanto, acho que sim, acho que a população portuguesa em geral deve estar hoje mais capaz de aceitar a imigração do que esteve no passado. -----

----- Por outro lado, nos últimos 15/20 anos tem havido um discurso muito forte de aceitação da imigração, de valorização da imigração, sempre na saliência de que Portugal também é um País de emigrantes e, portanto, temos que saber receber. Houve um discurso em praticamente todo o espectro político português, com algumas nuances, claro, mas de aceitação e valorização da imigração, sempre nesta comparação de Portugal como País de emigrantes e, portanto, também tem que saber acolher. -----

----- Estamos aqui a falar numa sociedade multicultural mas ainda hoje somos um País que exporta mais pessoas do que importa, continuamos a ter muito mais emigrantes lá fora do que imigrantes cá dentro e os que temos cá dentro estão confinados a alguns espaços e Lisboa é um deles, porque de facto já estamos a perder outra vez muita imigração que tinha vindo nos anos 2000 e agora está a regressar aos seus países ou está a partir para outros países europeus. -----

----- Para além disso, há uma outra questão que pode estar aqui escondida de alguma forma nas estatísticas, é que estamos a dar nacionalidade a algumas pessoas e, portanto, de repente temos pessoas que eram imigrantes e agora começam a aparecer nas estatísticas como portugueses, embora portugueses nascidos fora de Portugal. -----

DRAFT

----- Depois temos os filhos dos imigrantes já portugueses também e sobre esses sabemos pouco do ponto de vista estatístico, como é que é o desempenho escolar destas crianças. Só sabemos como é o desempenho escolar das crianças portuguesas e das crianças não portuguesas e, portanto, de outras nacionalidades, não sabemos como é o desempenho escolar das crianças portuguesas de minorias étnicas, sabemos pouco do ponto de vista estatístico com dados globais do País. -----

----- Essa falta de dados é uma coisa em que os decisores políticos têm que refletir e as próprias associações de imigrantes, se vale a pena ou não termos dados e fontes estatísticas sobre minorias étnicas em Portugal. Esse tipo de dados é o que permite depois ter políticas ativas de discriminação positiva para determinados grupos, caso seja necessário. Não havendo dados não há políticas de discriminação positiva. -----

----- A ausência de participação política, que já foi aqui falada, de imigrantes reflete-se também nas minorias étnicas e não é só na participação política, é toda a visibilidade na sociedade portuguesa, ou toda a invisibilidade no espaço público das pessoas de minorias étnicas. Temos pouquíssimas pessoas, tirando atletas, que são figuras públicas em Portugal, faltam-nos advogados, faltam-nos médicos, faltam-nos pessoas na televisão, porque faltam-nos heróis para as crianças que estejam a nascer neste País e que estão a viver neste País, que são de minorias e que é preciso que o Obama seja eleito nos Estados Unidos para que percebam que elas também podem ser Presidentes da República. -----

----- Aqui como é que fazemos? Esta é uma discussão difícil mas que eu acho que tem que ser feita. Portugal tem-se recusado a assumir esta necessidade. Para mim a necessidade existe, mas fica a discussão e fica para a decisão política.” -----

----- **O Moderador:** -----

----- “Antes de encerrar a sessão, a Senhora Presidente pede que chame a atenção para as projeções de filmes que vão ocorrer no Fórum Lisboa a 22 de maio, às 19 e às 22 horas, de temática lisboeta ou não, mas sobretudo temática de migração extremamente interessante e que, obviamente, são todos convidados a poder participar nessas sessões, que muito nos tocarão e sobretudo nos informarão. -----

----- Muito obrigado a todos por estarem presentes.” -----

----- A sessão terminou, eram vinte horas e trinta minutos. -----

----- Eu _____, Técnica Superior, a exercer funções no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal lavrei a presente ata que também assino, nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, do n.º 2 do art.º 90.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa e do despacho da Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa exarado em 10 de Setembro de 2014 na folha de rosto anexa à Proposta n.º 1/SMAM/2014. -----

-----A PRESIDENTE -----